

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

Francimar Ilha da Silva Petrolí

**UM “DESEJO DE CIDADE”, UM “DESEJO DE MODERNIDADE”
(CHAPECÓ, 1931-1945)**

Florianópolis – SC, 2008

FRANCIMAR ILHA DA SILVA PETROLI

**UM “DESEJO DE CIDADE”, UM “DESEJO DE MODERNIDADE”
(CHAPECÓ, 1931-1945)**

**Dissertação apresentada à Universidade Federal
de Santa Catarina como parte dos requisitos para
obtenção do título de Mestre em História.
Orientador (a): Cynthia Machado Campos
Co-orientador (a): Joana Maria Pedro**

Florianópolis – SC, Abril de 2008

**UM “DESEJO DE CIDADE”, UM “DESEJO DE MODERNIDADE”
(CHAPECÓ, 1931-1945)**

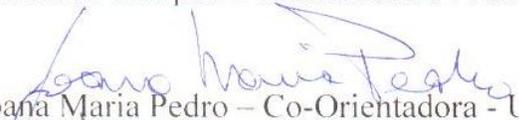
FRANCIMAR ILHA DA SILVA PETROLI

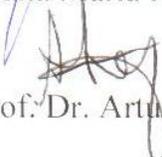
Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do título de

MESTRE EM HISTÓRIA CULTURAL

Banca Examinadora


Prof.^ª. Dr.^ª. Cynthia Machado Campos – Orientadora e Presidente - UFSC


Prof.^ª. Dr.^ª. Joana Maria Pedro – Co-Orientadora - UFSC


Prof.^ª. Dr. Artur Cesar Isaia - UFSC


Prof. Dr. Luiz Felipe Falcão – UDESC

Prof. Dr. Valmir Francisco Muraro – Suplente – UFSC

Prof. Dr. Reinaldo Lindolfo Lohn – Suplente - UDESC


Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Bernardete Ramos Flores
Coordenadora do PPGH/UFSC

Florianópolis, 25 de fevereiro de 2008.

Agradecimentos

A concretização deste trabalho foi possível através da importante presença de inúmeras pessoas, sem as quais seria difícil sua conclusão.

À minha orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Cynthia Machado Campos, pelas suas preciosas colaborações durante a produção desta dissertação, mais particularmente por ter “abraçado” o meu projeto de pesquisa.

À minha co-orientadora, Prof^ª. Dr^ª. Joana Maria Pedro, pela sua atenção, total dedicação e inestimável contribuição na minha formação.

À Professora do Curso de História, da Unochapecó, Juçara Nair Wollf, por ter “despertado” em mim o interesse pela “História” (durante a Graduação) e pela sua valiosa presença durante toda a minha trajetória acadêmica. Igualmente, ao professor Augusto da Silva, pelo incentivo e pelas prestimosas discussões teórico-metodológicas realizadas na disciplina Teoria e Metodologia da Pesquisa Histórica.

Também à Professora do Curso de História da Unochapecó, Hilda Beatriz Dmitruk, por ter valorizado minha capacidade intelectual e pelo seu total apoio durante o período (final de 2004 e início de 2005) em que estive afastado da universidade. Cito a relevância deste momento por ter sido “decisivo” na minha vida acadêmica.

A todos os meus familiares (tanto os residentes em Santa Catarina quanto os do Mato Grosso do Sul), pela compreensão, apoio financeiro e incentivo.

À querida Keli Cristina Cofsevicz, pela importância da sua alegria e do seu sorriso.

Aos meus amigos, José Daniel Lenzi e Gabriel Tibola, por todo o apoio e prazeroso convívio durante o primeiro ano do mestrado.

Aos colegas, Sandro da Silveira Costa e Thiago Juliano Sayão, pelas profícuas discussões realizadas, no ano de 2006, no Grupo de Estudos Cidade e Cultura Política.

Aos meus colegas do mestrado, Patrícia Schmidt e Cezar Karpinski, pelo apoio e amizade.

Ao meu amigo, Alecssandro Scalcon, pelas nossas conversas sobre História, principalmente nas questões relativas ao Oeste Catarinense.

À Maria Nazaré Wagner, secretária do PPGH/UFSC, pelo seu profissionalismo diante das questões de ordem burocrática.

E, finalmente, ao CNPq, pela concessão da bolsa de estudos que me permitiu uma dedicação maior na realização desta dissertação.

“É sua própria alma que é preciso criar no que se escreve; porém, assim como um homem traz em seu rosto a semelhança natural com seus ancestrais, também é bom que se possa perceber no que ele escreve a filiação dos pensamentos que se gravaram em sua alma. Através do jogo das leituras escolhidas e da escrita assimiladora, deve-se poder formar uma identidade através da qual se lê toda uma genealogia espiritual.”

Michel Foucault

Resumo

A proposta deste trabalho é efetuar uma análise cultural da cidade e do urbano, em Chapecó, a partir do início dos anos de 1930 até o final do Estado Novo (1945). Essa delimitação temporal decorre do fato de que é nesse momento que emerge, com mais intensidade, toda uma preocupação local para a construção de uma cidade moderna na até então denominada vila Passo dos Índios (atual cidade de Chapecó). O “desejo político” dos responsáveis pela colonização do Oeste era de ver a “ordem e o progresso” regional consolidados. Isso porque, nas representações construídas em torno do Oeste, o mesmo era visto como um “sertão”, pois a “civilização” estaria distante, no litoral. Desta forma, seria necessário “trazer”, “construir a civilização” na região, sendo que a “civilização” somente seria possível se uma cidade moderna fosse construída. É nesse sentido que a “elite de Chapecó” procurou criar “mecanismos” (principalmente com a abertura de um meio de comunicação, jornal A Voz de Chapecó) para a concretização desse empreendimento local. A partir de 1937, com o advento do Estado Novo, esse desejo de cidade e de modernidade poderia se tornar realidade, até porque o discurso “nacionalizador” e “modernizador” de Vargas encontrou forte ressonância em Chapecó. É nesse contexto social e político que o colonizador percebe ser aquele o momento de resolver o problema histórico da região, ou seja, o “problema do abandono político” da mesma. Para a elite local, o Estado deveria “se fazer presente” em Chapecó, para que a cidade e a modernidade se tornassem possíveis. Para a realização desta pesquisa, utilizaram-se fontes de natureza diversa: fontes jornalísticas, fontes iconográficas, entrevistas orais, documentos oficiais, livros de época, etc.

Palavras-chave: Chapecó, Cidade, Modernidade Urbana, Progresso, Estado Novo.

Abstract

The proposal of such work is to carry out a cultural analysis of the city and urban, in Chapecó, from the beginning of the 30's until the historical period called Estado Novo (1945). This temporal delimitation is because of the fact that it is in this moment that emerges, with high density, a local concern about the construction of a modern city at the village which was called Passo dos Índios (nowadays it is Chapecó city). The “political wish” of the ones responsible for the colonization of the west of Santa Catarina was to see the region’s “order and progress” consolidated. The explanation for such wish was because in the representations concerning the west, it was seen as “backlands”, because the civilization would be far from the coast. This way, it would be necessary to “bring”, “to build a civilization” in the west. They considered that it would be possible to make it only if a modern city were built. It is in this way, that the “elite from Chapecó” worked for creating mechanisms (mainly through conveying the newspaper A Voz de Chapecó) to achieve the goal. In 1937, with the advent of the Estado Novo, this wish of city and modernity could become reality, because Vargas speech of “nationalization” and “modernization” had considerable resonance in Chapecó. In this social and political context, the colonizer realized to be that the right moment to solve the historical problem of the region, that is, the political abandonment. To the local elite, the government should be “more present” in Chapecó, for the city and modernity to become possible. To the realization of this research, it was used sources of different natures: journalistic, iconographic, oral interviews, official documents, books from the epoch, etc.

Key words: Chapecó, City, Urban Modernity, Progress, Estado Novo.

Sumário

Introdução.....	09
Capítulo 1 – A cidade como objeto de desejo do colonizador	32
1.1 Romper com o passado (sertão): transformar a “vila” em “cidade”	32
1.2 Um meio de comunicação na “cidade”: o periódico semanal <i>A Voz de Chapecó</i>	71
Capítulo 2 – Um projeto de cidade moderna	86
2.1 A idealização do espaço	86
2.2 Uma política de “disciplinarização” dos habitantes do espaço citadino	106
Capítulo 3 – Construindo o futuro: o problema da “modernidade” em Chapecó	118
3.1 Os “sentidos” da modernidade	118
3.2 O “futuro” como produto do “presente”	149
Considerações Finais	160
Fontes e Referências Bibliográficas	165

INTRODUÇÃO

O que se propõe neste trabalho é efetuar uma análise cultural da “cidade” e do “urbano”, em Chapecó, a partir do início dos anos 1930, quando a vila Passo dos Índios (atual cidade de Chapecó), em 1931, é fixada definitivamente como Distrito sede do município de Chapecó, momento este que coincide com o advento de Getúlio Vargas ao poder (1930). Nossa pretensão é estudar a *cidade* e o *urbano* do ponto de vista da sua “construção imaginária”, ou seja: estudar o “desejo de modernidade e progresso” presente nas subjetividades da “elite de Chapecó”.¹

¹ Optamos pela utilização do termo “elite” pela necessidade de investigação da formação e organização de um “grupo de homens”, em Chapecó, nos anos 1930. O desejo de cidade e de modernidade decorre das preocupações de homens comprometidos com o progresso de Chapecó. Consideramos imprescindível pensar a formação desse grupo não apenas do ponto de vista econômico, ou seja, no sentido de que essa “elite” foi formada por representantes do poder econômico local; isto porque, ao longo deste trabalho, veremos que o “interesse político” de construção de uma “nova realidade” é produto do esforço de vários homens, alguns com formação superior e com participação na “vida política” do município de Chapecó. Em todo o caso, pensamos ser importante analisar o termo “elite” a partir de algumas definições realizadas por Norberto Bobbio, pois o autor pode contribuir na reflexão pretendida nesta pesquisa. Na definição de elite, a questão central é que em toda sociedade, existe, uma minoria que é detentora do poder. Bobbio fala que a “teoria das Elites” surgiu e se desenvolveu a partir do estudo das “elites políticas”, no sentido de que entendia-se que o poder estava concentrado nas mãos de um pequeno grupo de pessoas. Na formulação clássica do estudo das elites, está presente a concepção de que a elite é formada por uma minoria detentora de poder. Contudo, na análise dessa formulação clássica, Bobbio enfatiza os significados do termo elite presente nas discussões de três importantes autores: Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Roberto Michels. O primeiro trabalha no sentido de que uma elite é formada por uma “classe política”, sendo que esta se constitui em um “grupo organizado”, principalmente através das relações de interesse que instigam os membros da classe política a unirem-se entre si, constituindo um “grupo homogêneo”. Em suma, para Mosca, em todas as sociedades, existem duas classes de pessoas, a dos governantes e a dos governados. Influenciado por Mosca, Pareto afirma que em toda a sociedade há uma classe superior. Uma questão também importante, assinalada por Pareto, é em relação às desigualdades existentes entre os homens. Pareto parte do pressuposto de que a sociedade encontra-se dividida em duas classes: a “classe dos superiores” e a “classe dos inferiores”. Nesse sentido, o autor chama de “elites”, “elite política” ou “aristocracia” aqueles que fazem parte da classe superior. Por outro lado, na discussão da definição de elite, Michels, inspirando-se nas idéias de Mosca e de Pareto, formula a tese de que uma elite é formada através do fenômeno da “concentração do poder”; ou seja, o poder político e econômico está nas “mãos” de um grupo restrito de pessoas, ao qual o autor chamou de “oligarquias”. Para finalizar, entendemos ser inestimável salientar que, na definição de elite, não estamos pensando esta a partir da noção de “classe”; ou, até mesmo, da concepção de que o poder está concentrado em torno de um restrito grupo de pessoas. De fato, neste nosso trabalho, a importância dessa definição clássica, apresentada por Bobbio, está no fato de que uma *elite* é formada a partir da organização política de uma “minoria”; é formada por homens que compartilham os mesmos objetivos, enfim os mesmos desejos. É nessa perspectiva que estaremos utilizando a noção de elite ao nos referirmos aos homens preocupados com a construção de uma cidade moderna em Chapecó. BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 9. ed. Brasília: UnB, 1997. 2 v.

De fato, a partir dos anos 1930, emerge com mais força, em Chapecó, todo um desejo de transformação do espaço, desejo de transformação da própria realidade. É nesse período que a cidade é “pensada” e “sentida” como problema. Nesse contexto, emerge toda uma preocupação dos sujeitos sociais², responsáveis pela colonização da região, em projetar a “cidade ideal”: uma “cidade moderna”, “cidade futuro”.

O objetivo de estudar a cidade e o urbano também decorre do fato de o discurso nacionalista e “modernizador” de Vargas, mais especificamente no período de consolidação do Estado Novo, encontrar forte “ressonância” no Oeste Catarinense. Além disso, pelas próprias questões de cunho simbólico, de a figura política de Vargas estar ainda muito presente, nos dias atuais, no imaginário social do povo chapecoense, principalmente dos que vivenciaram esse período. Vargas é ainda lembrado, em meio à população – questão muito comum em todo o país –, como o líder das grandes conquistas sociais, principalmente pela questão da criação e aprovação da legislação trabalhista. Há, pois, uma considerável admiração por Vargas em Chapecó. O líder foi homenageado, ainda no final dos anos 1940, haja vista que a principal avenida da cidade chama-se oficialmente, desde 1948, *Avenida Dr. Getúlio Vargas*.³

Em relação a essas questões, é relevante destacar que um dos maiores símbolos da cidade, constituindo-se, desde então, como um dos cartões postais de Chapecó, o monumento *O Desbravador* (figura 1), foi construído no próprio centro da cidade, no “coração” da

² Importante enfatizar que são múltiplas as possibilidades para a problematização da noção de sujeito. Porém, a noção de “sujeito” é utilizada, nesta pesquisa, a partir das reflexões realizadas por Michel Foucault. Nesse sentido, estamos entendendo o sujeito, ou seja, o próprio “homem”, como produto das práticas discursivas. De acordo com o autor, o homem ocupa lugar importante, uma vez que é sujeito e objeto de conhecimento. O homem é resultado de uma “produção de sentido”, de uma prática discursiva e de relações/intervenções de poder. De forma mais precisa, o sujeito é um “corpo”, sendo que são as ações efetuadas sobre este corpo as responsáveis pela construção do homem enquanto sujeito social. Ora, o sujeito é constituído através do “adestramento dos gestos”, da “regulação dos comportamentos”, da interpretação do discurso, enfim da “manipulação do próprio prazer”. Para Foucault, foi por meio desta ação sobre o corpo que o homem se tornou uma “figura singular”, “individualizada”. Portanto, devemos partir do pressuposto de que o homem é uma produção do poder e do saber. FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005; FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

³ Como podemos observar no Decreto Lei n. 24, de 21 de setembro de 1948. Decreto da Prefeitura Municipal de Chapecó, regulamentando a denominação das ruas, praças e travessas. Ver ainda, artigo publicado no jornal *A Voz de Chapecó*, 10 de outubro de 1948, n. 204, p. 4.

avenida Getúlio Vargas, muito próximo à Catedral Santo Antônio e à Praça Municipal Coronel Bertaso. O monumento foi construído em homenagem ao colono pioneiro, construtor do município, que, de acordo com as narrativas, lutou de “machado na mão” e venceu todas as dificuldades impostas pelo “sertão”. Criado pelo artista plástico Paulo de Siqueira, em 1981, mas a partir das idéias do Lions Clube Chapecó, o monumento simboliza a figura de um gaúcho empunhando um machado, com o objetivo de representar o trabalho. Na mão esquerda está um louro simbolizando a “vitória” dos colonos desbravadores da região.



Figura 1: Monumento O Desbravador. Cópia do acervo de Victorino Zolet

Poder-se-ia dizer que esta imagem é a própria expressão de todo um “desejo político”, muito presente no pensamento social e político brasileiro durante os anos de 1930 e 1940. *Desejo político* de “conquistar o sertão”, no sentido de “civilizar”, de “integrar” o interior

com os centros urbanos do País. Foi durante o Estado Novo que Vargas lançou o “grito de marcha para o Oeste”. Nas representações da época, o Oeste era visto como sendo o próprio “vazio”, o “mundo verde” que precisava ser “desbravado” (“vencido”). Havia, portanto, necessidade de conquistar, de colonizar o Oeste do País. Mas, para conquistar, seria preciso “entrar no sertão”, preenchendo as áreas vazias, despovoadas. O movimento rumo ao interior era de conquista e de expansão, de integração da Nação Brasileira. É nesse sentido que podemos até mesmo relacionar a imagem do “colono pioneiro e vencedor” com a figura do “bandeirante”.

Em *Marcha para Oeste*, fonte histórica imprescindível para este trabalho, Cassiano Ricardo, um dos principais intelectuais ligados ao regime estado-novista, fala da necessidade de “reincorporarmos o espírito bandeirante” tão presente na história do Brasil. Para o intelectual estado-novista, importante seria reincorporar o espírito “[...] do homem que varou o sertão “mais ínvio do mundo” e de trabuco na mão (nem sempre) percorreu o Brasil de ponta a ponta.”⁴

Nessa perspectiva, a imagem do colono, com um machado na mão, representa a coragem dos imigrantes na conquista do “sertão inóspito”, “inabitável”, do Oeste Catarinense. Esta relação entre o colono e o bandeirante é totalmente possível e sem dúvida muito profícua. Segundo Cassiano Ricardo, para vencer o sertão era preciso entrar no mato, vencer o mato. Inúmeras seriam as dificuldades para a concretização de tal objetivo. Porém, o autor articula a idéia da “Marcha para Oeste” com a idéia da própria “nação em movimento”. O movimento rumo ao interior não seria um movimento isolado, movimento individual ou de determinados grupos, mas sim um movimento coletivo, o movimento da própria nação em busca da sua integração, do seu desenvolvimento. Sem dúvida, a Marcha para Oeste foi uma das principais questões tematizadas no amplo projeto de nacionalização do país, empreendido

⁴ RICARDO, Cassiano. *Marcha para Oeste*. – 4º ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1970 [2 v], p. xxvii.

por Vargas. O líder estado-novista procurava trabalhar no campo das paixões, dos sentimentos coletivos. Com isso, objetivava chamar a responsabilidade da população diante da tarefa a ser realizada. Em seus discursos, Vargas deixava claro que “a verdadeira conquista da brasilidade é a Marcha para Oeste”.⁵

Ora, esse discurso conclamando a população a marchar rumo ao interior muito interessava a Chapecó. Além da possibilidade de atrair investimentos do Estado – investimentos em infra-estrutura, abertura de estradas, melhoramentos nos serviços de transporte e comunicações, etc. –, a proposição da marcha era importante na própria propaganda realizada pelas companhias colonizadoras. Estas buscavam atrair colonos do Estado do Rio Grande do Sul. Para a elite de Chapecó, todos os colonos que estavam adquirindo terras no Oeste, muito estavam contribuindo com a Pátria, com o desenvolvimento da Nação Brasileira; sendo assim, todos deveriam ter coragem para enfrentar as dificuldades impostas pelo sertão. Era preciso entrar na mata, construir casas, fundar vilas, enfim “preencher o vazio”. O próprio desmatamento da região era visto como um “desmatamento civilizador”.

Em certo sentido, poder-se-ia dizer que a imagem – monumento *O Desbravador* – possui uma certa carga de “violência simbólica” que é muito forte, pelo fato de o colono estar representando o papel histórico do “conquistador”. Utilizamos a expressão “violência simbólica”, porque, na época, a região não estava “vazia”. A região estava preenchida pela presença de indígenas e caboclos, sendo que estes mantinham uma relação muito diferente com o meio e a natureza. Portanto, como historiadores, precisamos assumir uma postura crítica em relação ao “discurso da conquista”, da “construção do Oeste”. É desta maneira que iremos prosseguir na análise das fontes, pelo fato de que esses discursos foram os responsáveis pela construção da história oficial do município de Chapecó, sendo que, nesta

⁵ VARGAS, Getúlio Dorneles. A nova política do Brasil. – Rio de Janeiro; José Olympio, 1938.

história, o colono ocupa papel central, como o responsável pela “transformação” e “progresso” da região.

No conjunto das fontes selecionadas para este trabalho – entrevistas, jornais, fotografias, obras/livros de época, fontes oficiais, etc. –, observamos que o período da Era Vargas foi também muito importante para a formação e tentativas de consolidação de um sentimento cívico, patriótico e nacionalista dos chapecoenses. Poder-se-ia até mesmo estabelecer ligações entre esse forte sentimento nacionalista dos chapecoenses, muito presente ao longo das décadas, com o próprio período da Era Vargas. Isso em virtude da própria intensidade com que foram trabalhadas, no Oeste, as questões relativas à construção de uma identidade nacional, bem como a construção da própria Nação. Ou melhor, esse sentimento nacionalista pode ser fruto de todo o trabalho realizado desde os anos 1930 e 1940, através dos meios escolares, da educação através da imprensa, das festividades e comemorações organizadas pelo poder público, enfim pela própria força do discurso nacionalista propagado no período. Eis as palavras do “fotógrafo da cidade”, Victorino Zolet, que há cinco décadas está em Chapecó: “O chapecoense sempre foi patriota. E isso veio do berço e dos bancos escolares que, ao longo das gerações, sempre soube honrar o nome de seu município, seu estado e seu país.”⁶ Essas palavras são importantes no sentido que deixam transparecer que o amor pela Pátria está muito vivo ainda nos “corações” e “almas” de quem “viveu” a cidade ao longo das últimas décadas.

Em Chapecó, no ensino público sempre houve a preocupação, principalmente nas décadas de 1930 e 1940, com a formação do amor cívico e patriótico das crianças e adolescentes. Como observamos na imagem da figura 2, a primeira turma da 1ª Série do Curso Normal Regional de Chapecó, do Colégio Bom Pastor, posa para a fotografia em sentido cívico, o que deixa transparecer a hipótese de estarem cantando o Hino Nacional

⁶ ZOLET, Victorino. Victorino B. Zolet: 50 anos fotografando Chapecó – uma coletânea de mais de 500 fotos. Chapecó: Ed. Do Autor, 2006, p. 219.

Brasileiro. A imagem é de 1949, sendo o colégio dirigido por um grupo de religiosas, “grupo de irmãs”. A fotografia foi realizada por um dos primeiros fotógrafos da cidade, Luiz Palma, o qual era, segundo alguns de seus contemporâneos, muito organizado. Ora, a própria imagem deixa transparecer uma certa ordem/disciplina, do profissional para a realização da fotografia. Além disso, pelos uniformes, pela posição de sentido, pelo olhar fixo na câmara, tudo isso revela a disciplina dos meios escolares da época. Luiz Palma era gaúcho, filho de pai italiano e de mãe cabocla, uma mescla entre a origem italiana e a nativa. Nos dias atuais, é considerado pela família como um desbravador, “[...] mais um entre tantos que desbravaram o pequeno vilarejo chamado Chapecó na década de 1940.”⁷

Em relação à história de Chapecó, compartilhamos da leitura de Fernand Braudel, ao escrever sobre seu país, quando afirma que: “Sendo o passado ensino e componente ativos em nossa vida, definir o passado da França significa situar os franceses em sua própria existência.”⁸ O nosso desejo de estudar o passado de Chapecó ganha força a partir da indagação de como e em que momento (processo histórico), a imagem do “colono colonizador” foi inventada como um dos símbolos que, contemporaneamente, constitui forte marco histórico da cidade de Chapecó. Além disso, a importância do período de 1937 a 1945, nas questões relativas à formação do sentimento nacionalista, bem como todo o respeito e admiração pela figura de Vargas, muito presentes ainda no *imaginário social*⁹ local. A partir de Braudel, diríamos que eis aqui a necessidade de “fazer nossa história sair das paredes”, situando-nos em nossa própria existência. Isso em virtude de que a função social da história,

⁷ CIOTTA, Greizi; FARIAS, Júlio Cesar. Chapecó na lente de Luiz Palma: década de 1940. Chapecó, SC: [s.n.], 2006.

⁸ BRAUDEL, Fernand. A identidade da França: espaço e história. Rio de Janeiro: Globo, 1989. p. 13.

⁹ Na perspectiva de Bronislaw Baczko, por *imaginário social* entendemos um conjunto de sistemas simbólicos, de idéias e imagens de representação coletiva de uma época. De fato, as representações coletivas moldam o imaginário social, tendo condições de criar o “real”, expressar a própria realidade histórica. Por sua vez, entendemos o conceito de *representação* como uma categoria-chave na construção de leituras e/ou interpretações do mundo, sendo que, através das palavras e imagens, atribui sentidos e significados à realidade, passando a definir valores e condutas sociais. (Uma discussão mais profunda da noção de representação está presente no primeiro capítulo). BACZKO, Bronislaw. “Imaginário social”. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, vol. 5.

como afirmou Lucien Febvre, é “organizar o passado em função do presente.”¹⁰ É o presente que nos coloca todas essas questões, abrindo um sulco para o trabalho do historiador.



Figura 2: Estudantes do Colégio Estadual Bom Pastor. Cópia do acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), “Coleção Cidade de Chapecó”.

Nossa pretensão é estudar a cidade através dos “discursos” e “práticas” da “elite de Chapecó”, chegar à cidade através de seus traços, pistas, palavras, imagens e discursos sobre a mesma. Questão central a ser discutida, nesta pesquisa, é o problema da “modernidade”, tentar perceber quando a “cidade” emerge como problema, no até então Distrito sede do município de Chapecó, vila Passo dos Índios. Procurar investigar em que medida a cidade passou a ser idealizada e construída, principalmente pelas iniciativas do colonizador.¹¹ Quais foram os *mecanismos* criados e utilizados para concretizar um *desejo local*, o desejo de

¹⁰ FEBVRE, Lucien. *Combates por la historia*. Barcelona: Planeta-Agostini, 1993. p. 245.

¹¹ O termo *colonizador* é uma “categoria nativa”. Utilizamos esta noção no sentido conferido na época (anos 1930 e 1940) pela própria elite de Chapecó, ou seja, “colonizador” não era apenas o colono imigrante, mas sim todos os sujeitos sociais envolvidos com a política de colonização e de desenvolvimento do Oeste.

transformar, de romper com o passado, “sertão”; desejo este de tornar possível uma “vontade de cidade”, uma “vontade de progresso e civilização”.

Torna-se igualmente importante pensar em que medida esse desejo de cidade e de modernidade foi colocado em termos de “projeto”,¹² isto é, em termos de “planejamento urbano”. Partimos do pressuposto de que a elaboração de um projeto de cidade para Chapecó caracteriza-se pelas “preocupações modernas”, pelo desejo de “modernidade urbana”. Desse modo, há possibilidade de pensarmos nas questões relativas ao traçado urbano, o porquê da abertura de ruas e avenidas largas, de o projeto ser parecido com um tabuleiro de xadrez, com uma distribuição ordenada e sucessiva de quadrados que cobrem toda a superfície, tendo condições de se estender indefinidamente, tão somente conforme seus alinhamentos.

Em relação ao projeto de cidade moderna, objetivo também fundamental é discorrer acerca do “trabalho pedagógico”, de “orientação intelectual”, realizado a partir da fundação do jornal A Voz de Chapecó, em 1939. Uma das preocupações da imprensa local era educar os chapecoenses, sendo que, além do forte discurso nacionalista, há à existência de vários artigos tematizando questões relacionadas à construção civil, saúde pública, aos hábitos de higiene e costumes “civilizados” adequados a uma cidade.

Por último, buscar discutir as questões consideradas importantes, pelo colonizador, para a “consolidação da modernidade” em Chapecó – saber em que consiste e quais os “sentidos” desse “desejo de modernidade”. Destacamos a importância de se pensar a modernidade não apenas na lógica do desejo de construção do urbano, mas muito mais na relação com outras questões tematizadas no restante do País, ou melhor, no próprio Estado Novo, como: a questão da construção da Nação, da nacionalidade, de uma identidade nacional

¹² Através de nossa pesquisa documental, encontramos dois “desenhos” (“mapas”) para a construção de uma cidade moderna em Chapecó. Porém, posteriormente às décadas de 1930 e 1940, os “desenhos” foram denominados de “Plano Diretor” (datado do ano de 1931) e de “Plano Urbanístico” (datado do ano de 1938). É muito importante assinalar que, na época, esses “desenhos” (verdadeiros mapas para a construção de uma cidade) não possuíam essa denominação. Os termos “Plano Diretor” e “Plano Urbanístico” são mais recentes. Em todo caso, neste trabalho, utilizaremos a noção de “projeto” ao nos referirmos aos “desenhos” de cidade dos anos 1930. Uma discussão mais profunda sobre este problema, dos possíveis usos do documento histórico, está presente no segundo capítulo.

brasileira; preocupação política com a colonização e desenvolvimento do interior (Oeste); preocupação com a formação intelectual (ensino primário) e moral das crianças; preocupação com o trabalho (formação do “trabalhador nacional”) e o “progresso como produto do trabalho”.

Instigados por inúmeras questões colocadas pelo colonizador, principalmente a partir da abertura de um meio de comunicação em Chapecó – jornal A Voz de Chapecó, periódico de circulação semanal de apenas quatro páginas –, fomos motivados a escolher o tema e a formular o problema desta pesquisa. Não no sentido de procurar escrever sobre a história da imprensa em Chapecó, mas de utilizar a imprensa escrita como fonte para o estudo da cidade e do urbano. A fonte impressa não se constitui na única, nem estamos classificando-a como a mais importante, porém ela pode nos oferecer “algo mais” em relação às outras fontes (orais, iconográficas, oficiais, etc.). Pode oferecer “algo mais” também pelo fato de que é a família proprietária da Empresa Colonizadora Bertaso quem está à frente das iniciativas para a abertura de um meio de comunicação, embora este seja resultado da soma de vários “desejos”.

Fundado em 03 de maio de 1939, o periódico semanal é o resultado das necessidades colocadas por um grupo local, para a consolidação da ordem e do progresso regionais. Além do Coronel Ernesto Francisco Bertaso e de seu filho Serafim Enoss Bertaso, foram fundadores do jornal o Juiz de Direito da Comarca de Chapecó, Dr. Antônio Selistre de Campos, e o advogado da colonizadora Bertaso e diretor do periódico, Vicente Cunha, além de outros colaboradores, como o advogado Cid Loures Ribas e o gerente comercial do jornal, Octavio Silva.

Outras circunstâncias relevantes, para a escolha do objeto de estudo, é a própria carência de trabalhos historiográficos específicos sobre o Oeste na Era Vargas, mais particularmente no período do Estado Novo. Assim, é nosso “desejo” estudar esse período histórico de enorme complexidade interpretativa, procurando relacionar o contexto social

local com o conjunto mais amplo, possibilitando outros “olhares” sobre questões importantes, como a “modernidade” no Estado Novo.

Sem dúvida, para a historiografia regional, consideramos importante abrir novas possibilidades de leituras e interpretações na produção de novos trabalhos sobre Chapecó, até porque uma questão que deve ser colocada é a de não estarmos priorizando a “leitura da cidade” (em termos de problematização das fontes) pelos “olhares” das “pessoas comuns”.¹³ Foi necessário definir como objetivo central, pela própria questão da delimitação temporal do tema e necessidade de investigação, o projeto de cidade idealizado pelo colonizador e as iniciativas para sua concretização. Contudo, procuramos, mesmo na “leitura da cidade do colonizador”, em detrimento de um maior aprofundamento na “leitura da cidade dos excluídos”, numa perspectiva benjaminiana, “escovar a história da cidade de Chapecó a contrapelo”. Porém, com prioridade para a problematização dos “produtores do espaço”, daqueles que, segundo Marcel Roncayolo,¹⁴ “fazem a cidade”, projetam, discutem e executam. Está presente, nesse contexto, a figura dos arquitetos, engenheiros, enfim os profissionais da urbe. Mas há também a problematização das leituras dos habitantes do espaço, dos sujeitos que conferiram sentidos e significados ao espaço citadino. Aqui, mais uma vez mencionamos que há uma classificação, com destaque maior aos “leitores especiais” da urbe: fotógrafos, viajantes, pessoas letradas, etc. Ao longo de todo o trabalho, procuramos problematizar algumas falas (utilizando-se o recurso da história oral) de sujeitos (pessoas comuns) que viveram na Chapecó dos anos de 1930 e 1940. Tais falas serão cruzadas com as outras fontes, no sentido de discutir a questão da modernidade no período. Enfatizamos, nesse momento, toda a dificuldade de se fazer ou aprofundar a história dos “cidadãos comuns”, das pessoas “sem importância” que viveram e vivem à margem da zona nobre da cidade, nos

¹³ Entendemos aqui “pessoas comuns”, como sendo os sujeitos sociais não prioritários pelo colonizador, para a tarefa de colonizar a região. Isto é, os sujeitos que construíram suas residências a margem do centro da cidade, ou foram obrigados a se adaptar as transformações do espaço impostas pelo poder público. Encontrando-se aqui, principalmente a figura dos caboclos.

¹⁴ RONCAYOLO, Marcel. *La ville et ses territoires*. Paris, Gallimard, 1990.

bairros considerados, hoje, como materialmente inferiores devido à pobreza, violência, falta de uma maior infra-estrutura urbana, etc.

Este trabalho, a nosso ver, abre um leque enorme de questões passíveis de serem problematizadas. Poderíamos dizer, pensando com Gilles Deleuze e Félix Guattari, que traçamos para investigação apenas um “mapa”, um “diagrama”. Procuramos ao longo do trabalho “desemaranhar linhas” – embora sendo poucas, mas não menos significativas – da história de Chapecó. Há possibilidade e necessidade de traçar e discutir outras “cartografias”, produzir outras microanálises.¹⁵

Para uma história cultural da cidade e do urbano, consideramos a “cultura” como elemento central em nossa análise. Desse modo, há condições de pensar o objeto de questionamento a partir da noção de “subjetividade”, percebendo as “redes de sociabilidade” e as “relações de poder” estabelecidas em Chapecó. Sendo que as categorias centrais de análise para a problematização das subjetividades locais são as de “discurso” e “prática”. Com esta perspectiva traçada, poderemos discutir as noções de “civilização”, “modernidade”, “ordem” e “progresso”, como categorias culturalmente construídas, muito utilizadas nos anos 1930 e 1940, além da própria utilização pela historiografia mais “clássica” sobre o Oeste.

Em relação à noção de *cultura*, a partir de Norbert Elias,¹⁶ entendemos ser indispensável percebê-la não como sinônimo de *civilização*, mas como processo de elaboração da vida, como uma rede de significados socialmente constituídos. Elias entende a civilização como “invenção”, “construção”. Discorrendo sobre a história dos costumes, o autor deixa claro que nem sempre o homem ocidental se comportou da maneira que estamos

¹⁵ A partir da teorização proposta por Deleuze e Guattari, entendemos o conceito de mapa, cartografia, ou diagrama, como um conjunto de linhas, estas funcionando sempre ao mesmo tempo; por exemplo: o conjunto das linhas de uma mão constituem um mapa. “Acreditamos que as linhas são os elementos constitutivos das coisas e dos acontecimentos. Por isso cada coisa tem sua geografia, sua cartografia, seu diagrama.” DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992, p. 47.

¹⁶ ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: uma história dos costumes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 1v.; ELIAS, Norbert. *O processo civilizador: formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.

acostumados a considerar como típica ou como sinal característico do homem “civilizado”.¹⁷ Uma das grandes questões colocadas por Elias é justamente como ocorreu essa mudança, esse processo civilizador, ou processos civilizadores, em que consistiu, quais foram suas causas ou forças motivadoras. O autor chama a atenção para o que denomina de “a curva da civilização”, na passagem da transformação da noção de “civilidade” para uma noção mais ampla e complexa, a da “civilização”. Contudo, enfatiza a existência de diferenças entre os conceitos de “civilização” e “cultura”; o primeiro identificado, inicialmente, muito mais na França e Inglaterra, e o segundo, na Alemanha. Mas a *civilização*, derivada do conceito de *civilitè*, é o resultado de um novo estágio de desenvolvimento social, sendo utilizada para diferenciar uma nação da outra, como o conceito de “Kultur” foi importante para os alemães diferenciarem a Alemanha dos outros países. *Civilização* indica, em suma, uma nova forma de autoconsciência que o Ocidente passa a ter de si mesmo. No conjunto da sociedade européia, há o desejo de propagar o discurso da *civilização* para que outras nações tornem-se civilizadas, completando o processo. Assim, é necessário difundi-la e ampliá-la a partir do padrão já conhecido.¹⁸

Nessa perspectiva é que concebemos a cultura como um conceito central em nossa contemporaneidade; e também pelo fato de que as “lutas pelo poder”, em nossa sociedade, como destacou Stuart Hall, são “lutas simbólicas e discursivas”, sendo que a política acaba sempre assumindo uma feição de “política cultural”. Escrevendo no final do século XX, Hall assinala que, “[...] por bem ou por mal, a cultura é agora um dos elementos mais dinâmicos – e mais imprevisíveis – da mudança histórica do novo milênio.”¹⁹

A partir disso, entendemos que por este caminho podemos pensar a “subjetividade” como noção importante em qualquer análise histórica. A subjetividade é o próprio discurso,

¹⁷ Ibidem, p. 13.

¹⁸ Ibidem, p. 113.

¹⁹ HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: Educação e Realidade, 22(2), 15-45, jul./dez, 1997. p. 16.

materializado em práticas sociais e políticas, resultado de “desejos”, “emoções”, “sensibilidades”, “visões” e “interpretações” de mundo. A subjetividade, conforme Michel Foucault, é algo em constante construção, imprescindível para a legitimação e consolidação do poder nas sociedades históricas. Enfim, a subjetividade constrói o sujeito, sendo que essa construção se efetua nas múltiplas temporalidades e de acordo com as relações de poder estabelecidas.

Outro autor importante para esta discussão acerca da subjetividade – encontrando-se, inclusive, muito próximo a Foucault – é Félix Guattari. A partir de Guattari, podemos pensar a subjetividade em termos de “modelização”, de “construção serial” dos sujeitos históricos, da “construção política do desejo”, em escala mais ampla no sistema capitalístico, ou não.²⁰ A subjetividade molda e constrói os sujeitos, porque a construção da subjetividade no capitalismo, segundo Guattari, é algo mais importante até mesmo que a produção de petróleo. O sistema capitalístico se mantém e se fortalece pela própria produção e reprodução de subjetividade. Por isso, qualquer mudança a nível estrutural deve se dar não em termos de economia política, mas em termos de “economia do desejo”; é preciso adentrar o nível da “produção subjetiva”. O questionamento sobre o sistema capitalístico não deve ser apenas a respeito do conjunto das lutas políticas e sociais em escala mais ampla, mas em termos de “revolução molecular”, revolução esta que se opera na ordem da produção política do desejo. Destaca Guattari, que o problema da subjetividade deve ser colocado e discutido em sentidos totalmente diferentes daqueles do marxismo. Não basta nos apropriarmos somente dos meios de produção ou dos meios de expressão política, é preciso entrar no campo da economia subjetiva, onde se opera a produção política do desejo – o espaço da “mídia”, por exemplo.

Então, um problema importante, nesta análise da cultura urbana em Chapecó, é como estamos considerando o “desejo”. De qualquer forma, do ponto de vista teórico, optamos por

²⁰ GUATTARI, Félix – ROLNIK, Suely. *Micropolítica – Cartografias do Desejo*. 4º ed. – Petrópolis: Ed. Vozes, 1996.

trabalhar com a noção de desejo, mesmo este trabalho partindo da análise do discurso. De fato, no “conjunto” da obra de Foucault está presente toda uma reflexão em torno da “vontade de poder”, sendo que o autor articula essa noção com a discussão da subjetividade. É fundamental destacar que Foucault parte de uma perspectiva nietzschiana, principalmente a partir das teorizações do conceito de “vontade de potência”.²¹ Porém, nesta análise cultural da cidade, preferimos não utilizar a noção de “vontade”. Por outro lado, a escolha da categoria “desejo” justifica-se pelo fato de que o desejo é subjetividade, é o próprio discurso. Esta escolha também justifica-se pela nossa pretensão em estabelecer um diálogo entre autores com abordagens muito próximas, como é o caso de Foucault, Deleuze e Guattari. Importante assinalar que estamos considerando o desejo como “modelador”, “definidor” dos discursos e práticas sociais locais. É o desejo que define toda a “vontade de criar”, possibilitando o “processo de invenção social da cidade”. O desejo transforma os objetos, injeta significados, “alma”, sendo que através da fluidez dos discursos podem, como destacou Robert Pechman,²² transformar “cidades de pedras” em “pedras da cidade”.

Nesta dissertação, torna-se fundamental estar definindo, do ponto de vista conceitual, nosso entendimento em relação às categorias *discurso* e *prática*. A crítica de Foucault em relação à “ciência” e à noção de “verdade”, entendidos aqui como uma crítica à própria modernidade, possibilita-nos problematizar a cidade como objeto de estudo e, portanto, de questionamento. Desse modo, a profunda crítica de Foucault ao essencialismo, à naturalização do objeto, sem dúvida, atingiu a própria produção do conhecimento histórico. Muito próximo a Nietzsche, Foucault afirma que as coisas estão na superfície. Não há uma essência; atrás de

²¹ NIETZSCHE, Friedrich. *Vontade de potência*. Rio de Janeiro: Globo, 1966.

²² PECHMAN, Robert Moses. Pedra e discurso: cidade, história e literatura. In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos S. B.; VASCONCELOS, Sandra G. T. (Org.). *Gêneros de fronteira*. Cruzamentos entre o histórico e o literário. 1. ed. São Paulo: Xamã VM Editora, 1997, v. , pp. 101-107.

uma máscara há outra e assim sucessivamente.²³ Os objetos não são naturais, tudo é histórico, construído.

Compartilhando também dessa leitura, embora criando os seus próprios conceitos de análise, Deleuze mostra-nos que a filosofia sempre se ocupou de “conceitos”, sendo que estes por muito tempo foram utilizados para definir o que uma coisa é, ou seja, sua essência. Contudo, os conceitos podem adquirir vários significados. Para Deleuze e Guattari, o conceito deve se referir ao “acontecimento” e não mais a uma idéia cartesiana de essência. O interesse passa a ser pelas circunstâncias de uma coisa e/ou objeto. “Em que casos, onde e quando, como, etc?”²⁴ É importante, pois, pensar os conceitos a partir da idéia de “rizoma”. *Rizoma* é um caso de “sistema aberto”. A filosofia ocupa-se de conceitos, sendo que um *sistema*, nessa lógica, é um conjunto de conceitos. No entanto, um sistema é aberto quando os conceitos não são mais relacionados a essências, mas relacionados sempre às circunstâncias. É vital não mais tomar os conceitos como prontos, pelo fato de que eles não pré-existem. Como afirmou Deleuze, as árvores não existem, o que existem são apenas “rizomas”, conceitos. É necessário, então, com a filosofia, criar, inventar os conceitos.

A partir dessa perspectiva, entendemos que é pelos discursos e práticas sociais (políticas) que os objetos e os sujeitos são constituídos historicamente, produzidos numa determinada cultura, enquanto subjetividades. Pensamos o *discurso* enquanto relação de forças, jogos e relações de poder, enfim como produção de saber. Os discursos constituem os objetos dos quais falam. O sujeito não é um ser constituinte, mas um objeto a ser constituído. Os sujeitos são constituídos na história, são fundados e refundados pela própria história. Assinala Foucault, a necessidade, de não mais concebermos os discursos como conjuntos de

²³ Importante ver a discussão de Foucault, acerca do debate de Nietzsche em torno da noção de “profundidade”. É preciso, assinala Nietzsche, em qualquer análise, ser um “bom escavador dos baixos fundos”, sem que isso signifique a busca de uma essência e/ou origem. FOUCAULT, Michel. *Nietzsche, Freud e Marx – theatrum philosophicum*. 4ª ed. São Paulo: Princípio, 1987.

²⁴ DELEUZE, G. Op. Cit. 1992, p. 37.

signos, e sim como práticas que constituem sistematicamente os objetos de que falam.²⁵ A prática sempre determina os objetos; a relação determina o objeto, e só existe o que é determinado. Nessa perspectiva, não classificamos o discurso como sendo *ideologia*, mas o discurso sempre interligado com a prática, não existindo um primeiro motor ou uma instância superior (superestrutura econômica), como no caso da ideologia.

Para melhor definir o que é *prática*, interessante articularmos esta noção com o entendimento do que é, de acordo com Foucault, a “gramática política de uma época”, ou seja, as condutas práticas de um governo, das instituições, percebendo assim como se constituem as relações sociais, as relações de poder. Como exemplo de análise, relevante discorrer sobre uma discussão de Paul Veyne, em torno da escrita da história do próprio Foucault.²⁶ Discutindo o exemplo da suspensão do combate de gladiadores, em Roma, no século IV, Veyne coloca em destaque a perspectiva foucaultiana, ao contrário de boa parte da historiografia sobre o período, de que a supressão da gladiatura esteve ligada a uma “mudança de prática política”, uma “prática paternal” dos imperadores em relação ao povo. A mudança cultural ocorreu não porque os imperadores tornaram-se cristãos, mas porque estava relacionada ao conjunto da história: supressão do senado; emergência de uma “nova ética do corpo”, passando este a não ser mais um brinquedo. Tais circunstâncias históricas é que contribuíram para a mudança política, uma mudança de *prática política*. Foi por esse caminho que, segundo Veyne, os imperadores romanos tornaram-se muito naturalmente cristãos, ou seja, paternos, acabando com a prática da gladiatura.

Através das categorias discurso e prática, procuramos discutir as noções de civilização, ordem, modernidade e progresso, considerando sempre o conjunto da história como produção cultural, em determinados momentos e espaços, respondendo a determinadas necessidades. É necessário perceber em qual momento, quando e como, essas noções

²⁵ FOUCAULT, M. O. Cit. 2005.

²⁶ VEYNE, Paul. Como se escreve a história. 4º ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998.

emergem enquanto resultado de um discurso verdadeiro, como “verdade” do Ocidente moderno. Saber no que consistem, como foram incorporadas pelos discursos de época (colonizador) e pela própria historiografia mais clássica sobre o Oeste. Ao questionar estas noções do ponto de vista da teoria e metodologia da história, também estaremos questionando a idéia do progresso do Oeste como resultado do trabalho do colono, do colonizador, dos pioneiros e desbravadores da região. Isso não significa que não consideramos o elemento “trabalho” em nossa abordagem, pois a própria cidade é resultado do trabalho do colonizador. Porém, problematizamos criticamente o trabalho do colonizador como fruto de *práticas discursivas*, históricas, sempre relacionadas com o conjunto do campo social: o próprio discurso moderno do Ocidente.

Por fim, salientamos que as fontes utilizadas nesta pesquisa são de natureza diversa. A pesquisa foi realizada no sentido de mapear e selecionar as fontes que nos possibilitassem escrever sobre Chapecó, relacionando o contexto local com o período do Estado Novo. Obras de época – não menos importantes para a historiografia –, como a *Marcha para Oeste*, de Cassiano Ricardo, foram imprescindíveis para pensarmos quais os “sentidos da modernidade” na propaganda de conquista do Oeste, da campanha nacional de interiorização do país, contemplada no projeto “modernizador” e “nacionalista” de Vargas. No conjunto das fontes (escritas, iconográficas, orais, etc.), até mesmo sendo um dos definidores da delimitação temporal deste trabalho, destaca-se o periódico A Voz de Chapecó.

Procuramos pensar a fonte impressa e citamos aqui Robert Darnton,²⁷ não como um registro do que aconteceu, mas como um “ingrediente” dos próprios acontecimentos – tentativas de construção, transformação do espaço citadino em Chapecó. Pensamos a imprensa enquanto “desejo” de determinada camada da sociedade, desejo de construção da modernidade, de transformação da própria realidade local.

²⁷ DARNTON, Robert; ROCHE, Daniel. *A Revolução Impressa: a imprensa na França, 1775-1800*. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

Fonte histórica também muito importante são as fotografias. Igualmente em relação às imagens da cidade, com Roland Barthes,²⁸ buscamos pensar a fotografia enquanto “desejo” de determinados sujeitos sociais, os fotógrafos, em determinado período história, de dar visibilidade as suas concepções de mundo, aos seus valores, enfim suas motivações em escolher para “registro” da história determinado “recorte social da realidade”, consubstanciado na imagem fotográfica.

Outra fonte também utilizada diz respeito aos relatos de viajantes que percorreram o Oeste durante a primeira metade do século XX, além de obras de escritores, “leitores especiais” da cidade, que escreveram sobre Chapecó. Ora esses autores tentando dar visibilidade às imagens da cidade, ora buscando escrever uma história do desbravamento da região, do pioneirismo gaúcho.

De fato, procuramos, ao longo do trabalho, estreitar um diálogo entre as fontes escritas e iconográficas, juntamente com as próprias fontes orais (entrevistas). Em meio a essas fontes, nenhuma selecionamos como a mais relevante. Conforme observou Marc Bloch,²⁹ a multiplicidade de testemunhos históricos é quase infinita. Por isso, tudo o que o homem diz ou escreve, tudo o que constrói, tudo o que toca pode e deve possibilitar a produção de conhecimento sobre ele.

Consideramos vital a utilização das fontes orais, no sentido de que elas ampliam as possibilidades de “interpretação” do próprio passado. Como destacou Verena Alberti, a história oral permite o registro de testemunhos e o acesso a “histórias dentro da história”.³⁰ A importância da oralidade está no fato de que ela possibilita “[...] conhecimento de

²⁸ BARTHES, Roland. *A câmara clara: nota sobre a fotografia*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994.

²⁹ BLOCH, Marc. *Introdução à história*. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1974.

³⁰ ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. – São Paulo: Contexto, 2005, p. 155.

experiências e modos de vida de diferentes grupos sociais”.³¹ É nesse sentido que, na escrita da história, as fontes orais não são menos importantes do que as fontes escritas.

No diálogo com as fontes orais, entendemos ser muito importante as discussões historiográficas em torno das noções de “memória e história”, por exemplo: para Maurice Halbwachs,³² a memória é sinônimo de “lembrança viva”, não sendo importante transformá-la em registro escrito, pois no exato momento em que é transformada em escritura ela já estabeleceu sua passagem à história. Segundo o autor, apesar de situados no mesmo campo da memória social, as noções de memória e história são distintas. Assim, *“A memória coletiva não se confunde com a história, e a expressão “memória histórica” não foi escolhida com muita felicidade, pois associa dois termos que se opõe em mais de um ponto.”*³³

Aproximando-se muito dessa perspectiva, Pierre Nora,³⁴ nos anos 1980, desenvolve suas reflexões em torno da memória, dos “lugares da memória”. Para Nora, história e memória são distintas. O termo “memória” é sinônimo de “lembrança viva”. *“A memória é vida, sempre carregada por grupos vivos.”*³⁵ Em todo caso, torna-se importante considerar em relação à memória que ela está em constante evolução, *“[...] aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações.”*³⁶ Por outro lado, Nora fala que a “história” seria uma reconstrução problemática e incompleta do que não existe mais, ou melhor, a história é uma “representação do passado”.

De qualquer modo, é evidente a necessidade de toda uma problematização teórico-metodológica, no que diz respeito às fontes orais. Até porque, se pensarmos no uso político da

³¹ Ibidem, p. 166.

³² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990.

³³ Ibidem, pp. 80-81. (grifos são nossos).

³⁴ NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: *Projeto História*. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

³⁵ Ibidem, p. 9.

³⁶ Ibidem.

memória, como assinalou Halbwachs, a memória coletiva seria a forma mais completa de uma memória nacional, ou melhor, a memória coletiva é a própria memória pública nacional, memória oficial. Com Michael Pollak,³⁷ entendemos ser extremamente válido, no uso da fonte oral para a escrita da história, o estudo das “memórias subterrâneas”, das memórias proibidas, clandestinas, em que o silêncio em volta delas define-se muito mais como uma resistência que a sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais, como por exemplo, o autor cita o caso dos sobreviventes dos campos nazistas de concentração. É por este caminho que pensamos a formação de uma “memória pública nacional”, na sua utilização política pelo poder. É dessa maneira que consideramos muito profícuo, na produção do conhecimento histórico, o estudo e questionamento das “memórias subterrâneas”.

Sobretudo, consideramos importante este estudo da *cultura urbana* em Chapecó, não somente pela inexistência de trabalhos historiográficos sobre essa temática,³⁸ mas também pela possibilidade de problematizar a história local (economia, sociedade e política), numa outra perspectiva de análise. Claro que a própria opção teórico-metodológica interfere na problematização das fontes, mesmo que estas tenham sido problematizadas em outros trabalhos, novas interpretações sempre serão totalmente possíveis e necessárias (discussão esta presente no primeiro capítulo). Contudo, acreditamos que essas diferenças em relação às outras abordagens somente contribuem para a historiografia regional, principalmente na discussão do período histórico do Estado Novo, o qual segue praticamente inexplorado pela historiografia.

Esta dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, realizamos uma discussão relacionada às tentativas de construir, no mesmo espaço da vila Passo dos Índios, uma

³⁷ POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

³⁸ Apesar de não ser este seu objeto central de questionamento, conferimos destaque para o segundo capítulo da tese de doutoramento da historiadora Eunice Sueli Nodari, defendida na PUC/RS em 1999, intitulada *Construindo as cidades: aspectos sócio-culturais*. Este é um trabalho importante, sendo que a autora discute, mesmo que de forma introdutória, as construções das cidades de Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó, na primeira metade do século XX.

cidade. Nossa intenção foi a de compreender o momento da emergência de um “interesse político” sobre a cidade, o momento em que a cidade é “pensada” e “sentida” como problema. Igualmente, procuramos discorrer acerca das iniciativas locais – principalmente através da abertura de um meio de comunicação – para tornar possível o projeto local, objetivando entender em que sentido a fundação de A Voz de Chapecó está relacionada com o problema da construção da cidade e da modernidade urbana.

No segundo capítulo, priorizamos a discussão em torno do projeto de cidade elaborado a partir do próprio desejo do colonizador em construir uma cidade moderna. Procuramos investigar a cidade a partir da sua “construção imaginária”, pois a cidade projetada foi pensada visando o “futuro”, isto é, a cidade não era ainda uma “realidade”, mas muito mais o resultado de um “sonho”, sendo que este estava muito mais presente nas subjetividades do proprietário da Empresa Colonizadora Bertaso (Coronel Ernesto Francisco Bertaso). De qualquer modo, nossa reflexão foi além de um estudo específico do traçado urbano, pelo fato de também realizarmos uma problematização acerca da política de “disciplinarização” dos habitantes do espaço citadino, ou seja, da tentativa daquele grupo de homens, reunidos através da imprensa, em “educar” os chapecoenses normatizando seus hábitos e comportamentos, no sentido de concretizar a cidade moderna.

Por último, o terceiro capítulo contempla uma discussão mais profunda em torno do “problema da modernidade”. Tentamos perceber a importância conferida pelo colonizador em relação aos empreendimentos (investimentos do Estado) considerados prioritários para a consolidação da modernidade, investimentos em infra-estrutura urbana, abertura de estradas, construção de escolas, melhoramentos nos serviços de transporte e comunicação, instalação de uma rede de energia elétrica, etc. Buscamos compreender em que medida a construção (imaginária) da cidade do futuro está relacionada com os investimentos (principalmente do poder público) no “presente”. Enfim, nosso objetivo foi discutir a modernidade em Chapecó, relacionando-a com o contexto social e político do Estado Novo, mais especificamente com a política de nacionalização,

de Vargas. Quais os “sentidos”, quais as leituras construídas na época em torno desta problemática, ou seja, as relações entre o local e o nacional.

CAPÍTULO 1

A CIDADE COMO OBJETO DE DESEJO DO COLONIZADOR

“A relação entre cidades e seres humanos tem sido encarada de vários pontos de vista. Consideradas produtos da “arte” humana, elas simbolizam o poder criador do homem, a modificação do meio ambiente, a imagem de algo artificial, de um artefato enfim.”³⁹

1.1 Romper com o passado (sertão): transformar a “vila” em “cidade”

Construir a cidade. Eis uma das questões fundamentais, colocadas com mais força pelo colonizador, no final dos anos de 1930, em Chapecó. Momento histórico singular, momento de difusão do discurso nacionalista e “modernizador” do Estado Novo, de Vargas, no qual a elite econômica e intelectual de Chapecó procura romper com o passado, com o atraso do Oeste, na região do “Velho Chapecó”.⁴⁰ Nesse contexto, romper com o passado significava transformar a pequena vila em cidade moderna, do futuro, de acordo com os padrões da civilização ocidental.

A elite local procurou construir uma imagem, durante o período do Estado Novo, de que Chapecó não se constituía em centro civilizado, sendo ainda uma vila, um pequeno povoado. Procuravam desconstruir a idéia de que Chapecó estava em pleno desenvolvimento

³⁹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Imagens da cidade: Séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH: Marco Zero: FAPESP, 1994. p. 7.

⁴⁰ A expressão “Velho Chapecó”, de acordo com Eli Maria Bellani, “[...] é muito usada pelos antigos moradores e descendentes dos colonizadores, referindo-se à extensão territorial que possuía o Município de Chapecó, desde sua criação em 1917, até o primeiro desmembramento ocorrido na década de 1950.” BELLANI, Eli Maria. *Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do Velho Município de Chapecó (1917-1950)*. Florianópolis: UFSC, 1991, p. 15.

da civilização. A intenção era somente mostrar a “realidade” da pequena povoação, chamando a atenção do poder público para as necessidades locais, mostrar que “Chapecó era um vilarejo do sertão”,⁴¹ nas ruas não havia ainda “iluminação elétrica” e as casas, construídas de madeira, eram verdadeiros caixões. Igualmente explicitar que o município de Chapecó seria, até o momento, um dos principais do Estado, o maior em extensão territorial (aproximadamente 14 000 km²) e o mais importante em recursos naturais (florestas, terras férteis). Portanto, Chapecó teria possibilidade, de acordo com os discursos locais, de um futuro grandioso.

No final dos anos 1930, objeto de desejo, a cidade se constitui, nas iniciativas dos homens locais no objetivo principal para tornar “possível” a civilização daquela povoação, uma pequena vila afastada dos grandes centros urbanos do País. Poder-se-ia dizer que, tanto nesse contexto local, quanto a nível mais amplo, as categorias *cidade* e *civilização* não são, em momento algum dissociáveis. Conforme assinala Pechman, “[...] a civilização moderna não é possível sem a cidade. E a cidade não só como cenário, mas como condição inevitável da civilização.”⁴²

Constituíam-se como problema, em Chapecó, a produção do espaço urbano, cidadão. Neste trabalho, pensamos a “idealização e construção do urbano”, em Chapecó, e não na “modernização do urbano” o que, sem dúvida, é muito diferente. Ora, Chapecó, até 1939, era ainda considerada uma vila do interior do Estado, *vila Passo dos Índios*, distrito sede do município de Chapecó, até ser considerada cidade, passando a se chamar *Chapecó*. Como assinala Bellani, Chapecó recebe o foro de cidade, cuja atribuição lhe foi conferida pelo poder público estadual, somente em meados do ano de 1939.⁴³

De qualquer forma, as categorias *cidade* e *urbano* não significam uma única e mesma coisa. Na história, estão estreitamente relacionadas, porém com diferentes significações.

⁴¹ Explicação. Jornal *A Voz de Chapecó*. Ano I. Nº 6. 11/06/1939, p. 2.

⁴² PECHMAN, R. M. Op. Cit. 1997, p. 104-105. (grifos são nossos).

⁴³ BELLANI, E. M. Op. Cit. 1991, p. 18-19.

Através da análise e crítica dos discursos da época, percebe-se que, entre Chapecó ser considerada “cidade” e a “modernidade urbana” estar presente e consolidada, há uma considerável diferença. O problema colocado era o de “edificar a cidade”, pensando na constituição do urbano, de acordo com os padrões da engenharia e arquitetura modernas. Havia uma idealização do urbano, pelo fato de Chapecó ser uma cidade localizada numa região cujo processo de colonização não estava completado.

É fundamental destacar que o discurso do colonizador é um “discurso urbano” acerca da cidade, ou seja, um discurso que é a “expressão de um desejo”, o desejo de transformar uma “vila rural” em uma “cidade moderna”. Estas representações construídas em torno da pequena Passos dos Índios deixam transparecer a idéia da inexistência do urbano, da inexistência da modernidade. Dessa forma, é importante procurar perceber a “construção imaginária” do urbano por parte da elite local.

Através de um diálogo com as fontes iconográficas, imagens da cidade, podemos identificar, que, no próprio espaço da cidade, o “rural”⁴⁴ acaba perpassando pelo urbano, ou melhor, pelo que era entendido como “urbano”. A imagem selecionada é do ano de 1956. “Avançar” um pouco mais no tempo delimitado nesta pesquisa é importante para podermos perceber o processo, a cidade emergindo enquanto problema e as iniciativas buscadas para a sua construção.⁴⁵ Nessa imagem, fica evidente que o fotógrafo posiciona-se no que poderíamos denominar de “espaço rural”. Teria ele a intenção de mostrar os limites entre o

⁴⁴ Utilizamos o termo “rural”, apenas para problematizá-lo no sentido atribuído na época, na leitura crítica das fontes. Seu significado está completamente relacionado ao sentido das noções de campo, meio agrícola e até mesmo a sertão (região não civilizada). A classificação como “sertão” decorre do fato de que os meios de transportes e comunicações eram precários no meio rural. Havia extrema necessidade, segundo o colonizador, em interligar, através da abertura de estradas, as vilas e distritos à sede do município (cidade de Chapecó). Além disso, outra justificativa para a utilização da palavra sertão, pela própria precariedade na educação escolar e falta de investimentos do poder público na agricultura.

⁴⁵ Nota-se na fotografia a imagem da igreja matriz do município de Chapecó. Ou seja, a nova igreja, construída a partir do início dos anos 50. Porém, importante ressaltar que a construção da nova igreja não era prioridade na época. Tornou-se prioridade após o incêndio criminoso da antiga. No qual culminou, posteriormente, no linchamento dos acusados, crime executado por uma organização da população local. Tanto a queima da igreja quanto ao linchamento, contribuíram significativamente para a reafirmação da imagem negativa de Chapecó e do Oeste, como “terra sem ordem e sem lei, terra de bandidos.” Sobre esta questão, ver: HASS, Mônica. O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950-1956. Chapecó: Argos, 2003.

campo e a cidade, na cena fotografada? Aqui uma questão importante. A fotografia foi feita por Victorino Zolet, sendo a primeira foto da cidade, realizada pelo profissional que atua em Chapecó há mais de 50 anos. Em seu livro lançado recentemente (coletânea de mais de 500 fotos da cidade de Chapecó),⁴⁶ cuja organização ficou a cargo de Alvírio Silvestrin e, como diretor do projeto, o próprio Zolet coloca-se como um fotógrafo que registrou a história da cidade de Chapecó, assumindo a posição de “testemunho da história”.



Figura 3: Chapecó no ano de 1956. Cópia do acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), “Coleção Cidade de Chapecó”.

A partir de Barthes,⁴⁷ procuramos pensar a fotografia numa dimensão cultural, como sendo ao mesmo tempo um recorte temporal e espacial da “realidade”, ou melhor, do próprio passado. A fotografia é um fragmento do real, ou seja, de uma determinada realidade passada.

⁴⁶ ZOLET, V. B. Op. Cit. 2006.

⁴⁷ BARTHES, R. Op. Cit. 1984.

*“O que a fotografia reproduz ao infinito só ocorre uma vez: ela repete mecanicamente o que nunca mais poderá repetir-se existencialmente.”*⁴⁸

No estudo específico da cidade, conforme aponta Charles Monteiro, é tarefa do historiador colocar a imagem fotográfica em seu tempo e pensá-la a partir da relação entre o assunto selecionado (a cidade), a técnica utilizada (máquinas portáteis reflex, filmes flexíveis, objetivas, filtros, etc.), e o fotógrafo, que é o sujeito produtor dessas imagens com seus filtros sociais num contexto histórico e numa determinada cultura visual.⁴⁹ Compartilhando da perspectiva de Barthes, Boris Kossoy destaca a importância da utilização da fotografia como fonte histórica. Toda fotografia, segundo o autor, tem sua origem a partir do desejo de um indivíduo que se viu motivado a congelar em imagem um aspecto dado do real, em determinado lugar e época.⁵⁰

Na fotografia da figura 3, torna-se perceptível o desejo do fotógrafo em fotografar determinado recorte da cidade: o centro, a igreja (Catedral Santo Antônio), a avenida Getúlio Vargas, alguns veículos (automóveis, caminhões, etc.) e as pessoas. Levantamos como hipótese a intenção do fotógrafo em dar visibilidade aos limites entre o rural e o urbano na própria avenida principal. Uma parte da rua é revestida de pedras, calçamento, e a outra (onde está posicionado o fotógrafo) é de terra batida. As pessoas circulam entre um extremo e outro. Esta hipótese é, sem dúvida, importante porque a “terra”, do ponto de vista histórico, é um símbolo que contribui na diferenciação entre o mundo rural e o urbano.

Em contrapartida, numa entrevista realizada com o fotógrafo, este procurou deixar claro que sua intenção sempre foi a de produzir um cartão postal de Chapecó.⁵¹ Quando chegou em Chapecó, teve logo o objetivo de fotografar a cidade. A posição escolhida para a

⁴⁸ Ibidem, p. 13. (grifos são nossos).

⁴⁹ MONTEIRO, Charles. A construção da cidade moderna em imagens: Porto Alegre anos 1950. In: Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural – Mundos da Imagem: Do texto ao Visual. Florianópolis: ANPUH-SC/Clicdata Multimídia, 2006. v. 1, p. 1-10.

⁵⁰ KOSSOY, Boris. Fotografia & História. – 2. ed. Ed. Ver. – São Paulo: Ateliê Editorial, 2001.

⁵¹ ZOLET, Victorino. Entrevista. Chapecó, 18 de agosto de 2007.

realização da fotografia foi determinada pela posição do sol. Em sentido norte/sul, afirma o fotógrafo, o sol não atrapalhava. Muito difícil era “tirar” uma foto da cidade da posição contrária (sul/norte). Porém, quando perguntamos o porquê de ter privilegiado um ângulo, no qual fica muito forte a imagem do rural em meio ao urbano, o porquê de não ter se posicionado na parte da rua cuja superfície é de macadame,⁵² Zolet responde afirmando que sua intenção foi de apenas registrar Chapecó numa dimensão mais ampla, queria mostrar toda a cidade. É nesse sentido que há uma contradição na própria fala do fotógrafo, no momento em que este afirma ser o sol o definidor da posição para o registro fotográfico e, posteriormente, quando diz que queria mostrar a igreja de frente para a cidade, isso em virtude da proximidade da data de inauguração da nova igreja.

Praticamente na mesma posição da fotografia de 1956, Zolet registra a cidade nos anos de 1957, 1958 e 1960. Ao longo do trabalho, procuramos explorar mais profundamente toda essa discussão em torno das imagens da cidade, do espaço rural perpassando pelo urbano. Importante estar considerando que, com o período de redemocratização do país (pós-1945), a disputa pelo poder político local era muito forte. Com certeza, os fotógrafos não se encontravam isolados dos meios social e político da época. É importante a consideração desta questão, na problematização da cidade a partir dessas imagens, por exemplo: o debate político em torno da falta de infra-estrutura, ausência de uma rede de energia elétrica na cidade, está presente na imprensa escrita, entre os periódicos locais do final dos anos 1940 e início dos 1950.⁵³ A disputa dava-se em torno da política partidária e os fotógrafos, sem dúvida, estavam inseridos nesse contexto.

As questões relativas à modernidade urbana pretendida pela elite de Chapecó fazem parte de todo um discurso que ganha força, sobretudo a partir do início da década de 1930,

⁵² *Macadame* é um sistema de pavimentação, calçamento de ruas e estradas com pedra britada, aglutinada e comprimida.

⁵³ Debate em torno de questões relativas à infra-estrutura urbana, entre os periódicos da época, nos anos 1940 e 1950: *Jornal A Voz de Chapecó*, *Jornal do Oeste*, *Jornal O Imparcial* e *Jornal do povo*.

tornando-se uma constante ao longo das décadas de 1940 e 1950. Em Chapecó, no início da década de 1930, a questão colocada era a da construção social da cidade e do urbano. A partir desta problemática, é necessário discorrer acerca das próprias noções de *cidade* e de *urbano*. Sendo que, através das fontes consultadas, poderíamos dizer que, mesmo recebendo a titulação de cidade pelo poder público, a elite local continuava a classificar Chapecó como uma “vila”, acrescentando-lhe o adjetivo “sertão”. Necessário seria transformar o “sertão” em “civilização”, na vila que possuía cerca de cem casas habitáveis, discurso que foi muito forte na época e a autoria é dos próprios colonizadores. Levantamos a possibilidade de este discurso ser endereçado para o poder público estadual e nacional, chamando a atenção para a responsabilidade (investimentos, presença do Estado) com a região. Isto pelo fato de o Estado Novo, na leitura política da elite local, significar a possibilidade de rompimento com o passado.

Importante destacar que a cidade está presente na história desde a antiguidade, mas o urbano constitui-se como tema particular a partir da própria emergência da sociedade moderna. Como destacou Sandra Pesavento, é sobretudo a partir do advento do capitalismo que a “questão urbana” surge como problema específico do Estado, colocando diante deste a exigência de um *modus vivendi* normalizador do “viver em cidades”.⁵⁴ Em Chapecó, o discurso do poder público está, de alguma forma, presente na busca da concretização da cidade, do *modus vivendi* normalizador de que fala Pesavento. São esses sujeitos sociais, de acordo com nossa leitura e interpretação das fontes, que arrogam para si a responsabilidade da mudança. Mas o poder público não está ausente desse contexto. Basta lembrar, no início dos anos 1930, a presença do próprio Juiz de Direito da Comarca de Chapecó, Antônio Selistre de Campos, nesse empreendimento local.

⁵⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço. Por uma história cultural do urbano. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 279-290.

Natural do Rio Grande do Sul, formado em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito de Porto Alegre, Selistre de Campos chegou em Chapecó no ano de 1931. Amigo muito próximo de Getúlio Vargas desde o tempo da faculdade,⁵⁵ todo o tempo em que exerceu suas atividades em Chapecó, de 1931 a 1943, quando se aposenta, coincide com o tempo em que Vargas ficou no governo. Esta ligação com Vargas e a política estadonovista se reforça quando, em 1943, com a criação do Território Federal do Iguaçu, Antonio Selistre de Campos é nomeado Juiz Federal.

Sendo um dos fundadores do periódico A Voz de Chapecó, pela questão de suas atividades profissionais, de 1939 a 1941, ele não participa “diretamente” na produção dos editoriais e dos artigos assinados do jornal. A situação muda a partir da segunda fase, em 1946, quando participa mais ativamente na produção escrita do jornal, escrevendo vários artigos assinados. A defesa dos princípios político-partidários do Partido Social Democrático (PSD) e de seus líderes locais constituiu-se em um de seus maiores esforços, além da sua notável preocupação com a questão indígena.

Em todo caso, Selistre de Campos foi um sujeito estreitamente ligado ao Estado, estando diretamente envolvido com todo esse “projeto” local.⁵⁶ De acordo com Victorino Zolet, o Dr. Selistre de Campos “[...] foi uma pessoa com uma cultura maravilhosa, gostava muito e se sentia bem em Chapecó.⁵⁷ Gostava muito de “tirar” retratos na cidade, com o intuito de enviar para seus familiares no Rio Grande do Sul. Queria sempre que sua imagem ficasse na frente da cidade, com o objetivo de mostrá-la, o crescimento, as mudanças ocorridas, e ele próprio envolvido nesse contexto. Contudo, nos primeiros anos residindo em Chapecó, logo após a fixação da sede do município de Chapecó na vila Passo dos Índios,

⁵⁵ DE ARRUDA, Mara Paulina Wolff. “O guardador da cidade”. Chapecó: UNOCHAPECÓ (Monografia do Curso de Pós-graduação em História), 2002.

⁵⁶ Usamos o termo *projeto* pelo fato que a questão se coloca em termos de projeto de cidade moderna para Chapecó. Porém, em relação à abertura do periódico, seus articulistas usam o termo *programa* para explicar suas intenções com o público leitor.

⁵⁷ ZOLET, Victorino. Entrevista citada.

Selistre de Campos parece querer dar visibilidade a determinada realidade. Na imagem da figura 4, percebe-se que Selistre de Campos toma uma posição conveniente no sentido de querer mostrar aspectos da época; posa para a fotografia praticamente ao lado de uma “tora” de árvore (possivelmente pinheiro). Percebe-se, também, que algo está ou vai ser construído no local. Além disso, um aspecto bem importante é o “mato” que está em volta do Juiz.



*Figura 4: Imagem de Antônio Selistre de Campos.
Cópia do acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).*

Em outra imagem (figura 5), podemos perceber Selistre de Campos como se estivesse apresentando a cidade para um determinado público receptor. A imagem, da metade dos anos 1940, reflete uma cidade localizada no interior e o próprio personagem a ser fotografado está com os pés em cima do que, aparentemente, parece ser um “monte de capim”. Pode-se também notar a presença de um poste de energia elétrica no meio da avenida Getúlio Vargas. Desde o final dos anos 1930 tinha-se dado o início da instalação de energia elétrica em Chapecó, mas esta não estava ainda totalmente consolidada. Além da presença do mato, pode-

se perceber que a estrutura das casas ainda estava em formato “caixão”, ou seja, uma caixa com uma cobertura, na maioria das vezes, de telhas. Tal definição, “casas formato caixão”, está presente também no jornal A Voz de Chapecó, nos artigos do engenheiro civil Serafim Enoss Bertaso.



*Figura 5: Imagens da cidade (Antônio Selistre de Campos, década de 1940).
Cópia do acervo pertencente a Victorino Zolet.*

Uma questão importante a ser destacada, na Chapecó dos anos 1930 e 1940, é a presença de “cercas” nas proximidades das casas. Nesta última imagem (lado direito), podemos visualizar pequena parte de uma cerca localizada bem em frente à avenida. A construção de cercados nas proximidades das residências, no meio rural, fazia parte da cultura dos colonos da época. Serviam para “fechar” os animais domésticos (suínos, bovinos, galináceos, etc.), evitando estragos nas plantações e até mesmo a própria circulação desses animais em outras propriedades. Mas o que nos desperta atenção é a presença dos cercados na própria cidade. A aprovação, pelo poder público, do *Código de Posturas* do município de

Chapecó ocorre somente no ano de 1948. Em contrapartida, no ano de 1941, é aprovado *Decreto Lei Municipal* proibindo a circulação de animais soltos nas ruas da cidade. Com esse decreto, a circulação de gado seria permitida apenas, no perímetro urbano da cidade e nas demais vilas do município, em terrenos fechados, estábulos e currais. Os cães deveriam ser matriculados, sendo que somente poderiam andar soltos nas vias públicas açaimados e com coleiras. Qualquer animal que fosse encontrado solto no perímetro urbano seria apreendido pelos funcionários da prefeitura, sendo posteriormente encaminhado ao depósito municipal.⁵⁸

Em relação às construções de “cercas” nos arredores das casas, Wenceslau Breves,⁵⁹ em seus relatos sobre Chapecó, a partir do início dos anos de 1920, período em que começou a exercer as atividades de agrimensor do Governo do Estado, assinalou a existência de toda uma preocupação dos colonos (descendentes de italianos e alemães), em construir cercas nas proximidades de suas residências, evitando com isso perdas com o cultivo dos produtos agrícolas. Prática esta totalmente diferente das exercidas pelos caboclos residentes na região. Estes, por sua vez, faziam “roças” muito distantes de seus “ranchos”, no sentido de evitarem o contato dos animais com suas plantações. Breves, quando da sua chegada no Oeste, procurava orientar os caboclos no sentido de estes compreenderem as vantagens (racionalização do tempo) das construções de cercados. Seria mais fácil e vantajoso construir cercas nas proximidades de suas habitações, evitando com isso o desperdício de tempo, tanto no momento do plantio quanto no da própria colheita.

Voltando à discussão da relação entre o poder público e o poder privado, de acordo com nossa leitura das fontes, constatamos que Antônio Selistre de Campos foi um representante do poder público muito respeitado em todo o Oeste de Santa Catarina, até mesmo na capital, Florianópolis. Walter Fernando Piazza fala da não viabilidade de um

⁵⁸ Chapecó. Decreto-lei n. 1, de 15 de abril de 1941. Proíbe a circulação de animais pelas ruas da cidade, instituindo multas aos proprietários infratores. *Jornal A Voz de Chapecó*, 13 de maio de 1941, n. 84, p. 4.

⁵⁹ BREVES, Wenceslau. O Chapecó que eu conheci. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina*, Florianópolis, 3. (06): 07-73, 1985.

trabalho de desbravamento e colonização do Oeste, como o realizado pelo Coronel Bertaso, sem a presença e “[...] a ação pertinaz de esclarecimento e de conciliação desse espírito superior que foi o Dr. Antonio Selistre de Campos, trazendo a todos tranqüilidade e segurança.”⁶⁰ Isso em virtude da região estar isolada dos meios políticos e administrativos, havendo ainda a forte presença indígena e de muitos posseiros.

Nesse sentido é que estamos pensando a construção da cidade e do urbano em Chapecó, na consideração da estreita relação entre público e privado. Apesar de não ter ocupado cargos políticos de relevância na cidade de Chapecó, sendo apenas presidente do Conselho Municipal, pelo Partido Republicano, em 1927,⁶¹ não podemos deixar de considerar as estreitas relações entre o proprietário da colonizadora e o poder público local e, principalmente, estadual. Como nos apontam os historiadores Carlos Humberto Corrêa e Jali Meirinho,⁶² há toda uma ligação de amizade e interesses que unia a família Bertaso e a família Ramos, mais particularmente nas pessoas do coronel, dono da empresa colonizadora Bertaso, e Nereu Ramos, Interventor Federal em Santa Catarina. Ernesto Francisco Bertaso é natural do Rio Grande do Sul (município de Guaporé), dono da empresa que empreendeu a venda de terras para mais de oito mil famílias no Oeste Catarinense.

Mesmo não ocupando cargos políticos, a busca pela “concretização” da cidade foi uma obra inicialmente desejada pelo Coronel Bertaso. Desempenhou papel importante na busca deste objetivo, o próprio filho do coronel, engenheiro civil Serafim Ennos Bertaso. Formado engenheiro civil na Escola de Engenharia da Faculdade do Estado do Paraná, em 1935, Serafim escrevia constantemente artigos no jornal A Voz de Chapecó. Suas preocupações faziam parte, sem dúvida, de um projeto mais amplo e complexo. Preocupava-se muito com a

⁶⁰ PIAZZA, Walter Fernando. A Colonização de Santa Catarina. – 3º. Ed. – Florianópolis: Lunardelle, 1994. p. 260.

⁶¹ BELLANI, Eli Maria. O Vereador no poder legislativo do município de Chapecó SC: considerações para a historiografia catarinense. Chapecó: Grafopel Serviços Gráficos – Seara – SC, 2003.

⁶² CORRÊA, Carlos Humberto. Nereu Ramos. Santa Catarina: FCC Edições, 1998; CORRÊA, Carlos Humberto. Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35. – Florianópolis: Ed. da UFSC / 1984; MEIRINHO, Jali. Repúblicas e oligarquias: subsídios para a história de catarinense 1889-1930. Florianópolis: Insular, 1997.

cidade, abordando questões importantes para uma cidade ainda em formação; questões relativas à construção civil, aos hábitos de higiene para a população de uma cidade, etc. Serafim cobrava ações por parte do poder público, regulamentações, aprovação de leis (conforme discussão presente no segundo capítulo).

Por ora, gostaríamos apenas de enfatizar, nessa relação entre o público e o privado, que a busca pela construção de uma cidade moderna estava inserida nas relações sociais entre poder privado e poder público, o que fica evidente na própria nomeação de Serafim Bertaso, em 1944, para prefeito de Chapecó. Nesse período em que o município pertencia ao Território Federal do Iguaçu, criado em 13 de setembro de 1943 e extinto em 18 de setembro de 1946. Portanto, um representante da Empresa Colonizadora Bertaso assume o importante cargo de representante político da região Oeste.⁶³

Além desses homens (Juiz Antônio Selistre de Campos e os membros da família Bertaso), cujas participações destacamos como importantes nos empreendimentos para tornar possível este “sonho de cidade”, gostaríamos de citar o nome de Vicente Cunha, (diretor do periódico A Voz de Chapecó), como sujeito ligado tanto ao poder público quanto ao setor privado.

Natural do Paraná, o advogado provisionado Vicente Cunha chegou em Chapecó em 1934, quando foi nomeado promotor público da comarca. Além de trabalhar na Empresa Colonizadora Bertaso, logo ingressou na política, tendo sido eleito vereador pelo integralismo, em 1936. No ano de 1944, quando Serafim Bertaso assume a administração municipal, é nomeado posteriormente secretário da prefeitura.⁶⁴ Foi também um dos fundadores do Partido Social Democrático (PSD) em Chapecó, após o Estado Novo. Além disso, é nomeado prefeito de Chapecó, em 09 de março de 1947, tendo solicitado exoneração

⁶³ HASS, Mônica. Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local – 1945-1965. – Chapecó: Argos, 2000.

⁶⁴ Ibidem, p. 208-9.

do cargo em 27 de abril, alegando precisar “atender os serviços de advocacia”. Sete meses depois é eleito para administrar o município por três anos.⁶⁵

Neste trabalho, pensamos a emergência da cidade como problema, a partir das relações sociais estabelecidas por esses sujeitos. Primeiro, um “desejo de cidade”; depois, alternativas/mecanismos para efetivar sua construção. Mas não bastava somente a cidade. Necessário seria civilizar/educar os seus habitantes, para torná-la possível (civilizada). Superar o sertão que estava presente na cidade, ou melhor, na “vila”, pois Chapecó não era ainda considerada uma cidade. É a partir das relações daquele grupo de homens que surge o jornal A Voz de Chapecó. O jornal foi um meio de expressar e dar visibilidade ao pensamento do grupo, com o objetivo único de construir mentalidades, formar uma opinião pública em prol de uma causa, considerada na época, “justa e necessária”.

Como vimos, a *cidade* e o *urbano* são temas de debate em Chapecó. Partimos do pressuposto de que a cidade é uma realização social muito antiga. Mas o urbano, como afirmamos anteriormente, é tema específico de uma determinada época e sociedade. Embora o urbano, no Ocidente, já fosse tema de estudo e debate, a urbanização, ou o fenômeno urbano como destaca Richard Sennett⁶⁶ é um fenômeno particular que ganha destaque a partir da segunda metade do século XIX. O período decorrido entre 1848 e 1945 é chamado de *revolução urbana*.⁶⁷ Para se ter uma maior clareza do fenômeno, em 1850, nações como França, Alemanha e Estados Unidos eram sociedades predominantemente rurais. A partir das transformações geoeconômicas sofridas pelo Ocidente, um século mais tarde, a urbanização prevalecera.

No estudo das cidades, torna-se fundamental perceber como e em que determinado contexto ocorrem a produção e a difusão de um discurso específico sobre o urbano. Há toda uma problematização do urbano, pois o objeto cidade é repensado, passando a ser alvo de

⁶⁵ Ibidem, p. 209.

⁶⁶ SENNETT, Richard. Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. Rio de Janeiro: Record, 1997.

⁶⁷ Ibidem, p. 261.

intervenções políticas nas transformações do espaço. Sem dúvida, Chapecó não está fora desse contexto, pois as atitudes do colonizador em relação à construção e transformação do espaço estão totalmente embasadas em princípios filosóficos e políticos. Assim, as questões tematizadas pelo colonizador estão sendo entendidas aqui como “questões urbanas”.

Também é necessário deixar claro o que entendemos como “urbano”. De acordo com Françoise Choay, a palavra urbanismo, criada na segunda metade do século XIX, consagra o aparecimento de um discurso específico sobre o urbano e um enfoque radicalmente novo da cidade como objeto.⁶⁸ Contudo, este discurso sobre o urbano pretendeu constituir-se em ciência. Choay, em seu trabalho *Urbanismo: utopias e realidade*, na perspectiva de Maria Stella Bresciani,⁶⁹ contribui significativamente ao desfazer a afirmação de um caráter puramente técnico e neutro para o urbanismo, destacando a importância de se perceber as vinculações políticas e filosóficas entre diversas formas de ver e intervir nas cidades já existentes, bem como de idealizar e construir novas.

Procurar perscrutar, mesmo que de forma introdutória, a “formação de um saber” sobre a cidade e o urbano, neste trabalho, sem dúvida, é de suma importância, no sentido que problematizamos Chapecó como cidade “projetada”, ainda por fazer. Para Bresciani, uma questão muito importante a ser considerada no século XIX, diz respeito às projeções das chamadas “cidades ideais”, ainda por serem construídas. Uma questão também central são as cidades já existentes, cujo problema colocado é o de como pensar as intervenções no espaço citadino. Na análise específica de Chapecó, é evidente que a “cidade”, em determinado momento, é colocada como problema. Projetada para o futuro, Chapecó tem a marca das preocupações do colonizador em construir uma cidade ideal, moderna, de acordo com os princípios considerados como sendo “civilizados”.

⁶⁸ CHOAY, Françoise. A história e o método em urbanismo. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). *Imagens da cidade: Séculos XIX e XX*. São Paulo: ANPUH: Marco Zero: FAPESP, 1994. p. 13.

⁶⁹ BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). *CIDADE: história e desafios*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.

Em relação a Chapecó, pensamos na formação de um saber, de um interesse sobre a cidade, especificamente o momento histórico em que as iniciativas, mais privadas do que públicas, buscavam, no lugar da “vila”, desenhar a cidade, ordenando racionalmente o espaço. Ao tematizar a constituição de um saber sobre o urbanismo, no século XIX, Bresciani fala das “portas conceituais” relacionadas àquele saber, que definem os “saberes sobre a cidade”. Devemos considerar as especificidades locais, mas ao mesmo tempo é imprescindível não deixar de pensar nessas *portas conceituais*, apesar da problematização de Bresciani estar relacionada a tempos e espaços diferentes. Para Bresciani, as portas conceituais fornecem mecanismos de controle, bairros especializados, zoneamento, lugares públicos e de acesso ao público, edifícios especializados, organizados e ordenados pelas normas disciplinares.⁷⁰

Como mencionamos, Bresciani discute a formação de um saber sobre o urbanismo, no final do século XIX. A autora considera o urbanismo como uma disciplina pragmática e operacional e, enquanto disciplina e conhecimento, procura discutir como inúmeras questões relativas ao contexto europeu foram tematizadas em diferentes cidades brasileiras. Porém, argumenta a necessidade de investigar, de acordo com cada espaço e temporalidade, qual a concepção de cidade (idéia de cidade grande, cidade pequena, cidade comunitária). Importante pensar, segundo Bresciani, qual cidade e quais intervenções propõem os intervencionistas e/ou os construtores do espaço. Concluindo, em relação à cidade pensada pelos “eruditos”, é vital não pensar tudo como sendo importação, mas como conhecimento.

No contexto específico de Chapecó, igualmente inspiramo-nos em Foucault, não para pensar nas origens de um saber, mas na emergência, nos vários percursos possíveis para se pensar e problematizar a formação de *saberes*.⁷¹ Para o estudo deste desejo de cidade, não consideramos apenas o momento exclusivo dos anos 1930 (Estado Novo), mas o próprio

⁷⁰ Ibidem. p. 32.

⁷¹ FOUCAULT, M. Op. Cit. 2005.

processo histórico, da elaboração (imaginária) de um projeto de cidade moderna para a hoje considerada *Capital do Oeste* (pólo econômico regional).

Conforme nos mostra a própria historiografia, em 1922, a sede da Empresa Colonizadora Bertaso, Maia e Cia, fora fixada em Passo dos Índios, localizada entre as vilas de Passo Bormann e Xanxerê. Foi neste local que os coronéis Ernesto Francisco Bertaso e Manuel Passos Maia fixaram o primeiro marco do povoado Chapecó.⁷² De fato, esta atitude dos proprietários da Empresa Colonizadora em não fixar a sede da mesma em Passo Bormann ou em Xanxerê, vila sede do município, pode ser entendida também como iniciativa relacionada a uma idéia inicial de construção de uma cidade pela escolha e decisão geográficas. Victorino Zolet,⁷³ que foi conterrâneo do Coronel Bertaso, fala-nos que, em princípio, havia possibilidade de a cidade ser construída em Passo Bormann. Porém, os habitantes da pequena vila não gostaram de ter que se adaptar às mudanças que a vila teria que sofrer para se tornar uma cidade. Ou seja, teriam que ocorrer mudanças no espaço, as casas teriam de ser construídas de acordo com as novas delimitações de um traçado urbano. Havia muita resistência no vilarejo em relação a essas mudanças. Segundo Victorino Zolet, essa resistência contribuiu significativamente para que o Coronel Bertaso decidisse fixar a sede do município e construir a cidade em Passo dos Índios. Teria sido muito complicado implantar suas idéias junto ao povo de Passo Bormann, explica Zolet.

Ao problematizar Chapecó no período de 1931 a 1945, partimos do pressuposto da ruptura, da relevância política atribuída ao discurso de Vargas, a partir do qual seria possível para a elite local, principalmente a partir do Estado Novo, construir a ordem e o progresso. No estudo da história, é inestimável percebermos as múltiplas temporalidades, como foram possíveis as rupturas em certos momentos, as discontinuidades – aquelas precipitações de evolução – sobre as quais chama a atenção Foucault –, que não correspondem à imagem

⁷² BELLANI, E. M. Op. Cit. 1991, p. 17.

⁷³ ZOLET, Victorino. Entrevista citada.

tranqüila e continuísta que normalmente se faz.⁷⁴ Ou melhor, como deixa transparecer Deleuze, ao falar da relação sua e de Guattari com Foucault, não há necessidade de buscar os pontos, as origens e/ou o eterno, mas é preciso seguir e desemaranhar as linhas, uma cartografia que não deixa de ser uma microanálise. É preciso buscar e problematizar “[...] a formação do novo, a emergência ou aquilo que Foucault chamou de “a atualidade”.”⁷⁵

A idéia de correção do tempo, superação do atraso econômico e político, era a tônica central do discurso estado-novista. Segundo Alcir Lenharo, através da análise do discurso de Vargas e da intelectualidade a ele ligada, percebe-se claramente que o Estado Novo se apresenta, em 1937, como o “único sujeito histórico adequado” ao País para aquele momento, ao mesmo tempo, sendo o corretor da sua linha de evolução.⁷⁶ A partir desse momento, a “modernização” e o “progresso” do País concretizar-se-iam através da consolidação da “unidade política, econômica e social”, que vem ao encontro do discurso da unidade territorial, racial, lingüística e religiosa; em suma, uma *unidade cultural*, principal construtora da *Nação*.

O discurso é aplaudido pelo colonizador, homens preocupados com a transformação, com a *modernidade*. “Foi com verdadeira satisfação que Chapecó ouviu o benemérito Presidente Getúlio Vargas reafirmar que o verdadeiro sentido da brasilidade é a marcha para Oeste, porque esta marcha muito interessa a Chapecó.”⁷⁷ A “marcha” significaria a ligação do interior com os centros econômicos do país, através da abertura de estradas, significando a possibilidade de melhoramentos nos transportes e comunicações. Com isso, o comércio e as indústrias de Chapecó seriam fortalecidos, o progresso e a civilização seriam possíveis. Na interpretação do colonizador, cabia aos Estados, como organismos sociais, auxiliar as regiões e municípios na concretização do desenvolvimento e do progresso. Por

⁷⁴ FOUCAULT, M. Op. Cit. 2003. p. 4.

⁷⁵ DELEUZE, G. Op. Cit. 1992. p. 109.

⁷⁶ LENHARO, Alcir. *Sacralização da Política*. Campinas – 2º ed. – SP : Papirus, 1986. p. 39.

⁷⁷ Marche cá para Oeste. *Jornal A Voz de Chapecó*. Ano I. Nº 8. 25/06/1939. p. 1.

isso, o discurso de unificação do espaço é extremamente vantajoso para Chapecó; a “civilização” apenas seria possível quando o “isolamento” da região fosse superado.

Tanto as representações sobre Chapecó construídas no litoral, em relação ao Oeste, quanto as construídas na própria região, mostram-nos que a questão do isolamento territorial era o problema principal para a região não ser civilizada. Discurso este também reforçado, pela historiografia mais “clássica” sobre o Oeste. Apesar de a região contar com a efetiva presença indígena, não era considerada uma região povoada e civilizada.

Walter Piazza, por exemplo, articula o povoamento da região com a construção da estrada de ferro São Paulo – Rio Grande, iniciada em 1908.⁷⁸ Como também deixa claro Eli Maria Bellani, referindo-se ao período de definição dos limites entre Paraná e Santa Catarina (1917) e a posterior criação do município de Chapecó. A partir desse momento, começava a integração política do Oeste com a política estadual. Segundo a autora, o Oeste constituía-se em uma região carente de recursos pelo poder público. Seu acesso era extremamente difícil. Com a definição da posse territorial, inicia-se a colonização no então “sertão inóspito” do Oeste Catarinense, mais especificamente no Velho Município de Chapecó. A autora é categórica, ao enfatizar que, “[...] essa região precisava, a todo o custo, ser desbravada, e, conseqüentemente, povoada”.⁷⁹

Entendemos aqui as noções de *sertão* e *civilização* como categorias historicamente construídas e estreitamente vinculadas e, inclusive, utilizadas pela historiografia. Como aponta Janaína Amado,⁸⁰ “sertão” é uma das categorias mais recorrentes no pensamento social brasileiro, sobretudo no conjunto de nossa historiografia, sendo possível acrescentar, ainda, a sua articulação direta com a noção de civilização.

No campo social, a categoria sertão está presente desde o período colonial, assumindo grande relevância na historiografia do final do século XIX e nas quatro primeiras décadas do

⁷⁸ PIAZZA, Walter Fernando. *A Colonização de Santa Catarina*. – 3º. Ed. – Florianópolis: Lunardelle, 1994.

⁷⁹ BELLANI, E. M. Op. Cit. 1991, p. 45. (grifos são nossos).

⁸⁰ AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 5, p. 145-151, 1995.

século XX, sobretudo nos trabalhos relacionados à discussão da Nação Brasileira. “Sertão” sempre foi uma categoria carregada de sentidos negativos, que absorveu o significado original conhecido dos lusitanos desde antes de sua chegada ao Brasil – espaços vastos, desconhecidos, longínquos e pouco habitados. Foram lhe acrescentados outros, similares aos primeiros e derivados destes, porém específicos, adequados a uma situação histórica particular e única.⁸¹

Em todo caso, na historiografia mais clássica sobre o Oeste, *sertão* assume o sentido de uma categoria extremamente negativa, sendo determinante à não-civilização dessa região. Autores mais clássicos como Oswaldo Rodrigues Cabral, Víctor Antonio Peluso Junior e Walter Fernando Piazza⁸² não problematizaram a categoria enquanto uma construção cultural. Historiadores/as ainda em atividade na academia, no Oeste Catarinense, como Eli Maria Bellani, importante referência para a historiografia local, assumem, como foi visto anteriormente, tal postura em concordância com os discursos de época e com a própria historiografia, aliás, uma posição favorável à colonização.

Na discussão historiográfica sobre o Oeste, gostaríamos de enfatizar que, apesar de as categorias (sertão/civilização) não serem problematizadas, reconhecemos a importância historiográfica de todas as leituras e interpretações. Nosso trabalho, inclusive, parte de muitas das questões levantadas por esses autores, como por exemplo, a questão da “presença do poder público”, no Oeste, até meados dos anos 1940. Embora com outra perspectiva de análise, ressaltamos a importância da abertura desses “caminhos” pela historiografia mais clássica do Oeste. Com novos “olhares”, nova interpretação, não estamos fazendo mais que uma “revisita às fontes”, já trabalhadas por outros autores.

⁸¹ Ibidem, p. 6.

⁸² CABRAL, Oswaldo Rodrigues. História de Santa Catarina. - 4º ed. - Florianópolis: Lunardelli, 1994; PELUSO JUNIOR, Víctor Antonio. Estudos de geografia urbana de Santa Catarina. – Florianópolis: Ed. Da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991; PIAZZA, W. F. Op. Cit. 1994.

Assim, torna-se necessário deixar claro como compreendemos a produção do conhecimento histórico. É preciso considerar sempre o contexto social das produções, ou seja, o próprio “tempo” no qual estão inseridos autor e obra. Como destacou Bloch, os historiadores são filhos de seu tempo. Neste sentido, também podemos destacar como imprescindíveis as afirmações de Reinhart Koselleck,⁸³ de que todo o conhecimento histórico é ao mesmo tempo história da história. Nenhuma interpretação histórica consegue eliminar as precedentes e ao mesmo tempo não evitará outras que sucederão, sendo as novas leituras e produções frutos – na afirmação do autor – do próprio “progresso do conhecimento histórico”. Poder-se-ia dizer, então, que o conhecimento histórico é também história da historiografia. Consideramos, portanto, o conhecimento histórico a partir desta perspectiva.

Cabe assinalar, que Bellani pertence a uma geração historiográfica ainda muito próxima à de Piazza, pois *Madeiras, balsas e balseiros no rio Uruguai*, dissertação de Mestrado defendida na UFSC em 1991 e publicada em 1996, tem “Apresentação” da obra de autoria de Piazza. Através da leitura da obra de Bellani, pode-se perceber, com clareza, toda uma “aproximação” teórico-metodológica entre os dois historiadores na forma de problematizar as fontes. Bellani trabalha com uma multiplicidade de fontes: orais (entrevistas), fontes impressas (jornais), fontes iconográficas (fotografias), relatos de viajantes, documentos oficiais, etc. No entanto, não há discussão teórica e metodológica procurando problematizar as particularidades de cada fonte.

Em relação às argumentações de Bellani, gostaríamos de enfatizar a necessidade de situar a autora e sua obra no contexto de sua produção. Bellani pertence a uma tradição historiográfica catarinense, muito presente ainda no início dos anos 1990. Desse modo, a crítica historiográfica é fundamental, sendo que através dela há condições de apontar novos “caminhos” para a própria escrita e reescrita da história regional. Contudo, esta crítica não

⁸³ KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC, 2006.

diminui a importância desses autores e suas respectivas obras. Mais uma vez citamos Bloch, no sentido de ressaltar a relevância de compreendermos as próprias mudanças em torno da produção do conhecimento histórico, até porque o passado é por definição “imodificável”, em contrapartida, o conhecimento do passado é algo em transformação, em constante mudança, que se aperfeiçoa de forma ininterrupta.

Portanto, enfatizamos a necessidade, como historiadores, de assumirmos uma postura crítica em relação à historiografia sobre o Oeste, procurando discutir as categorias – sertão/civilização/modernidade/ordem/progresso – do ponto de vista da teoria e metodologia da História, não assumindo uma posição de defesa em relação aos *discursos e práticas políticas* do colonizador, acerca do trabalho pioneiro de *desbravamento e colonização* do Oeste. Estabelecendo comparações com períodos anteriores, sem dúvida, há condições, no presente momento, de realização de novas interpretações. Até porque, nas principais universidades catarinenses (UFSC e UDESC), está em atividade uma “nova geração de historiadores”, na qual há diferenciações muito significativas em relação às gerações precedentes, como a de Walter Fernando Piazza, por exemplo.

Procuramos discutir as categorias históricas ressaltadas anteriormente numa perspectiva muito mais cultural. Conferimos destaque especial às noções de *civilização*, “modernidade” e “progresso”, considerando sempre os diferentes “sentidos” históricos que lhes foram conferidos. De fato, as categorias “sertão”, “civilização” e “nação” estão, de certa forma, enraizadas em boa parte do pensamento social brasileiro; a intelectualidade estadonovista articula essas questões. A *Nação* não seria possível sem a *civilização*, ou melhor, ela é o seu resultado. E esse discurso é possível encontrar nas fontes que se referem ao Oeste Catarinense. *Civilização* significava rompimento com o sertão, instauração da ordem e consolidação da modernidade; assim, a cidade do futuro seria possível.

Então, se no Oeste a modernidade seria o próprio resultado da civilização da região, destacamos ser profícuo enfatizar como definimos, ou melhor, como estamos pensando a *modernidade*, nas discussões das fontes deste trabalho. Marshall Berman, em importante trabalho,⁸⁴ fala-nos dos diferentes sentidos possíveis da modernidade. “Sentidos”, pelo fato de que a definição do termo modernidade é de enorme complexidade, ou melhor, difícil de determinar. Em todo caso, modernidade carrega o sentido de mudança, de transformação de algo, transformação da vida, de valores, enfim do próprio mundo. Para Berman, a modernidade desfaz a vida em pedaços, desintegra, desorienta. Viver a modernidade, ser moderno, é viver uma vida de paradoxo e contradição. A modernidade possibilita poder, crescimento, prazer, alegria, etc. Em contrapartida, ela pode destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos. “Ser moderno é fazer parte de um universo no qual, como disse Marx, “tudo o que é sólido desmancha no ar.”⁸⁵

Citamos Berman, no sentido de compreender a necessidade de construção de uma leitura crítica em relação à modernidade, pelo fato de esta modernidade ser profundamente contraditória em suas bases. É preciso perceber as contradições da vida moderna, presentes em todos os cantos do mundo; a modernidade não une, apenas separa. Pensamos, com efeito, na vila Passo dos Índios, dos anos 1930. Na época, na concepção de seus habitantes, a chamada “vila” era sinônimo de “comunidade”, cujo símbolo maior era a igreja. Era um lugar onde as pessoas se conheciam, enfrentavam as mesmas dificuldades com locomoção, comunicação e falta de uma melhor infra-estrutura. Porém, ao longo das décadas, com as “conquistas” obtidas, instalação de energia elétrica nos meios urbano e rural, construção do aeroporto, da BR 282, das agroindústrias, da universidade, a crescente especulação imobiliária e todo o crescimento industrial e comercial, pode-se perceber todas as contradições produzidas pela modernidade. Não estamos dizendo que a vila era uma “comunidade”, pois as

⁸⁴ BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

⁸⁵ *Ibidem*, p. 15.

contradições, as diferenças sociais, estão sempre presentes, todas as relações são relações de interesses privados. Pensamos esse “comunitário” do ponto de vista simbólico. Assim, apenas estamos procurando enfatizar que, ao longo das décadas, a pequena vila foi se tornando o lugar da competitividade, da miséria urbana, dos menores abandonados, das várias realidades sociais presentes no mesmo espaço. Para finalizar, poder-se-ia dizer que a pequena vila – hoje uma cidade com aproximadamente cento e oitenta mil habitantes – tornou-se o lugar por excelência daquilo que Sennett chamou de “individualismo contemporâneo”.⁸⁶

É nesse sentido que estamos pensando a própria idéia de *progresso*, considerada como inseparável das noções de civilização e modernidade, resultado do próprio desenvolvimento da sociedade moderna ocidental. Em relação ao sentido do termo *progresso*, tão presente nos discursos do colonizador, consideramos os princípios filosóficos e políticos difundidos durante o *Século das Luzes*, no que diz respeito à defesa do desenvolvimento econômico, das conquistas tecnológicas, de toda a preocupação com a infância, investimentos em educação, instauração da ordem, etc. Ao discutir os desejos locais de transformação da realidade, da construção da cidade do futuro, pensamos sempre a noção de progresso articulada com a defesa da razão e da racionalidade, crença nos princípios científicos. De fato, é importante pensarmos nestas questões, pois o movimento intelectual iluminista se constituiu em um dos maiores impulsionadores do capitalismo e da sociedade moderna.

Também torna-se profícuo refletir acerca da idéia de *trabalho*, presente no discurso local. O sentido da noção de trabalho está, sem dúvida, relacionado ao contexto político e social europeu do final do século XVIII. No Oeste, para o colonizador, o progresso só seria possível através do trabalho do colono; o trabalho é que construiria o progresso. Nessa lógica, não há possibilidade de produzir reflexões no que diz respeito a essa noção, sem nos voltarmos para o final do século XVIII, procurando relacionar o contexto local com toda a

⁸⁶ SENNETT, R. Op. Cit. 1997.

teorização liberal econômica de Adam Smith, em torno da questão do trabalho. Em *A riqueza das nações*, Smith afirma que a riqueza de uma nação seria resultado do próprio trabalho. Vamos, então, problematizar o discurso local, por exemplo: o discurso de exaltação do trabalho construiu todo um imaginário local e, por isso, em Chapecó, nos dias atuais, o colono é considerado o próprio símbolo do trabalho, exaltado como o construtor do Oeste, o desbravador do “sertão inóspito”, “inabitável”.

Com efeito, como procedimento de análise histórica, a partir da perspectiva de Foucault, pensamos ser vital partir dos discursos e práticas do colonizador para problematizar o objeto cidade.⁸⁷ Esse procedimento é contrário a muitos trabalhos sobre Chapecó, em que os autores (não somente da História) realizam todo um percurso histórico para depois chegar ao objeto. Em muitos casos, uma data-chave para o início da problematização da formação histórica de Chapecó é o ano de 1917, ano da emancipação política e administrativa do município. Esta não é a única, mas uma das principais questões em que este trabalho se diferencia dos demais – os quais citaremos em seguida –, na forma de problematizar a cidade sem realizar percurso histórico algum, ou seja, sem escolher um ponto de partida, em termos de formação histórica do município.

Muitos autores, como é o caso de Bellani e Piazza,⁸⁸ ressaltam a inexpressiva (quase nula) presença do Estado (com ações, investimentos) na região, antes de 1917. Essa ausência teria acontecido durante um período de disputas políticas em torno do território. Um exemplo de argumento que reforça esse discurso é de que o governo do Estado de Santa Catarina somente teria se interessado pela colonização da região, visando investimentos, quando da fixação definitiva do território contestado ao mapa catarinense. É nesse sentido que há uma

⁸⁷ Foucault propõe como procedimento histórico, que se parta das práticas para os objetos, e não o contrário. Segundo Margareth Rago, o autor enfatiza “não mais partir do objeto sexualidade, por exemplo, para mostrar através de que formas havia se manifestado e diferenciado ao longo da História, mas chegar ao objeto a partir do estudo das práticas e perceber como e quando a sexualidade havia emergido como tema, como discurso e como preocupação histórica. Em outras palavras, o ponto de partida se torna agora terminal”. RAGO, Margareth. O efeito - Foucault na historiografia brasileira. In: *Tempo Social*. 7(1-2): 67-82, São Paulo, outubro de 1995. p. 74.

⁸⁸ BELLANI, E. M. Op. Cit. 1991; PIAZZA, W. F. Op. Cit. 1994.

certa exaltação, por parte da historiografia, em relação ao trabalho das Companhias Colonizadoras. Como afirmou Piazza: *“Efetivamente, é digno de encômios e exaltação o trabalho de pioneirismo de Ernesto F. Bertaso.”*⁸⁹ Contraditoriamente, o próprio autor assinala a existência de toda uma preocupação do Estado Nacional com a região, considerada inóspita, ainda na segunda metade do século XIX, durante a efetivação da instalação da Colônia Militar de Xanxerê em 1882. Seria importante perceber que, ao mesmo tempo em que nega a presença do Estado, a historiografia afirma a preocupação do Estado Nacional no século XIX com a garantia do território. Um exemplo é o trabalho de Piazza, destacando que a Colônia Militar se constituiu no foco inicial de desbravamento do Oeste Catarinense, com a implantação de uma “célula comunitária” em Xanxerê.

Um outro exemplo é o tratamento dado ao período posterior a 1917 pela historiografia, que continua destacando a falta de ações do poder público na região Oeste. Peluso Junior⁹⁰ argumentou que, até o final da década de 1930, os investimentos por parte do Estado foram inexpressíveis, ficando a cargo dos próprios colonizadores a tarefa de colonizar e desenvolver a região. Por esse motivo, no início dos anos 1940, a região Oeste Catarinense teria continuado abandonada pela administração estadual, pois os recursos financeiros eram exíguos. O autor também destaca as atitudes do poder público estadual, em virtude da criação do Território Federal do Iguaçu em 1943. Além da escassez de recursos, o governo estadual hesitava em realizar empreendimentos de grande importância na região, por ter conhecimento do projeto de Chapecó integrar nova unidade da Federação. É nessa perspectiva que Peluso Junior, como também o fizeram Piazza e Bellani, destacam a dificuldade e importância do trabalho realizado pelo colonizador.

Portanto, todas essas considerações por parte da historiografia em relação à inexpressiva presença do poder público na região, apenas reforçam a imagem do colono

⁸⁹ PIAZZA, W. F. Op. Cit. 1994, p. 260. (grifos são nossos).

⁹⁰ PELUSO JUNIOR, V. A. Op. Cit. 1991.

colonizador, pioneiro e desbravador, como o construtor do Oeste. Salientamos, diferentemente dessas leituras, ser de expressiva importância – apesar de haver outras possibilidades – a problematização da história regional em termos da análise dos *discursos* e *práticas* do poder público e do colonizador. Isto pelo fato de que o colonizador, ao longo das décadas, procurou construir e promover uma imagem muito favorável de sua própria atuação na colonização e desenvolvimento da região.

Dentre as produções das quais nos diferenciamos na problematização da história regional, além de Bellani, Piazza e Peluso Junior, destacamos também dois trabalhos muito citados a nível local: o trabalho da socióloga política Mônica Hass e o da geógrafa Rosa Salete Alba.⁹¹ Estes, cada qual com suas especificidades, possuem como eixo norteador o político e o econômico, respectivamente.

Com uma abordagem teórica e metodológica mais política, ou talvez possa se dizer, mais uma análise “econômica da política” que propriamente uma análise cultural da política, está o trabalho de Mônica Hass. Em *Os partidos políticos e a elite chapecoense*, defendida na UFSC em 1993 e publicada em 2000, a autora faz uma análise do poder político local, na qual discute a história articulando o político e o econômico a todo momento. Seu objeto não está inserido no período do Estado Novo, porém volta-se para uma discussão anterior, mostrando uma certa continuidade em termos de mandonismo político e poder local. Entretanto, enfatiza também as rupturas na política chapecoense, sobretudo a partir dos anos de 1940. Ao tematizar questões referentes à colonização e política local, principalmente na Primeira República, Hass discute o período afirmando a existência de um forte mandonismo local, estritamente identificado com o coronelismo brasileiro. A política no Velho Município de Chapecó, ao longo da primeira metade do século XX, esteve, segundo a autora, na maioria do

⁹¹ HASS, M. Op. Cit. 2000; ALBA, Rosa Salete. *Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó*. Chapecó: Argos, 2002;.

tempo controlada pelos próprios coronéis ou por pessoas ligadas a eles. A dominação local tinha por base o poder econômico, as ligações de parentesco e os laços de dependência.

Para Hass, o quadro somente se alterou com a participação de novos elementos sociais na política, no período de redemocratização do país depois de 1945, frutos das mudanças socioeconômicas que ocorrem na região e do processo de urbanização de Chapecó. Em suma, do ponto vista teórico, a autora trabalha com a noção de “sistema político”, na perspectiva defendida por Maria do Carmo Campello de Souza,⁹² como um sistema mais amplo e autônomo, em que o sistema partidário, os grupos de interesse e o Estado são partes interdependentes. A partir desse conceito de *sistema político*, Hass constrói uma análise da própria política de Chapecó sempre relacionando o local e o global, os quais constituem o sistema político brasileiro.

Apesar de não ser menos importante para a historiografia local, como referência, não compartilhamos da leitura de Hass, sobretudo na discussão da formação histórica do município de Chapecó. Ao contrário de Hass e de Janotti⁹³, uma das referências principais da socióloga, não pensamos as relações entre o colonizador e o poder público em termos de *política coronelista e/ou política de compromissos*.

Já em relação ao trabalho de Rosa Salette Alba, diferenciamos-nos totalmente na forma de abordagem do *urbano*. Em sua dissertação de Mestrado, *Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó* – defendida na UFSC, no final dos anos 1990, e posteriormente publicada –, Alba trabalha com base em uma abordagem materialista da história. Na discussão sobre a produção do espaço urbano de Chapecó, seu referencial “teórico” para as discussões das noções de tempo e espaço é Milton Santos. Trabalha muito pouco com o cultural, pois a questão central para ela é o econômico.

⁹² SOUZA, Maria Campello. *Estado e partidos políticos no Brasil*. São Paulo: Alfa-ômega, 1990.

⁹³ JANOTTI, Maria de L. *O coronelismo: uma política de compromissos*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

O processo de colonização do Oeste é pensado pela autora a partir do modo de produção capitalista, acumulação de capital e relações de produção. Alba deixa transparecer, nas entrelinhas de seu trabalho, uma idéia de “evolução econômica” em Chapecó. Mostra-nos que a constituição do espaço urbano de Chapecó deve ser entendida compreendendo o processo histórico das relações capitalistas. Num primeiro momento, os agentes que comandaram o processo, no início da acumulação de capital na região, foram as companhias colonizadoras, os madeireiros, os ervateiros e os comerciantes. Nesse processo, a pequena propriedade rural deve ser vista como um dos agentes principais na instalação das agroindústrias, pois possibilitou a acumulação de capital, por parte de outros agentes, os comerciantes. Nota-se que, antes da instalação dos grandes frigoríficos (Aurora, Sadia, Chapecó), havia já frigoríficos de pequeno porte ainda nos anos 1950. Outra questão muito trabalhada por Alba, diz respeito à participação do Estado no processo de desenvolvimento capitalista no Oeste. O Estado teve uma participação significativa na formação de uma mentalidade capitalista entre os agricultores/imigrantes, bem como no processo de integração destes às cooperativas e agroindústrias. Igualmente, o Estado foi o principal agente concretizador da infra-estrutura necessária para o desenvolvimento industrial (energia elétrica, estradas, pontes, etc.). Portanto, para Alba, no estágio atual em que se encontra Chapecó, as agroindústrias de grande porte contribuíram significativamente para a produção dos espaços rural e urbano, para o crescimento demográfico e da própria cidade como um todo.

Mas uma questão importante, não discutida profundamente por Alba, é a questão da própria noção de “urbano”. Como poderíamos estar conceituando o termo *urbano*? Enfatizamos, neste nosso trabalho, o que de forma alguma elimina a importância do trabalho de Alba, que a produção do espaço pode ser pensada não se considerando somente o fator puramente econômico, sendo então fundamental a consideração de outros elementos. Apesar de seu trabalho contemplar uma discussão em torno da produção do espaço urbano,

assinalamos que essa problematização está baseada muito no lado material, comprometendo a própria conceituação do que seria o *urbano*. Esta é uma das grandes questões pelas quais nos diferenciamos de Alba, embora reconhecendo toda relevância de seu trabalho para a historiografia regional. As diferenças são significativas, também pelo fato de a política local ser pensada a partir do econômico; por exemplo: Alba compartilha da leitura de Mônica Hass em relação à política chapecoense no período de 1917 a 1947, ao considerar a política coronelista presente no Oeste. Contudo, destacamos uma questão importante trabalhada pela autora, a questão do espaço urbano ser um espaço de contradições, de desigualdades, frutos do próprio desenvolvimento capitalista na cidade.

De qualquer forma, em termos de escrita da história de Chapecó, por pensar o poder local e a cidade em termos de subjetividade, distingue-se o principal ponto em que nos afastamos tanto de Hass quanto de Alba. Procuramos discutir o trabalho do colonizador (os Bertaso) em termos de prática política, de *“política do desejo”*, *“economia do desejo”*, procurando problematizar as fontes sempre pelo viés cultural, até porque, nos dias atuais, pensamos que não se pode mais analisar a história política separada da história cultural, como deixa claro Stuart Hall: *“A cultura é, portanto [...] uma parte constitutiva do “político” e do “econômico”, da mesma forma que o “político” e o “econômico” são, por sua vez, parte constitutiva da cultura e a ela impõe limites.”*⁹⁴

A partir de Deleuze e Guattari, pensamos a questão do desejo (política do desejo) em termos locais, estritamente relacionada e determinada por um conjunto maior denominado “campo social”. Então, o desejo de transformação da vila em cidade passa por um conjunto mais amplo e complexo, constituído por idéias filosóficas, técnicas e políticas, o qual é perceptível no próprio desenho da cidade, no padrão de engenharia e arquitetura urbana adotados. Para Guattari, *“[...] o desejo permeia o campo social, tanto em práticas imediatas*

⁹⁴ HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Educação e Realidade*, 22(2), 15-45, jul./dez, 1997. p. 34. (grifos são nossos).

quanto em projetos muito ambiciosos”.⁹⁵ Portanto, devemos partir de uma concepção do desejo como produção: “[...] o desejo é máquina, síntese de máquinas, arranjo maquinico – máquinas desejantes. O desejo é da ordem da produção e qualquer produção é ao mesmo tempo desejante e social.”⁹⁶

Neste diálogo com a historiografia do Oeste, também gostaríamos de destacar, como importantes referências, mais três trabalhos que se diferenciam daqueles já citados, pelo fato de as autoras terem trabalhado muito com o elemento cultural. Diferenciamos-nos destes, mas com muito mais aproximações que os anteriormente citados, sem dúvida pela própria forma de considerar e abordar o cultural.

Particularmente, a tese de doutoramento da historiadora Eunice Sueli Nodari, *A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954)*, é muito importante para a nossa discussão, pois a autora discute a “cidade” em meio ao próprio problema da pesquisa.⁹⁷ Por *renegociação da etnicidade*, Nodari entende renegociação de práticas, comportamentos, modos de vida, enfim o processo de uma nova construção sociocultural a partir da chegada dos colonos teutos e itálos, vindos do Estado do Rio Grande do Sul. Renegociações que se constituem em meio ao espaço citadino, sendo que a autora destaca os aspectos socioculturais de construção das cidades, mais precisamente as de Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó, maiores centros populacionais do Oeste. A obra de Nodari é importante referência, porém em relação a este nosso trabalho há diferenças, no estudo da cidade, na forma de problematizar as fontes, principalmente as fontes impressas e iconográficas. Nodari trabalha muito com imagens da cidade (fotografias), mas sendo estas utilizadas mais como ilustração que propriamente como problematização da fonte iconográfica – consideração do

⁹⁵ GUATTARI, Félix – ROLNIK, Suely. *Micropolítica – Cartografias do Desejo*. 7. Ed. rev. – Petrópolis, RJ: Ed. Vozes, 2005. p. 260. (grifos são nossos).

⁹⁶ DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Lisboa: Assírio e Alvim, 1995, p. 308. (grifos são nossos).

⁹⁷ A autora dedica o segundo capítulo, *Construindo as cidades: aspectos socioculturais*, exclusivamente à discussão da construção das cidades de Cruzeiro/Joaçaba e Chapecó. NODARI, Eunice Sueli. Op. Cit.

contexto social, o fotógrafo como sujeito histórico e a fotografia como resultado de um desejo, de uma preocupação.

Enfatizamos aqui o trabalho da também historiadora Renilda Vicenzi,⁹⁸ que, em sua dissertação de Mestrado, discute a colonização do Oeste, numa abordagem mais sociocultural, trabalhando com novos elementos no que concerne à migração e à atuação da Colonizadora Bertaso. A autora problematiza os modos de vida, a etnicidade, a formação de identidades e, igualmente com Nodari, ressalta a gradativa expropriação da posse da terra, de indígenas e caboclos. A questão da expropriação, sem dúvida, já havia sido discutida pela antropóloga Arlene Renk, em sua dissertação de mestrado, *A luta da erva*, na qual discorre sobre a questão do trabalho, extração da erva-mate, numa abordagem muito mais cultural.⁹⁹

Em todo caso, na obra de Renk, a crítica está muito mais presente ao problematizar o processo de “ocupação” e colonização do Oeste e a conseqüente expropriação dos “brasileiros”. É uma obra muito importante, pelo fato de a autora trabalhar com outros sujeitos sociais (indígenas e caboclos), como objeto de estudo, problematizando, talvez de uma forma “pioneira”, sob “novos olhares”, a colonização da região. A análise se diferencia totalmente das abordagens que enaltecem o espírito pioneiro e empreendedor do colonizador, como a de Bellani, por exemplo, tão presentes na história oficial.

Para finalizar esta discussão acerca do desejo do colonizador em “romper com o passado” (“atraso”), na tentativa de transformar a pequena vila Passo dos Índios em uma cidade moderna (cidade do futuro), torna-se importante compreender as representações construídas em torno do Oeste, mesmo porque as representações dão significado ao mundo e constroem determinadas realidades. Apesar de não ser um dos conceitos norteadores utilizados na problematização das fontes deste trabalho, utilizamos a noção de

⁹⁸ VICENZI, Renilda. *Terra nova, vida nova: A Colonizadora Bertaso e a ocupação colonial do Oeste Catarinense (1920-1950)*. UPF, 2003. Dissertação de Mestrado em História.

⁹⁹ RENK, Arlene. *A luta da erva: um ofício étnico no Oeste Catarinense*. Chapecó : Grifos, 1997.

“representação” no sentido definido por Roger Chartier,¹⁰⁰ buscando discutir os sentidos da noção de sertão, categoria tão presente no imaginário social da época.

Representação como um conceito articulado com a idéia de construção, construção de uma certa realidade social. Chartier articula esta definição com a própria preocupação da história cultural. Como destacou Pesavento,¹⁰¹ a noção de representação tornou-se uma das categorias centrais para a análise da nova história cultural, porém partimos do pressuposto de ser uma categoria difícil de definir, apesar de toda a sua promoção e uso pela historiografia. Conforme assinalou Chartier,¹⁰² uma das maiores dificuldades da posição-chave ocupada pela categoria representação, em nossa contemporaneidade, consistem em não se fazer acompanhar de uma profunda reflexão sobre muitos de seus significados.

Na perspectiva do autor, a noção de representação envolve uma relação ambígua entre ausência e presença. O ausente se faria presente através das imagens, mentais ou materiais. Compartilhando da leitura de Chartier, Pesavento destaca que “[...] a representação deixa ver uma ausência, estabelecendo-se a diferença entre o que representa (o representante) e o que é representado. Mas, ao mesmo tempo, a representação afirma uma presença daquilo que se expõe no lugar do outro.”¹⁰³ Nessa relação entre uma e outra função, dá-se a produção de sentidos do próprio real representado; então, a tarefa do historiador seria alcançar a inteligibilidade desses sentidos, utilizando o conceito de representação para problematizar as fontes históricas.

Importante assinalar que consideramos ser possível utilizar o conceito de *representação*, mesmo este trabalho partindo da análise do *discurso* e das *práticas*, ou seja, partindo de uma perspectiva muito mais foucaultiana. Aliás, para Chartier, a representação é o

¹⁰⁰ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Difel/Bernard, Brasil, 1990.

¹⁰¹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço. Por uma história cultural do urbano. In: *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 279-290.

¹⁰² CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: *Estudos históricos*, Rio de Janeiro, n.13, 1990.

¹⁰³ PESAVENTO, S. J. Op. Cit. 1995.

próprio resultado (produto) de uma prática política, ou seja, práticas simbólicas de definição/construção de uma determinada realidade, sendo que o Oeste, nesta perspectiva, pode ser entendido como uma representação (como uma invenção social), a partir das leituras e das interpretações sociais estabelecidas no tempo. O Oeste não é um objeto dado, mas produto de discursos (práticas discursivas). Todas as práticas, por sua vez, não são de modo algum discursos destituídos de interesses, pelo contrário, estão carregados de sentidos, em termos de estratégias sociais, educacionais, políticas, etc. Por isso, as lutas de representações podem também ser compreendidas, em termos de estratégias de poder, como utilização de “mecanismos” para a concretização de determinados objetivos. Consideramos a criação de um meio de comunicação, em Chapecó, um *mecanismo* utilizado pelo colonizador, na tentativa de impor suas concepções de mundo, seus valores e desejos.

Até meados da década de 1920, o Oeste era ainda considerado um “sertão inóspito”. A imagem da região no restante do Estado, e até mesmo em outros centros urbanos do Brasil, correspondia a uma região onde a ordem não estava consolidada. Em resumo, uma região isolada econômica, social e culturalmente em relação à capital do Estado. Nessa perspectiva, os relatos de viajantes são importantes, porque possibilitam perceber não só o sentimento de isolamento dos que viajaram pelo Oeste, mas também as representações construídas pelo poder público estadual, bem como por diferentes camadas da sociedade. A *modernidade* estaria no litoral, Florianópolis, sendo que era necessário “trazer” a civilização para o Oeste.¹⁰⁴

A civilização estava distante! Era este o sentimento da comitiva governamental, liderada pelo Governador Adolfo Konder, que percorreria o Oeste em 1929. Essa viagem foi a primeira visita de um chefe do poder executivo estadual ao “sertão oestino”, onde estiveram presentes em Chapecó com uma comitiva, incorporando-a com outras lideranças políticas

¹⁰⁴ Para uma leitura sobre as representações da modernidade urbana em Florianópolis, principalmente através da imprensa, no período da Primeira República, ver: COSTA, Sandro da Silveira. Florianópolis: a modernidade como leitura cultural do espaço urbano (1890-1930). *Fronteiras*, Florianópolis, v. 11, p. 69-76, 2004.

locais, entre eles o Coronel Passos Maia e o dr. Selistre de Campos, Juiz da Comarca, que o acompanharam em caravana pela região.¹⁰⁵ Membros da comitiva, Othon D'Eça e Arthur Ferreira Costa desempenharam as funções de relatores.¹⁰⁶ Assim, o escritor Othon d'Eça registra com precisão, no decorrer da viagem, a busca pela conquista e integração do interior à civilização. Tais objetivos amparavam-se no desejo de vencer as dificuldades impostas pelo sertão, precárias condições de transporte e comunicação: os trajetos eram percorridos em lanchas, lombos de burros e em automóveis, estes conduzidos em estradas em péssimas condições. Durante a viagem, ao partir de Goio-en, de lanchas pelo Rio Uruguai, Othon d'Eça define o início da viagem com a imagem histórica da *bandeira*: “A “bandeira” iniciou a sua “entrada” no sertão bruto, sob um signo propício.”¹⁰⁷ O Oeste, nesta leitura, era o desconhecido, aquele que trazia consigo os perigos e as dificuldades (mata fechada) a serem vencidas. Mas Othon d'Eça fala da alegria em meio à comitiva, um entusiasmo que buscava superar, vencer o sertão.

Porém, o sentimento era o de estar longe da civilização, percorrendo caminhos inseguros, ora pelas corredeiras do Rio Uruguai, ora pelas longas picadas percorridas com o auxílio de facões. Após visitar muitas vilas, distritos e povoados, encontrando-se em Mondai, Othon d'Eça destaca o sentimento presente em meio à comitiva, quanto ao prosseguimento da viagem: visitar Barracão, localizado no Extremo-Oeste do Estado. Assim, registrou o escritor em seu diário de viagem: “De Mondai rumaremos para o sertão, para o desconhecido, a trilhar vinte e nove léguas de picada e de floresta bruta. [...] Seja o que Deus quiser. Há um fim alto e nobre a cumprir e nós viemos para vencer”.¹⁰⁸

¹⁰⁵ Élio Cantalcio Serpa e Maria Bernardete Ramos Flores, em artigo publicado – A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In: *A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras*. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Chapecó: Argos, 2005 – interpretam a viagem do chefe do executivo estadual ao Oeste do Estado, em 1929.

¹⁰⁶ COSTA, Artur Ferreira. *O Oeste Catarinense*. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia, 1929. Ver também nesse sentido: D'EÇA, Othon. *Aos espanhóis confinantes*. Florianópolis: Livraria Moderna, 1929.

¹⁰⁷ D'EÇA, O. Op. Cit. 1929, p. 23. (grifos são nossos).

¹⁰⁸ *Ibidem*, p. 48. (grifos são nossos).

Nota-se que a idéia de “vencer o sertão bruto” está, ainda, relacionada à representação das “bandeiras”, tão presente na história do Brasil, principalmente do período colonial. Poder-se-ia dizer que, estas questões faziam parte do projeto político do Estado Novo, a promoção da importância histórica do bandeirismo, em busca da consolidação da *Nação Brasileira*. Sendo assim, é necessário estabelecer um paralelo com a produção de um dos mais importantes intelectuais do Estado Novo, Cassiano Ricardo. Em *A Marcha para Oeste*, Ricardo constrói uma narrativa histórica enfatizando a importância de reincorporarmos o *espírito bandeirante*, tão presente na história do nosso país. O sertão era o mato, precisava ser desbravado, conquistado.

A marcha, para Ricardo, significava o *reencontro do Brasil consigo* mesmo, o reencontro com o passado. Para o intelectual, a marcha para Oeste deveria ser realizada considerando o ponto de vista histórico, uma marcha em que havia toda uma sociedade em movimento, rumo ao interior; e a integração do interior era o ponto-chave de toda a problematização. Ricardo define o sentido da bandeira como estando afastado dos interesses particulares de conquistas de terras. Assim, a bandeira na história do Brasil, possuiu “[...] mais um sentido político e coletivo do que um sentido privado e particularista. Bandeira para conquista de latifúndios não existiu, nem poderia existir, pois latifúndio e bandeira se repelem [...] na economia inicial da sociedade brasileira.”¹⁰⁹

Para finalizar, o bandeirante era o paulista (“cursado em sertão”) do Planalto – República de Piratininga. A bandeira constitui-se como um órgão dessa República, uma “cidade em macha.”¹¹⁰ Então, vencer o sertão, o desconhecido, era umas das questões-chave do projeto nacionalista de interiorização do país de Vargas. Seria necessário reencontrar este passado brasileiro, em que o “fenômeno da bandeira” foi muito significativo para a conquista do território, para a definição das fronteiras. Na interpretação de Cassiano Ricardo, não foram

¹⁰⁹ RICARDO, C. Op. Cit. 1970, p. 34.

¹¹⁰ *Ibidem*, p. xxxii.

os mapas que formaram as bandeiras, foram as bandeiras que constituíram os mapas. Seria fundamental, então, no Estado Novo, promover a marcha para Oeste, pois esta seria o “reencontro” com um passado glorioso, brasileiro, cujas conquistas foram significativas para a formação política e econômica do País.

Neste trabalho, a questão da marcha para Oeste é extremamente relevante. Entretanto, destacamos como central a questão da *modernidade*. Consideramos também importante como a questão da modernidade foi colocada pela elite de Chapecó, os discursos locais e o objetivo de dar visibilidade à realidade (ao atraso), além das afirmações da inexistência da presença do Estado na região.

Ora, havia no discurso da elite de Chapecó a afirmação de sustentação do regime político instaurado com o golpe de Estado de 1937. Em todo caso, no que diz respeito ao rompimento com o passado, consolidando a modernidade, a questão era colocada em outros termos. O Estado, com sua “mão impulsionadora”, deveria se fazer presente, o que pela leitura da elite não acontecia, sendo essa uma questão histórica.

Como podemos observar através da leitura dos artigos jornalísticos, os colonizadores enfatizavam a não existência de esforços significativos durante a Primeira República, no sentido de o governo auxiliar a região. Dessa maneira, não havia ainda no final dos anos 1930, energia elétrica em Chapecó; esta, por sua vez, constituía-se num dos símbolos maiores da modernidade, senão a própria modernidade. O desejo da elite local era que Chapecó pudesse contar com a instalação de uma rede de energia elétrica.¹¹¹ De acordo com um dos artigos do jornal *A Voz de Chapecó*, a direção fazia questão de enfatizar a relação com o poder público, no que concerne à concretização desse empreendimento. “*Estamos persuadidos que todos os cidadãos, que têm ocupado a útil prefeitura, paisanos ou militares, se esforçaram na*

¹¹¹ Para uma discussão sobre a questão da energia elétrica no Oeste, em um período de constantes investimentos do Estado para resolver o problema, ver: ZANLUCHI, Alexandra Antonia. *Dos lampiões à luz elétrica: Visões de modernidade no Oeste Catarinense (1960-1970)*. Chapecó: UNOCHAPECÓ. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História), 2005.

realização desse serviço público, mas as dificuldades ainda não foram vencidas e temos que continuar às escuras.”¹¹²

Além do problema crucial da energia, as ruas de Chapecó eram de chão batido. As casas construídas de uma maneira totalmente “desordenada”, segundo as constatações dos artigos do engenheiro civil Serafim Ennos Bertaso, filho do Coronel dono da colonizadora. Não havia rede de água e esgoto; tornava-se necessário fornecer “orientação intelectual” – através da imprensa escrita – para educar os homens simples, os patricios. É entre o discurso civilizatório, nacionalizador e “modernizador” do Estado e desse grupo de homens locais que pensamos a cidade e o urbano, no desejo local de transformar a “arcaica” Passos dos Índios em cidade moderna.

Como se percebe na imagem fotográfica da figura 6, Chapecó no ano de 1940 não possuía formato de cidade, sendo que a almejada modernidade urbana, de acordo com os discursos locais, não estava presente em Chapecó. As ruas eram ainda de terra batida, a Igreja, mais aos fundos, construída de madeira, dava as costas para o mato.

Na realidade, foram reunidas duas fotografias na construção dessa imagem. Sendo que, na superior, observamos Chapecó numa dimensão mais ampla, podendo-se perceber como havia, na época, toda uma preocupação com a modelação das ruas. A rua central, posteriormente denominada *avenida Getúlio Vargas*, apresenta aspectos que traduzem a preocupação com o crescimento urbano, isto é, preocupações com a circulação, pois foi aberta uma rua muito larga. Por outro lado, na parte inferior, observamos na imagem algumas casas, construídas de acordo com o padrão europeu (alemão e italiano). Nota-se que a cobertura das casas revela diferentes padrões. As casas com a cobertura dividida em duas partes pertencem a um modelo muito mais alemão. Este modelo de cobertura, dividida em duas partes, mas não mais com peças na parte superior da casa (o chamado sobrado), está ainda muito presente no

¹¹² Luz Elétrica. Jornal *A Voz de Chapecó*. Ano I. N° 14, p. 4.

Oeste. Há uma casa onde o formato do coberto parece estar dividido em quatro partes. Esta, por sua vez, está mais próxima do modelo de arquitetura italiana (está cada vez mais raro encontrarmos casas com esse formato no Oeste). Em relação aos padrões arquitetônicos adotados pelos imigrantes europeus, observou Giralda Seyferth que as cidades situadas nas regiões colonizadas por alemães e italianos, no sul do Brasil, “[...] não repetem um padrão luso-brasileiro: guardam uma fisionomia própria, não tão européia como muitos pensam, mas com as adaptações que se fizeram necessárias no novo ambiente.”¹¹³ A autora considera toda a influência alemã e italiana na definição da fisionomia das próprias cidades, considerando a arquitetura, as casas, a definição dos espaços, formas de decoração, etc.

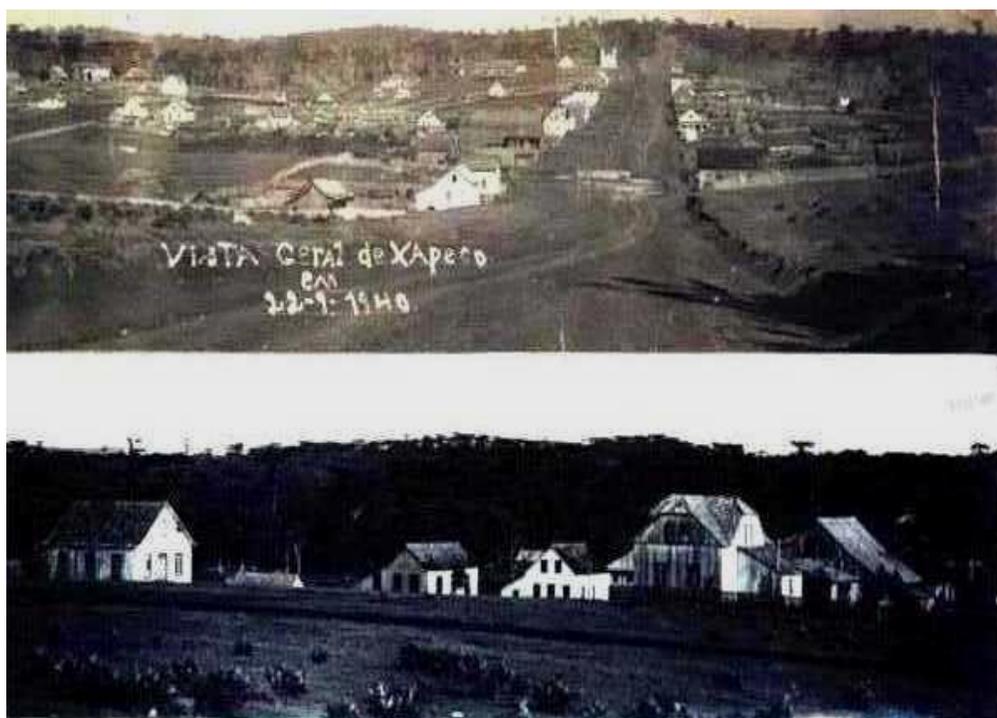


Figura 6: Vista da cidade de Chapecó no ano de 1940. Cópia do acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM), “Coleção Cidade de Chapecó”.

¹¹³ SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990, p.44.

Por fim, na imagem da parte inferior, pode-se perceber a presença do “mato” nos arredores das casas, sendo até mesmo visíveis algumas “copas” de araucárias. De maneira geral, nas representações da época, o “mato” correspondia à imagem do próprio sertão. Esta, sem dúvida, é uma representação histórica, pois foram, nesse sentido, construídas as representações em torno de Chapecó. Ainda em 1939, Chapecó era considerada pelos colonizadores (fundadores de A Voz de Chapecó) como uma cidade no sertão, ou melhor, “uma vila do sertão”. Foi nesse contexto que emergiu com mais força todo um desejo político de cidade e de modernidade, um desejo de ver concretizada a civilização do Oeste.

1.2 Um meio de comunicação na “cidade”: o periódico semanal *A Voz de Chapecó*

Na primeira parte deste primeiro capítulo, desenvolvemos uma reflexão em torno da emergência de um “interesse político” sobre a cidade, em Chapecó. Percebemos que o principal objetivo do colonizador era “romper com o tempo” (“atraso”), construindo a “civilização” em pleno “sertão”. Nesta segunda parte, discutiremos um dos “mecanismos” criados pela elite local no sentido de concretizar o projeto de construção de uma cidade moderna, uma cidade do futuro.

De fato, o desejo de cidade e de modernidade dos responsáveis pela colonização da região do “Velho Chapecó” é algo ainda do início dos anos de 1920. Mas é sobretudo a partir do final dos anos 1930 que esse desejo adquire “novas configurações”, isso pelo próprio advento do Estado Novo e da abertura de um meio de comunicação no Oeste.

Estado Novo de Getúlio Vargas, 03 de maio de 1939, data da fundação do jornal A Voz de Chapecó. Denominado semanário independente, “a serviço de uma terra e de uma gente”, o jornal seria apenas uma publicação modesta, segundo seus articulistas, como o seu pequeno formato fazia ver (periódico de apenas quatro páginas). Desse modo, de acordo com

o editorial da primeira edição, o jornal não estaria sendo direcionado às “pessoas letradas”, mas aos “homens simples”, os quais eram a maioria dos patrícios (colonos) da região de Chapecó. A esses colonos, pretendia-se transmitir conhecimento, na medida do alcance intelectual de seus fundadores. Através dos artigos jornalísticos, dar-se-iam “[...] *noções de ciências, artes, higiene, estatísticas bem como exigências fiscais, modificação na legislação e o que for ocorrendo no comércio, indústria, inclusive agricultura [...]*”¹¹⁴

Assumindo as “concepções de propaganda”, de Vargas, seus fundadores afirmavam o compromisso com a Constituição Brasileira de 1937, por entenderem ter sido esta a garantia da segurança nacional. Procuravam dar destaque à tarefa a ser realizada, e afirmavam ser esta muito ampla e complexa. Porém, impelidos pelo “idealismo”, deixavam evidente a existência de um “programa”, cujo objetivo constituía-se em transformar a realidade, apesar das dificuldades que seriam encontradas no caminho do “modesto periódico”.

De qualquer forma, a finalidade traçada e o caminho a ser vencido pertenceriam a esses homens de coragem, homens que sobrepujavam o medo. Os motivos e valores para a concretização do objetivo almejado, motivos explicativos da própria circulação do jornal, eram: “justiça, progresso e valor.” Assim, deixavam claro que a abertura de um meio de comunicação estava despida de intenções pessoais (interesses privados), objetivando-se somente a realização de um “bem coletivo”.

Uma das grandes questões colocadas dizia respeito à nacionalização dos meios coloniais e do próprio País. Mais precisamente, a preocupação desses homens locais estava voltada para os núcleos estrangeiros do Oeste (colonos imigrantes, teutos e ítalos, principalmente), os quais permaneciam sob “influência e mentalidade estrangeira”. Ressaltavam que as ações dirigidas a estes sujeitos deveriam ser persuasivas, com base em um espírito de harmonia, sem força repressiva. Os sujeitos não teriam culpa de estar isolados da

¹¹⁴ Nossa Ação. Jornal A Voz de Chapecó. Nº 1. Ano I. 03/05/1939, p 01.

vida nacional, sem conseguirem até mesmo falar a língua portuguesa. Em termos políticos, a situação seria o próprio resultado da política brasileira, dos governos e partidos anteriores que somente “cobravam impostos e monopolizavam os votos, nas empreitadas da politicagem”.

O discurso local exaltava a necessidade de nacionalização dos meios coloniais, articulando a idéia de que o Estado Novo havia surgido no sentido de resolver os “males” da língua, da raça, a ignorância das tradições e história do país, o atraso econômico, etc., sendo que Vargas compreendeu bem a necessidade de se evitar ameaças e violência, não enviando para as regiões coloniais “autoridades truculentas”. As ações do jornal, de acordo com o colonizador, estavam situadas em torno da defesa do bem público, enfatizando sempre a necessidade de melhorias dos serviços considerados de responsabilidade do Estado, tais como: abertura e conservação de estradas, construções de escolas e melhoramentos na ordem pública da comarca. Os esforços locais seriam esses, procurando dar visibilidade ao município até o momento ignorado pelo poder público, sendo que, as atitudes em relação aos governos seriam de colaboração sincera e desinteressada.

Nesta segunda parte deste primeiro capítulo, a realização de uma análise mais “atenta” sobre o jornal A Voz de Chapecó, decorre da própria importância desta fonte histórica, para o estudo do desejo de cidade e de modernidade, em Chapecó. Isto porque partimos do pressuposto de que o jornal foi um importante “mecanismo” utilizado por aqueles homens locais cuja pretensão era construir um futuro próspero para Chapecó.

Dessa maneira, é importante destacar, neste trabalho, a elaboração de todo um discurso por parte do colonizador, procurando assumir um compromisso com o Estado, despertando o interesse deste para a região, mas ao mesmo tempo afirmando o compromisso com Chapecó. Embora seus fundadores houvessem afirmado a ausência de interesses particulares, percebe-se que o jornal surge com o objetivo de concretizar uma necessidade, um interesse do colonizador. Na formação do próprio grupo, torna-se evidente perceber quais os

interesses e como foram colocados. A participação da família proprietária da Empresa Colonizadora Bertaso se justificava pelo próprio interesse do colonizador em impulsionar o processo de colonização, bem como o de concretizar um sonho do Coronel, a construção da cidade e civilização da região. Ainda temos a participação do Juiz de Direito da comarca do município, Antônio Selistre de Campos, homem público cujo objetivo sempre foi a consolidação da ordem local. Também temos a participação de Vicente Cunha, como diretor do periódico, exercendo ao mesmo tempo a função de advogado trabalhando para a Empresa Bertaso, além de toda a sua participação na vida política de Chapecó.

Como vimos, os interesses estão situados também no campo da política. Homem ligado ao colonizador, Vicente Cunha foi eleito vereador em 1936, pelo integralismo; secretário da prefeitura em 1944 e prefeito de Chapecó em 1947. Portanto, em meio à defesa do “bem público” encontram-se os interesses privados. É nesse sentido que devemos “olhar” para as fontes jornalísticas, embora os editoriais mostrassem sempre esta relação de defesa do público sobre o privado.

Estamos abordando a criação do periódico A Voz de Chapecó como concretização de um “desejo coletivo”; em meio a este coletivo é que procuramos pensar o particular, os interesses do grupo e de cada um de seus membros. Compartilhamos da problematização de Deleuze e Guattari, em torno do *desejo*, para problematizar a própria fonte histórica. A abertura de um meio de comunicação no Oeste é fruto do próprio desejo do colonizador em dar visibilidade ao empenho de homens preocupados com o presente e futuro de Chapecó, procurando produzir subjetividades nos “corações” e “mentes” dos oestinos.¹¹⁵ É, então, totalmente pertinente a relação entre desejo e criação da imprensa escrita, pois: “[...] *eu proporia denominar o desejo a todas as formas de vontade de viver, de vontade de criar, de*

¹¹⁵ O termo “oestino” é utilizado tanto pela historiografia mais clássica sobre o Oeste quanto pela mais recente. Refere-se aos sujeitos sociais que migraram para a região, referência ao colono, ao colonizador europeu.

*vontade de amar, de vontade de inventar uma outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores”.*¹¹⁶

A fundação de *A Voz de Chapecó* é o próprio resultado do desejo do colonizador de construir o progresso. Havia um interesse em romper com o passado, este estava ainda muito “vivo” no presente, por Chapecó ter ainda, no final dos anos 1930, o aspecto de vila; o interesse, o desejo, era transformar a realidade. Mas os *interesses*, se pensarmos com Deleuze, sempre se encontram e se dispõem onde o desejo lhes predetermina o lugar.¹¹⁷ Nesse caso, o desejo “[...] é sempre o modo de produção de algo, o desejo é sempre o modo de construção de algo.”¹¹⁸

Nessa relação entre imprensa e construção de uma nova “realidade social”, o corpo diretivo do periódico procurava transmitir a idéia de que o desejo almejado deveria ser obra de realização coletiva; por isso, a necessidade de a população local contribuir, de se engajar na causa. Através da leitura dos editoriais, chegamos à conclusão de que seus autores procuraram criar e difundir, de uma forma indireta, a idéia de que o jornal *A Voz de Chapecó* era um meio de comunicação comunitário, não visava a lucros particulares, o que se evidencia no apelo à população para que o assinasse. Para a circulação regular do periódico, a ajuda da população seria inestimável, e a estratégia adotada para atrair o público leitor (possíveis assinantes) foi de, logo na primeira edição, enviar exemplares para as famílias dos colonos residentes na sede do município de Chapecó ou nas proximidades. O jornal seria enviado, sendo que as pessoas que o recebessem, após a leitura, não desejando assinar deveriam reenviá-lo à produção; ocorrendo o contrário, seriam considerados assinantes.

Apesar de surgir a idéia de o jornal ser “comunitário”, embora não fazendo uso deste termo, poder-se-ia dizer que o jornal foi usado de acordo com os interesses privados dos sujeitos nele envolvidos. O jornal possuía seção de anúncios, propaganda de vendas de terras

¹¹⁶ GUATTARI, F; ROLNIK, S. Op. Cit. 2005, p. 260-261. (grifos são nossos).

¹¹⁷ DELEUZE, G. Op. Cit. 1998, p. 30.

¹¹⁸ GUATTARI, F; ROLNIK, S. Op. Cit. 2005, p. 261.

da Empresa Colonizadora Bertaso, anúncios comerciais de profissionais liberais, como os serviços oferecidos pelo engenheiro civil Serafim Bertaso, e de advogados que procuravam dar visibilidade a seus nomes. Além disso, havia as publicações oficiais, principalmente da Prefeitura Municipal de Chapecó. Deduzimos que a prefeitura bancava financeiramente esses anúncios e ajudava, com isso, a bancar o jornal.¹¹⁹

Entretanto, o mais importante a ser destacado é o fato do uso político da palavra impressa. Após o período de redemocratização do País, na segunda fase do jornal (a partir de 1946), constata-se a presença desses mesmos sujeitos em torno do mesmo periódico. Foi nesse momento que as disputas políticas se intensificaram, em Chapecó, em torno do poder político local. O diretor da primeira fase, Vicente Cunha, apoiado pelo Partido Social Democrático – PSD (partido dos Bertaso) – venceu as eleições para prefeito em 1947. Na ocasião, Serafim Bertaso também foi eleito representante do poder legislativo municipal (Presidente da Câmara de Vereadores de Chapecó). Ora, chegamos à conclusão de que todo o discurso proferido durante o Estado Novo, direta ou indiretamente, teve sua parcela de contribuição no fortalecimento, nos quadros da política chapecoense, da imagem dos idealizadores do periódico.

Com efeito, no estudo da palavra impressa, importante estar percebendo as relações entre a imprensa, a cidade e o poder. Com Sennett, pensamos a cidade como um “[...] *locus* de poder, cujos espaços tornaram-se coerentes e completos à imagem do próprio homem.”¹²⁰ Sendo a cidade um “locus de poder”, a luta por este poder pode também ser pensada

¹¹⁹ Esta questão das dificuldades financeiras dos pequenos jornais e a “contribuição” do poder público para os mesmos não foi um fato ocorrido somente no contexto de Chapecó. Em importante trabalho sobre a imprensa de Desterro (atual Florianópolis) no século XIX, Joana Maria Pedro enfatiza que esta prática do poder público em bancar os jornais – através do pagamento das publicações oficiais – era muito comum. Sem a contribuição do poder público, tornar-se-ia inviável a publicação de muitos periódicos no período. Uma questão também muito importante, e discutida pela autora, diz respeito aos fundadores (proprietários) dos periódicos da imprensa da capital catarinense. Fato muito comum foi o envolvimento de sujeitos sociais diretamente ligados à política. Muitos, inclusive, sendo até mesmo membros do poder público municipal. PEDRO, Joana Maria. Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: USFC – Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

¹²⁰ SENNETT, R. Op. Cit. p. 24.

considerando a própria força da imprensa na história. Darnton confere lugar de destaque à imprensa na criação de uma “nova cultura política”, mais especificamente na França de finais do século XVII, “[...] quando a luta pelo poder foi uma luta pelo domínio da opinião pública”.

¹²¹ Segundo o autor, no contexto francês, para tomar o poder foi necessário tomar a palavra e difundir-la, através de “[...] jornais, almanaques, panfletos, cartazes, estampas, partituras de canções, papelaria, jogos de carta, cartões de racionamento, papel-moeda, etc.” ¹²² Para concretizar os objetivos da Revolução, os revolucionários tiveram que agarrar a alavanca da prensa tipográfica. Foi necessário fazer uso de qualquer coisa impressa, justamente num meio social em que milhões de franceses estavam submersos em profunda ignorância e analfabetismo, não conseguindo nem mesmo ler, a Constituição dos Direitos Universais do Homem.

Nessa perspectiva, na relação entre História, imprensa e poder, é vital colocar em destaque a importância atribuída à imprensa pelo Estado Novo, pois Vargas atribuiu função particular e importante à imprensa; ele chamava a atenção dos jornalistas no sentido de estes assumirem o “sacerdócio cívico”. Vargas atribuía aos jornalistas grande importância na formação da opinião pública, “[...] para que ela seja, de corpo e de alma, um só pensamento brasileiro.” ¹²³ Em Chapecó, a situação não foi diferente. No contexto local, a abertura de um meio de comunicação pode também ser relacionada aos contextos sociais mais amplos. Aproximando-nos de Foucault, poderíamos dizer, no caso da imprensa, que a questão em jogo é a própria “produção da verdade”, a difusão de um “discurso verdadeiro” para a legitimação do poder. Mas no que consiste essa força creditada à imprensa, pelos regimes políticos? Para pensarmos a questão, significativas são as palavras do jornalista e político liberal J. P. Brisot, no final do século XVII, na França, o qual destaca que, por meio da imprensa, podia-se: “[...]”

¹²¹ DARNTON, R; ROCHE, D. Op. Cit. 1996, p. 15.

¹²² Ibidem, p. 16.

¹²³ LENHARO, A. Op. Cit. 1986. p. 39. (grifos são nossos).

*ensinar a mesma verdade no mesmo momento para milhões de pessoas; através da imprensa, elas a discutirão sem tumulto, decidirão com calma e darão sua opinião.”*¹²⁴

Torna-se importante assinalar que o jornal A Voz de Chapecó encontrou inúmeras dificuldades para sua circulação efetiva durante o Estado Novo. Fundado em 1939, pouco mais de dois anos depois o periódico parou de circular por motivo da forte censura policial; foi reaberto em 1946, circulando até meados dos anos 1950.

Interessa-nos, ao longo deste trabalho, discorrer acerca do conteúdo do discurso jornalístico local. O discurso local não era totalmente o mesmo do Estado Novo. Apresentava algumas convergências, mas, também uma constata crítica à inexistência de ações por parte do Estado. Para o colonizador, havia uma grande necessidade e urgência em concretizar a nacionalização e civilização da região. Desde as primeiras edições, a crítica sempre esteve presente no conteúdo dos editoriais. Por outro lado, a direção, em notas publicadas, procurava informar o público leitor da possibilidade de censura policial; explicavam uma possível interdição como resultado de denúncias locais. Tais denúncias podem até mesmo explicar a paralisação na circulação do jornal em dois momentos: um deles em setembro de 1939, quando o jornal é proibido de circular e fica interditado por dois meses; e o outro, em setembro de 1941, quando é publicada a última edição, ainda no período do Estado Novo.

Essas paralizações sempre eram explicadas, nos editoriais, em decorrência da complicada relação com o Estado, ou seja, o discurso local não estava sendo interpretado adequadamente pelas autoridades. O corpo diretivo procurava afirmar a não-existência de oposição em Chapecó. Assim, as questões colocadas dizem respeito à colaboração com o Estado, contribuindo para o bem da coletividade social. O fato é que o jornal parou de circular definitivamente durante o Estado Novo, sem uma nota sequer explicando a interrupção definitiva nas publicações. Em 1946, ressurgiu afirmando o compromisso com a democracia e

¹²⁴ DARNTON, R; ROCHE, D. Op. Cit. 1996, p. 199. (grifos são nossos).

com o progresso de Chapecó, também sem explicação alguma sobre os problemas ocorridos em 1941. Porém, dessa vez, seus líderes voltaram-se para o envolvimento com a disputa política partidária local, fundando o Partido Social Democrático – PSD – em Chapecó, fazendo oposição sistemática à União Democrática Nacional – UDN – e ao Partido Trabalhista Brasileiro – PTB.¹²⁵

Com efeito, em 1939, Vargas cria o Departamento de Imprensa e Propaganda – DIP. Órgão subordinado à presidência da República, foi-lhe conferida a atribuição de controlar e exercer a censura sobre os meios de comunicação, além da incumbência de promover manifestações cívicas e culturais, juntamente com exposições demonstrativas das atividades do governo.¹²⁶ Dessa forma, servindo-se não apenas da imprensa escrita mas também do rádio, o Estado Novo almejava controlar, de acordo com Lenharo, um dos dispositivos mais importantes do poder: a “máquina de propaganda”.

A imprensa, a partir da Constituição de 1937, passa a assumir uma função de caráter público. O Estado dava concessões para criação de meios de comunicação, mas todos ficariam atrelados as suas determinações. Vargas possuía um certo fascínio pelos meios de comunicação; através destes meios, poder-se-ia produzir desejos sociais, construindo subjetividades. Há uma proximidade com o método de Adolf Hitler, por exemplo, na proposta de utilização do rádio, com o qual seria mais fácil atingir o imaginário social. “Pelo rádio, o poder vasculha a intimidade de cada um, atomiza a condição política de cada cidadão para

¹²⁵ Em 1945, após a destituição do Estado Novo, havia somente um partido político em Chapecó, o Partido Social Democrático – PSD. Esse era liderado pela família Bertaso, sendo que nas eleições para Presidente da República, realizadas no ano de 1945, o PSD apóia o candidato de Vargas, Eurico Gaspar Dutra. Contudo, durante a campanha eleitoral, surgiram dissidências dentro do partido. Dessa forma, no ano de 1946, foi fundada a União Democrática Nacional – UDN – liderada principalmente pelo comerciante Pedro da Silva Maciel e pelo médico Otávio Celso Rauhen. Outro partido político criado, nesse mesmo ano, em oposição aos Bertaso foi o Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. De fato, esses partidos – UDN e PTB – constituíram-se em partidos políticos fortes, disputando os pleitos municipais e até mesmo cadeiras no poder legislativo catarinense. Seus membros pertenciam a diferentes camadas da sociedade, com destaque para os profissionais liberais. Nessa discussão, ver: HASS, M. Op. Cit. 2000.

¹²⁶ LENHARO, A. Op. Cit. 1986, p. 39-40.

condensá-lo simbolicamente no coletivo da nação.”¹²⁷ Um dos objetivos centrais constituía-se em construir imaginariamente uma idéia de comunidade nacional, indivisa e harmoniosa, reforçando sempre o sentimento de participação popular na administração pública federal. Por isso, para tentar compreender a conturbada relação da imprensa chapecoense com o Estado, podemos pensar em termos de *prática política*, da produção e difusão de um *discurso verdadeiro*, enfim em termos de *poder*.

Em *A ordem do discurso*, Foucault procurou trabalhar no sentido de investigar a relação entre as práticas discursivas e os poderes que as permeiam. Consideramos esta questão imprescindível para a problematização e possível entendimento da própria prática política estado-novista. Ora, para o poder, torna-se indispensável produzir discursos; estes, por sua vez, são sempre direcionados ao corpo social. É a materialidade do poder exercendo-se nos corpos dos indivíduos. Entretanto, é necessário entender esta relação entre o local e o global (questão do discurso) em termos de relações de poder. São as relações de poder que constituem o corpo social, constroem projetos sociais e políticos, produzem discursos. O poder não consegue se consolidar sem uma certa “economia dos discursos de verdade”. Somos submetidos pelo poder à produção da verdade e só podemos exercê-lo através da produção da verdade.¹²⁸ Nessa lógica, presente no Estado Novo de forma centralizada e autoritária, o poder do regime selecionava e excluía os discursos não correspondentes à “verdade” que estava sendo propagada pelo mesmo. Entendemos aqui a “verdade” difundida pelo Estado como uma verdade cuja pretensão era de ser universal, uma verdade única.

Inspirando-nos em Foucault, poderíamos argumentar que, no período do Estado Novo, nem todos os discursos eram autorizados e aceitos. Poderíamos até mesmo falar da existência de mecanismos de exclusão e interdição dos discursos como, por exemplo, o DIP, cuja aspiração maior constituía-se em controlar e se apropriar dessa “economia dos discursos”.

¹²⁷ Ibidem, p. 43.

¹²⁸ FOUCAULT, M. Op. Cit. 2003, p. 179-180.

Segundo Foucault, em uma sociedade como a nossa, nem todos têm o direito de dizer tudo; as pessoas não podem fazer uso da palavra em qualquer momento; não pode qualquer pessoa pronunciar qualquer coisa.¹²⁹ Portanto, como nem todo discurso é autorizado e aceito, prevalece um conjunto de normas e regras que, se não forem preenchidas, inviabiliza-se o próprio discurso. Sem dúvida, a atuação de A Voz de Chapecó, de 1939 a 1941, pode ser pensada por esse caminho.

No entanto, se entendemos o poder do ponto de vista relacional (relações de força), torna-se relevante discorrer acerca da própria noção de “poder” para, posteriormente, tentarmos explorar esses discursos locais, com o objetivo de apontar caminhos possíveis para a compreensão dessa crítica dirigida ao Estado e as atitudes deste em relação a mesma.

No sentido definido por Foucault, o *poder* não é um objeto, uma coisa, mas uma relação. O poder é microscópico, capilar; não está situado exclusivamente no aparelho de Estado, mas se faz presente em diferentes lugares: família, escola, igreja, hospital, prisões, enfim está inserido em todo o campo social. Conforme aponta Deleuze, “[...] o poder é precisamente o elemento informal que passa entre as formas do saber, ou por baixo delas. Por isso ele é dito microfísico. Ele é força, e relação de forças, não forma.”¹³⁰ Pensar nesta “mecânica do poder” é compreender que o poder é “saber”, é “subjetividade”. Considerar esta “forma capilar” de existência do poder é, sem dúvida, pensar nas dimensões em que ele se encontra em relação aos indivíduos, objetivando atingir seus corpos, inserindo-se nos seus gestos, nos seus discursos, na sua própria vida cotidiana.

Sendo o poder relações de forças, pode-se afirmar que há, sempre, possibilidades de modificá-lo. Poderíamos, pois, situar a crítica local em termos de resistência ao poder do Estado. Isto porque, como destacou Foucault, “[...] a partir do momento em que há uma

¹²⁹ FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. 8º ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996, p. 18.

¹³⁰ DELEUZE, G. Op. Cit. 1998, p. 122.

relação de poder, há uma possibilidade de resistência.”¹³¹ Poderíamos até mesmo pensar, essa crítica local, em termos de *processo de singularização*. Por processo de singularização entendemos todas as formas de resistência ao poder, tanto no nível macro quanto no micro político, ou seja, em nível molar ou molecular, das quais fala Guattari. Processo de singularização são singularidades que trabalham no sentido inverso ao da produção de subjetividade capitalista, quer dizer: fazem uso de sistemas de recuperação – um exemplo são as rádios livres – no sentido de tentar fugir dos sistemas de modelização dominante.

O que nos interessa nesta discussão é a questão do *desejo local*; este pode ser entendido como uma *resistência* ao discurso estado-novista, no sentido definido por Foucault. Mas também como *processo de singularização*. A questão é micropolítica: o desejo local estabelecendo contrapontos à *prática política* do Estado. Sem dúvida, na própria formação desse desejo local, encontramos os interesses privados, sendo estes colocados pelo colonizador como interesses públicos, de ordem coletiva. O que mais nos chama a atenção é que estava presente, em Chapecó, um forte representante do poder público federal, o próprio Juiz de Direito Antonio Selistre de Campos. O corpo diretivo do jornal procurou sempre reafirmar a existência de uma boa relação com as autoridades locais, inclusive obtendo o “apoio moral” de Selistre de Campos. A resposta às constantes acusações de opositoristas baseiam-se sempre na afirmação de defesa da “Constituição de 1937”, da qual sempre se colocaram como “apologistas” defensores dos princípios consagrados pela mesma.

Contudo, na primeira fase, há também afirmações relacionadas à deficiência nos serviços públicos (escolas, correios, estradas, etc.); em contrapartida, a tônica central das críticas girou principalmente em torno da questão da nacionalização, crítica esta presente no editorial do dia 27 de agosto de 1939, alguns dias após o jornal ter sido denunciado à interventoria do Estado. “*Em relação à nacionalização, temos feito crítica tenaz e não nos*

¹³¹ FOUCAULT, M. Op. Cit. 2003, p. 241.

arrependemos.” Isso porque, nos meios coloniais, preponderava o “elemento estrangeiro”, e a este se ia pedir ajuda, tanto para a construção de escolas quanto para comprar bandeira brasileira. Segundo o colonizador, falar sobre as necessidades locais é colaborar com o governo federal, contribuindo com informações, observações e/ou reclamações, podendo estas ser, posteriormente, encaminhadas pela administração municipal. Então, “[...] *fazer elogios a qualquer propósito, achamos ser uma injúria aos governantes e é incompatível com o nosso caráter.*”¹³²

Fato muito importante a ser destacado é a abrangência do discurso local, haja vista que, em vários artigos, há informações da leitura do jornal em centros urbanos maiores, como Porto Alegre e Curitiba. Não sabemos como eram enviados os exemplares, ou se realmente havia assinantes nessas capitais; porém, o corpo diretivo de A Voz de Chapecó, informava, nas entrelinhas dos artigos jornalísticos, a leitura nessas regiões. Segundo um desses artigos, havia informações de que a estação de rádio P.R.B 2, de Curitiba, transmitiu um dos editoriais com o título “Nacionalização”. Nessa ocasião, foram proferidas palavras de patriotismo e de apoio ao Brasil. A posição da referida rádio foi de solidariedade e defesa dos fundamentos da crítica imparcial do periódico chapecoense. Para a direção, esse apoio foi muito vantajoso pelo próprio momento vivenciado, pela apreensão em virtude das medidas coercitivas provocadas contra o “modesto jornalzinho”. Portanto, a partir da posição favorável de outros meios de comunicação em diferentes regiões do país, poder-se-ia dizer que, em meio ao discurso e poder do Estado, emergiam posições contrárias a essas práticas políticas. Os discursos locais constituíram-se, sim, em discursos singulares, como podemos observar, com muita clareza, no editorial do dia 05 de novembro de 1939, dois meses após o periódico ter sido obrigado a interpor as publicações. *“Quer dizer que a borrasca passou. Foi a primeira, não será a última. Não temos alterações a fazer no programa que de início traçamos para a*

¹³² Endereço Errado. Jornal A Voz de Chapecó. Ano 1. Nº 17. 27/08/1939, p. 1.

nossa ação social. Não retiramos uma linha [...] de tudo que fizemos e reclamamos.” Com Deleuze e Guattari, poderíamos até compreender e explicar aquelas atitudes locais como o resultado de uma *resistência* ou, até mesmo, um *processo de singularização*. Isso pelo fato de esta questão pertencer à ordem política, ou melhor, micropolítica, questão do desejo; este desejo ora convergindo, ora divergindo com o do próprio Estado.

No entanto, um dos acontecimentos mais significativos foi a censura policial ao jornal, em setembro de 1941, quando o mesmo pára de circular definitivamente durante o Estado Novo. Na ocasião, Vicente Cunha, diretor do periódico, foi preso, ficando detido por um período de sessenta dias. Importante enfatizar que há uma certa dificuldade na compreensão dessas “tensões políticas” a nível local. A própria historiografia sobre o Oeste não discute esses “problemas políticos”; alguns historiadores, como Jali Meirinho¹³³ e Carlos Humberto Corrêa,¹³⁴ falam da existência de toda uma proximidade entre a família Bertaso e a família Ramos. Poder-se-ia dizer que os referidos autores não “perceberam” a existência desse “problema político em Chapecó, pois a censura policial ao jornal ocorreu no período em que Nereu Ramos era interventor federal em Santa Catarina. Por outro lado, a socióloga política Mônica Hass¹³⁵ fala que a aproximação dos Bertaso com o governo Vargas ocorreu somente em meados dos anos 1940, pelo fato de a nomeação para cargos públicos municipais, naquele momento, responder a toda uma estratégia política de Vargas. Ou seja, o objetivo era o estabelecimento de uma aproximação da administração federal com os representantes do poder econômico local. Na perspectiva de Hass, essa estratégia explica a própria nomeação de Serafim Bertaso para prefeito de Chapecó, fato este ocorrido em 1944.

Em relação ao contexto político do final dos anos 1930 e início dos 1940, a partir da leitura das fontes, percebemos que o interesse político da própria elite local, no período posterior ao Estado Novo, era o de não dar “visibilidade” a essas “tensões políticas”, isto

¹³³ MEIRINHO, J. Op. Cit. 1997.

¹³⁴ CORRÊA, C. Op. Cit. 1998.

¹³⁵ HASS, M. Op. Cit. 2000.

porque ela se tornou defensora dos ideais políticos de Getúlio Vargas. Vicente Cunha foi um dos principais responsáveis pela fundação do Partido Social Democrático (PSD) local, sendo eleito prefeito por este mesmo partido em 1947. Além disso, a própria avenida principal da cidade – através de Decreto Lei Municipal – passou a chamar-se oficialmente, em 1948, *Avenida Dr. Getúlio Vargas*.¹³⁶ Outra questão importante a ser ressaltada diz respeito às fontes orais, pois percebemos que quando perguntamos sobre a existência de uma “tensão política” local, os(as) entrevistados(as) afirmam “desconhecer” esses “atritos”, naquele período histórico específico, entre os colonizadores e o poder público estadual e federal.

A partir da leitura e análise das fontes, consideramos fundamental levantar a possibilidade de os interesses políticos da elite dos anos 1930 e 1940 terem levado a mesma a “ocultar” a existência de conflitos políticos locais no período do Estado Novo. A consideração desta possibilidade é importante, tendo em vista a própria “valorização histórica” desses sujeitos sociais na história oficial do município de Chapecó. Principalmente em torno da figura do Coronel Bertaso, pois, nas representações da população, é lembrado como o homem responsável pelo progresso de Chapecó, responsável pela construção da cidade.

Para finalizar, é fundamental ressaltar que a fundação do jornal *A Voz de Chapecó* foi resultado do “esforço político” do colonizador para concretizar a cidade e a modernidade. De fato, todo esse desejo político de “transformação da realidade” é algo ainda dos anos 1920, mas que adquire “novas configurações” a partir da fixação da vila Passo dos Índios como distrito sede do município de Chapecó, em 1931, fortalecendo-se ainda mais com o Estado Novo, pois para o colonizador o Estado Novo surge no sentido de romper com o passado, com o atraso, na medida em que assume o compromisso com a construção da Nação e com o progresso do País.

¹³⁶ Decreto Lei Municipal n. 24, de 21 de setembro de 1948.

CAPÍTULO 2

UM PROJETO DE CIDADE MODERNA

“Um projeto urbanístico tem, contudo, um germe de utopia, de sonho e de desejo de ver realizada uma outra realidade, mais bela, mais harmônica, mais racional etc.”¹³⁷

2.1 A idealização do espaço citadino

Nossa pretensão, nesta primeira parte deste segundo capítulo, é mostrar como o “desejo de cidade e de modernidade” esteve colocado em termos de “projeto” do colonizador; ou seja, como esse desejo esteve colocado no “papel”. Veremos que Chapecó foi uma cidade planejada, porém, seu planejamento deve ser compreendido mais como a expressão de um desejo político de cidade e de modernidade urbana.

Primeiramente, discutiremos a preocupação local com a elaboração de um moderno traçado urbano para a construção de uma cidade por inteiro. A intenção é observar como o espaço citadino foi pensado do ponto de vista técnico, pelo fato de que dispomos para análise de dois “desenhos de cidade”. Entretanto, uma questão fundamental a ser discutida é em relação aos “possíveis usos” da própria fonte histórica, pois esses “desenhos” – o primeiro datado do ano de 1931 e o outro do ano de 1938 – foram denominados, posteriormente aos

¹³⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 387.

anos 1930 e 1940, de “Plano Diretor” e “Plano Urbanístico” de Chapecó. A seguir, analisaremos o porquê de toda uma preocupação com a abertura de ruas e avenidas largas, com quadras muito bem delimitadas e esquadrihadas espacialmente, isto é, iremos discorrer acerca da “organização racional do espaço”. Em todo o caso, é relevante enfatizar que o espaço citadino vai ser problematizado do ponto de vista da sua “construção subjetiva”, pois o projeto de cidade moderna, nos anos 1930, não foi concretizado “materialmente”, existindo tão somente a partir da sua “elaboração imaginária”.

Através da análise das fontes, percebemos que a cidade do futuro, do Coronel Ernesto Francisco Bertaso, foi sendo construída, do ponto de vista do imaginário, desde o início dos anos 1920. Mas, é a partir do início dos anos 1930, que emerge com mais força toda uma preocupação local com a elaboração de um “projeto de cidade moderna” para Chapecó. Importante destacar que o ano da fixação definitiva da vila Passo dos Índios, como sede oficial do município de Chapecó, em 1931, também corresponde ao ano da elaboração de um projeto de cidade para a respectiva vila (futura cidade).

Em nossa pesquisa documental (levantamento das fontes iconográficas), realizada no Centro de Memória do Oeste Catarinense (CEOM), encontramos, incorporada ao acervo “Coleção Cidade de Chapecó”, uma imagem (fotografia) de um “desenho” de cidade para Chapecó. Poderíamos estar definindo o “desenho” como uma espécie de “projeto”, ou até mesmo de “mapa”, para a construção de uma cidade. Entretanto, uma questão de extrema importância a ser considerada na própria problematização do referido documento histórico, é em relação à “denominação posterior” adquirida por essa imagem.

Na imagem da figura 7, percebe-se nitidamente que o “mapa” (projeto) de cidade foi denominado – possivelmente através do uso de um “carimbo” – de “Plano Diretor de Chapecó”, datado do ano de 1931. É fundamental ressaltar que, para o ano de 1931 a grafia não seria aquela. A escrita, correta naquela época, era “Xapecó” com a letra X, e não

Chapecó. Outra questão a ser considerada é que a elaboração de Planos Diretores, nas cidades brasileiras, é algo mais recente.¹³⁸ A partir dessas constatações, os seguintes questionamentos são vitais: quem colocou o nome de “Plano Diretor” e em que momento isso ocorreu? O porquê e quais os motivos de estar denominando aquele desenho de Plano Diretor?

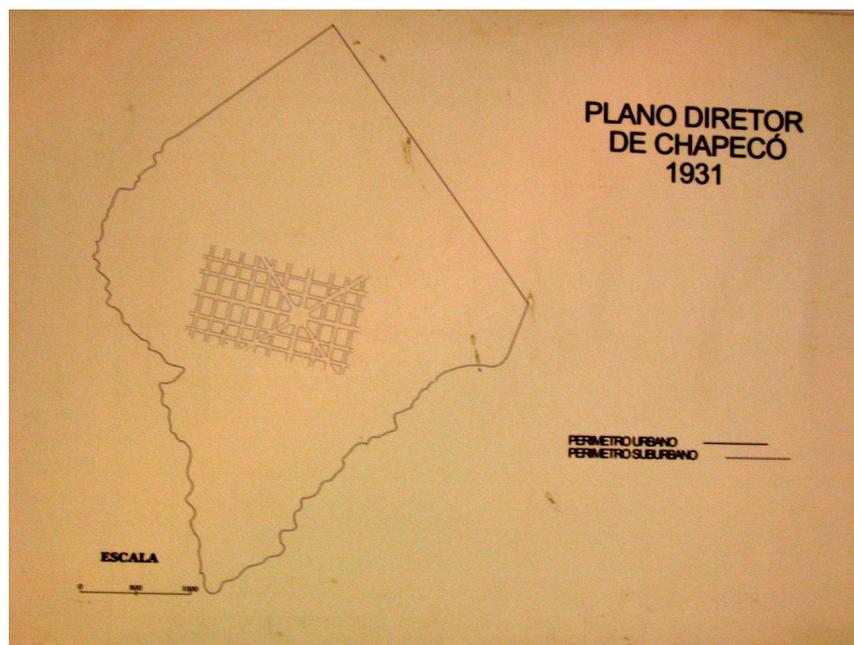


Figura 7: Um desenho (projeto inicial) de cidade moderna para Chapecó. Cópia pertencente ao acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

De qualquer forma, o mencionado “desenho” de cidade foi construído no início dos anos 1930, sendo apenas um “desenho”, expressão do próprio desejo do Coronel Bertaso em construir uma cidade na pequena povoação em que estava localizada a sede da Companhia Colonizadora. Em nossa pesquisa, procuramos obter mais informações sobre o documento, do “possível uso” do mesmo; porém, não obtivemos sucesso. O fato é que consideramos ser muito profícuo “questionar” esse documento, ou melhor, a “possível invenção” deste

¹³⁸ Nesse sentido, ver: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 387.

documento. Em relação a essa possibilidade, invenção do documento, inúmeras questões poderiam ser colocadas. O objetivo de tal invenção talvez tivesse sido “elevar o status” do município, colocando Chapecó como uma cidade modelo, uma cidade que foi construída com base em todo um planejamento urbano moderno. Um dos objetivos talvez tenha sido, também, “exaltar” a figura do próprio Coronel Bertaso, pois as próprias fontes nos mostram que o coronel “foi o homem que pensou grande”, o homem que pensou num futuro próspero para Chapecó.

Em todo caso, nesta questão da “produção do documento histórico”, aproximamo-nos de Jacques Le Goff, quando este afirma que toda “fonte histórica” deve ser analisada como um “documento-monumento”.¹³⁹ Para Le Goff, durante muito tempo o documento foi visto como “valor de prova”, ou seja, como “verdade”. Enquanto documento, possui como principal característica a “intencionalidade”; já um monumento é construído no sentido de procurar garantir às gerações futuras recordação do passado. Por outro lado, a análise crítica do “documento como monumento” traz essa “intencionalidade” de perpetuação do passado para o próprio documento. De acordo com o autor, o documento é o próprio resultado de uma construção, de uma “montagem” (consciente ou inconsciente) da história. “O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntariamente – determinada imagem de si próprias.¹⁴⁰ Portanto, como historiadores, devemos problematizar o documento como monumento. Sendo o documento nada menos que uma “montagem”, torna-se necessário “[...] desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos.”¹⁴¹ É nessa perspectiva que iremos prosseguir na reflexão sobre o “desenho” de cidade, denominado Plano Diretor da Cidade de Chapecó.

¹³⁹ LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 1: Memória – História, s/1 (Portugal), Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

¹⁴⁰ *Ibidem*, p. 102.

¹⁴¹ *Ibidem*.

De modo geral, uma das questões que tornaram possível a concretização daquele projeto inicial de cidade, no início dos anos 1930, foi a emergência de novos sujeitos na administração do “Velho Município de Chapecó”, marcando assim o final das disputas políticas em torno da sede do município. Em 1930, aliado a lideranças políticas da época, como Ledônio Rodrigues de Quadros e Afonso Scheffer, os quais faziam forte oposição às autoridades políticas de Chapecó, Nicácio Portela Diniz constituiu-se em um dos principais seguidores em Chapecó, da “Revolução de 1930”, sendo nomeado prefeito do município em novembro de 1930. O novo prefeito tratou logo da transferência da sede, da vila Xanxerê para a vila Passo Bormann. Contudo, Portela Diniz faleceu alguns meses após ter iniciado as atividades como prefeito, passando a assumir o cargo, em fevereiro de 1931, o então Capitão da Força Pública no Estado, João Alves Marinho, que sugeriu ao governador, General Ptolomeu de Assis Brasil, a transferência da sede para a povoação de Passo dos Índios, fato este concretizado em maio de 1931.

Esses acontecimentos marcam o fim das disputas entre os coronéis da época em torno da fixação da sede do município. Durante a República Velha, mais especificamente no período entre 1917 e 1921, o poder local estava mais sob a influência dos Marinho, entre os quais destacava-se a liderança do Coronel Manuel dos Santos Marinho; este dedicava-se principalmente às atividades de extração da madeira e erva-mate. E, no período compreendido entre os anos de 1921 e 1930, destacou-se a família Maia, mais particularmente na pessoa do Coronel Manoel dos Passos Maia, o qual estava totalmente ligado à política de colonização da região.¹⁴² Portanto, são acontecimentos políticos que, no início dos anos 1930, colaboram significativamente para a emergência de um desejo de tornar possível, ou melhor, de construir uma cidade na pequena povoação de Passo dos Índios.

¹⁴² BELLANI, Eli Maria. Santos Marinho e Passos Maia: a política do velho Chapecó : 1917-1931. Chapecó: Autor, 1990.

Importante salientar, conforme nos mostra Mônica Hass,¹⁴³ que o governo do Estado amenizou as disputas políticas locais, ao fixar a sede e comarca do município de Chapecó em território “neutro”, Passo dos Índios. Por outro lado, enfatiza a autora, constata-se o forte interesse do Estado em atrair aqueles que representavam o poder econômico local, no caso, os Bertaso, responsáveis pela colonização da região.

Apesar de não assumir cargos políticos, no período anterior à Revolução de 1930, o Coronel Ernesto Bertaso mantinha fortes relações com o Partido Republicano Catarinense.¹⁴⁴ No entanto, de acordo com nossa interpretação das fontes, a escolha de Passo dos Índios como sede do município, pelo poder público estadual, somente contribuiu com o desejo do proprietário da Empresa Colonizadora Bertaso em construir a cidade na referida vila. Destacamos, mais uma vez, que a sede da própria colonizadora era em Passo dos Índios, havendo então todo o interesse nessa nova escolha.

Como assinalamos no primeiro capítulo, podemos pensar a emergência de um “interesse de cidade”, na região do “Velho Chapecó”, ainda no começo dos anos 1920, uma vez que, em 1922, a Empresa Bertaso, Maia e Cia é fixada na referida localidade. Mas é somente no início dos anos 1930, com a significativa colaboração das mudanças políticas, que a cidade é “pensada” e “sentida” como problema.

Conforme imagem da figura 7, antes apresentada, Chapecó – até então denominada vila Passo dos Índios –, assumiu naquele desenho a forma de uma cidade extremamente planejada, desenhada com “compasso” e “régua”, para utilizar uma expressão comum. Naquela imagem, podemos perceber como a cidade foi projetada visando o futuro, o progresso: quadras bem delimitadas espacialmente; as ruas em linhas retas, possibilitando condições de a cidade se expandir para todas as direções, não havendo acidentes geográficos que impedissem esse processo. Observamos também o desenho de um núcleo central, espaço

¹⁴³ HASS, M. Op. Cit. 2000.

¹⁴⁴ Ibidem, p. 97.

que seria reservado à construção da praça e da igreja, sendo ainda localizados, nas proximidades, os próprios estabelecimentos públicos, como a Câmara de Vereadores e a Prefeitura. Deste núcleo (centro da cidade), partem as ruas e avenidas, como uma espécie de raio de uma circunferência, interligando todas as dimensões da “futura cidade”.

Com efeito, uma imagem igualmente muito importante – figura 8 –, para a problematização daquele desejo de cidade e de modernidade, foi encontrada no acervo da Biblioteca Pública Municipal de Chapecó. Da mesma forma do primeiro projeto de cidade moderna para Chapecó (figura 7), percebemos que a imagem recebeu, posteriormente aos anos 1930, uma outra denominação. A imagem está datada do ano de 1938, sendo que foi denominada “Plano Urbanístico da vila Passo dos Índios (município de Chapecó)”. A partir desses dados, poderíamos estar colocando algumas questões. A elaboração de Planos Urbanísticos para as cidades brasileiras também é mais recente. Igualmente, nota-se na imagem que a grafia utilizada na época – palavra “Chapecó” – não era essa. Havia todo um debate em relação à necessidade de efetuar a mudança em torno da escrita de “Xapecó” para “Chapecó”.¹⁴⁵ Mas a grafia em vigor continuava sendo “Xapecó”. Enfim, muito possivelmente, no período posterior à década de 1930, o documento tenha sido denominado Plano Urbanístico. Em todo caso, estamos entendendo a imagem como sendo apenas um “desenho de cidade”, um projeto inicial de cidade para Chapecó. Porém, em comparação ao primeiro desenho, datado do ano de 1931, o segundo possui algumas diferenças; algumas mudanças, principalmente no traçado urbano, são evidentes.

Nota-se, no segundo desenho, a presença de uma larga avenida, a Getúlio Vargas, com 40 metros de largura, atravessando a cidade na sua extensão. Há também a manutenção das quatro ruas, todas partindo do centro cuja largura é maior que as demais. Contudo, embora o traçado continue pela diagonal, essas não são tão extensas, em comparação àquelas do plano

¹⁴⁵ Esta discussão foi realizada principalmente através da imprensa escrita (Jornal A Voz de Chapecó).

de 1931. Apenas há uma exceção, das ruas cujo traço também está na diagonal, na parte de cima (lado direito), uma continua com as mesmas características. Na época, a residência dos Bertaso e as instalações do poder público estariam situadas na direção dessa rua. Outra diferença é no centro, onde aparecem um círculo e a referência através de uma flecha, indicando a avenida principal e o centro propriamente dito, onde ficariam situadas a igreja e a praça municipal. Portanto, a cidade estaria interligada através do centro que foi definido.

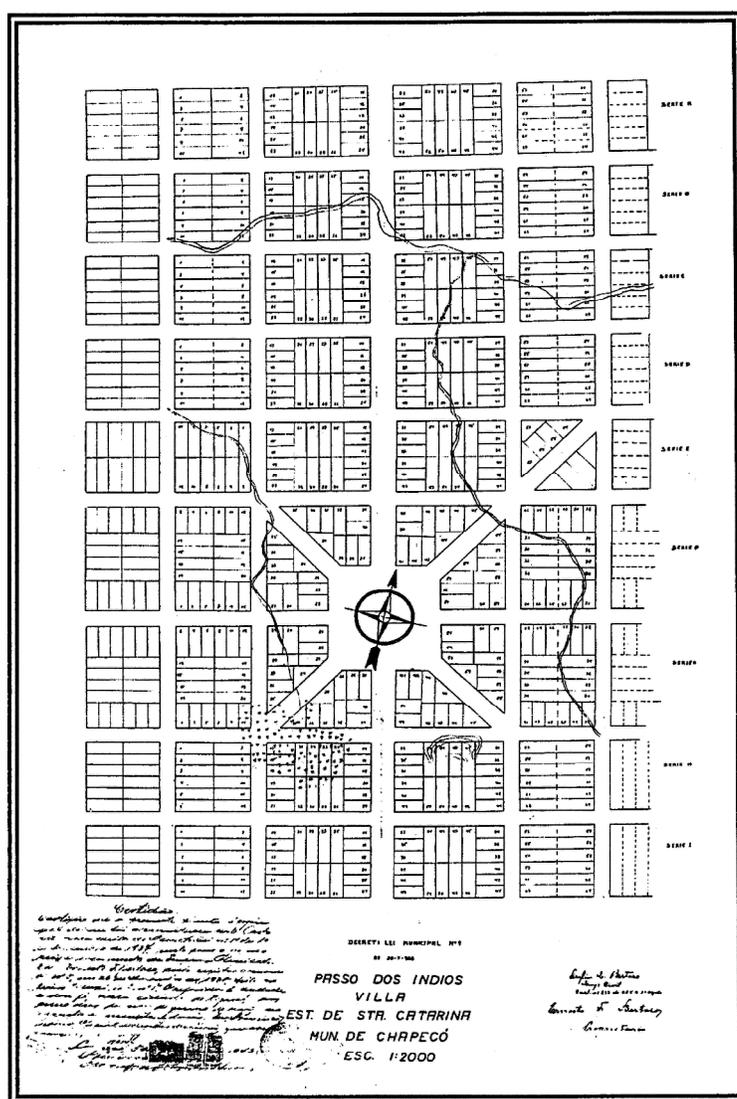


Figura 8: Um “desenho de cidade moderna” para a vila Passo dos Índios – denominada Chapecó somente a partir de 1938. Cópia do acervo da Biblioteca Municipal de Chapecó.

Em todo caso, em relação a este segundo desenho, construído no período do Estado Novo, em 1938, poder-se-ia levantar a hipótese de que o plano foi elaborado por brasileiros. Isso pelo fato, como destacou Lúcia Silva,¹⁴⁶ de que a ideologia do Estado Novo não favorecia a contratação de técnicos estrangeiros (engenheiros, arquitetos, urbanistas, etc.). Por outro lado, constatamos através da leitura das fontes que um dos maiores responsáveis pela concretização do planejamento para a construção da cidade foi o próprio Coronel Ernesto Francisco Bertaso. Isso não significa que tenha sido ele seu construtor. O coronel não possuía formação superior, sendo que seu filho Serafim, concluiu a graduação em engenharia civil somente em 1935, pela Escola de Engenharia da Faculdade do Estado do Paraná. É também importante perceber, na imagem da figura 8, que o desenho de cidade está assinado pelo engenheiro civil Serafim Enoss Bertaso e pelo seu pai, proprietário da empresa colonizadora. A partir dessa constatação, poder-se-ia levantar a hipótese de que o idealizador daquele desenho tenha sido o próprio filho do coronel. Afinal, era Serafim quem realizava – através dos artigos jornalísticos – as discussões técnicas relativas à cidade e ao urbano.

Como pode ser observado nas imagens, o centro da cidade foi criteriosamente planejado. É importante enfatizarmos, nesta questão, que o Coronel Bertaso tinha condições de decidir sobre o ordenamento espacial da cidade, ou seja, era ele o “empresário” comercializador de terras, não somente no interior, mas também de lotes da própria “cidade”. O coronel, isso as fontes nos mostram claramente, concedeu inúmeras doações de lotes, terrenos “urbanos”, para a construção de prédios públicos, praça, igreja, etc. Observamos ainda, na leitura das fontes, que o coronel preocupava-se muito com o crescimento de Chapecó, por isso todos os empreendimentos que poderiam trazer progresso recebiam seu total apoio. Sendo assim, ele não era somente um vendedor de terras, era também um sujeito com autonomia para doá-las. Sendo também possível afirmar que o coronel, apesar de não ser

¹⁴⁶ COSTA, Lúcia. A trajetória de Alfred Donat Agache no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 387.

o construtor dos respectivos desenhos, “mapas da cidade”, teve enorme influência na sua idealização e tentativa de concretização.

Através dos referidos desenhos, percebemos toda uma preocupação com um possível crescimento da cidade ao longo dos anos. Torna-se fundamental assinalar, neste trabalho, que uma questão muito presente no imaginário de boa parte da população atual de Chapecó é a idéia de que o “idealizador” da cidade, o responsável pelo moderno traçado urbano foi o próprio Coronel Ernesto Francisco Bertaso. Como destacou Victorino Zolet, “*O coronel foi um homem de grande visão, o homem que pensou grande, pensou no futuro*”. Ora, diante desta “valorização histórica” da figura do Coronel Bertaso, torna-se vital problematizar os desenhos para a construção de uma cidade, denominados de Plano Diretor e Plano Urbanístico, na perspectiva definida por Le Goff, ou seja, como um *documento-monumento*. Desse modo, poder-se-ia levantar a possibilidade da “invenção social” desses documentos.

Para uma pequena vila do início dos anos 1930, um projeto de cidade contemplando uma avenida com 40 metros de largura (avenida Getúlio Vargas), pode ser considerado como uma preocupação do colonizador com o futuro. Isso pelo fato de que, na época, na vila Passo dos Índios, conforme salientou uma de suas moradoras (Leonilda Bressan), era praticamente nula a circulação de veículos motorizados. “*No começo de Chapecó, era alguma casa de madeira longe uma da outra. Ônibus, eu conheci um ônibus véio só e um caminhão véio de Passo Fundo. Não se via movimento de carro nenhum.*”¹⁴⁷ Portanto, numa vila em que carroças e cavalos eram utilizados como meio de transporte, a construção de uma extensa e larga avenida pode ser explicada como uma “preocupação moderna” com um possível aumento do tráfego de veículos. Sendo assim, tornava-se totalmente pertinente, na construção de uma cidade, preocupações com a “circulação”; esta não somente dos veículos motorizados, mas também dos pedestres.

¹⁴⁷ BRESSAN, Leonilda. *Entrevista*. Coronel Freitas, 17 de setembro de 2007.

Como enfatizamos anteriormente, na observação destes “desenhos de cidade”, produzidos nos anos 1930, fica evidente toda uma preocupação moderna. De fato, poder-se-ia afirmar que esta “preocupação moderna com a cidade” não é uma questão específica de Chapecó; isto porque é no contexto europeu que emerge todo um “interesse político” sobre a urbe, quando, a partir do século XVII, a cidade começa a ser projetada. A rigor, neste trabalho, não estamos tratando o planejamento urbano para Chapecó como “importação” de projetos/planejamentos europeus, mas, enquanto “conhecimento”, como tão bem assinalou Stella Bresciani, nas entrelinhas de algumas de suas análises sobre a cidade e o urbano.¹⁴⁸

Toda aquela preocupação com o traçado urbano, quadras muito bem delimitadas espacialmente, com ruas e avenidas largas, é fruto de uma discussão realizada com mais intensidade a partir do século XIX. É muito importante reconhecer, por exemplo, a própria “influência” da Paris moderna, do Barão Haussmann, na elaboração de planejamentos urbanos para cidades brasileiras. Utilizamos o termo “influência”, contudo, partimos do pressuposto de que as discussões em torno da cidade e do urbano ganham uma dimensão própria daqui, ou seja, uma “dimensão própria do contexto brasileiro”.

Sobre a questão de Paris, é relevante enfatizar que Haussmann foi responsável pelas remodelações urbanas da capital francesa, seguindo as iniciativas do próprio Napoleão III; as suas ações e obras tornaram-se, posteriormente, importantes referências na história do urbanismo e das cidades modernas.¹⁴⁹ Guardadas as devidas proporções e especificidades de cada contexto, a relação com o contexto europeu é profícua, até porque muitos dos planejamentos urbanos para cidades brasileiras, construção de novas cidades ou até mesmo intervenções em cidades já existentes, foram uma constante ao longo do final do século XIX e início do XX. Podemos citar, a título de exemplo, o caso do Rio de Janeiro, do médico e prefeito Barata Ribeiro, cujas preocupações com a higienização e urbanização da cidade, mais

¹⁴⁸ BRESCIANI, M. S. Op. Cit. 2002.

¹⁴⁹ PESAVENTO, Sandra Jatahy. *O imaginário da cidade: visões literárias do urbano, Paris, rio de janeiro, Porto Alegre*. 2. ed Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

as investidas para uma remodelação do espaço citadino, estão bem expressas com a demolição do cortiço “Cabeça de Porco”.¹⁵⁰

Ora, como destacou Foucault, com o desenvolvimento do capitalismo moderno ao longo do século XIX, emerge toda uma preocupação com o perigo representado pelos pobres residentes na cidade. Esta preocupação está presente na própria formação da medicina social (caso inglês, medicina da força de trabalho/medicina dos pobres). Foi somente no segundo terço do século XIX que o pobre aparece como perigo. Importante frisar que a questão da intervenção e remodelação do espaço urbano, da classificação entre ricos e pobres no espaço citadino, faz parte de todo um problema colocado no século XIX pela própria medicina social, no contexto social europeu. A cólera de 1832, a qual teve início em Paris e se propagou por todo o território europeu, foi uma das principais responsáveis para a decisão de “dividir” e “classificar” ricos e pobres no espaço da cidade. Estas questões são importantes, pensando no caso do Rio de Janeiro do final dos oitocentos, pois toda essa problemática de intervenção do poder público no espaço é uma questão histórica, relacionada às tematizações em torno da medicina social e suas preocupações com a saúde pública. Apesar de utilizarmos, agora neste trabalho, o termo saúde pública, sabemos que a preocupação central era com a saúde dos ricos, pois eram os pobres que representavam um perigo urbano. Toda a preocupação com a saúde da população em geral decorre da necessidade de “medicalizar” o pobre, pois a saúde dos ricos dependia da dos pobres. Segundo Foucault, a coabitação em um mesmo tecido urbano de pobres e ricos foi considerada um perigo sanitário e político para a cidade, o que ocasionou a organização de bairros pobres e ricos, de habitações ricas e pobres.¹⁵¹ Foi naquele momento que começaram as intervenções do poder público na propriedade privada; momento, também, da redistribuição, no II Império Francês, do espaço urbano da cidade de Paris.

¹⁵⁰ Sobre esta discussão, ver: CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹⁵¹ FOUCAULT, M. Op. Cit. 2003, p. 94.

Neste trabalho, portanto, estamos tratando as várias problematizações européias, em termos de “conhecimento” sobre a cidade e o urbano. Este conhecimento, inicialmente tematizado na Europa, esteve posteriormente muito presente no Brasil, em relação às questões vinculadas à cidade e ao urbano, como políticas de intervenção no espaço, higienização, arquitetura urbana, traçado urbano, etc. Isso não significa que estamos negando ou negligenciando as especificidades locais, as quais consideramos de suma importância, até porque são temporalidades e espacialidades completamente distintas. É nesse sentido que, em relação ao planejamento de cidade para Chapecó, consideramos tal conhecimento presente no Oeste, um resultado da própria dinâmica do sistema capitalista mundial.

Como temos enfatizado, o planejamento para a construção de uma cidade em Chapecó foi realizado tendo como base uma “preocupação moderna”, uma preocupação com o futuro. Para uma pequena vila como Passo dos Índios, na década de 1930, a idealização e construção de uma avenida com 40 metros de largura (avenida Getúlio Vargas) e as demais ruas com 25 metros, com certeza tudo isso não fazia parte de um planejamento urbano isolado de todo um contexto, não sendo elaborado somente a partir de critérios locais. Toda essa idealização de cidade teve como base concepções científicas e políticas, embora estivesse mesclada com as características locais, pois é o colonizador (Bertaso) foi quem exerceu maior influência nas decisões de onde seria construída a igreja, a praça, a prefeitura, a câmara de vereadores, a cadeia pública, o cemitério, etc.

Evidentemente que o processo de produção do espaço urbano de Chapecó foi diferente de cidades seculares, como a Paris da segunda metade do século XIX, onde se operou muito mais uma intervenção no espaço que propriamente a construção de uma cidade por inteiro. O que consideramos importante nessas discussões, tanto no contexto europeu quanto no contexto específico de Chapecó, é a problematização do próprio espaço citadino. Por que, no que consiste, quais os sentidos da construção de ruas e avenidas largas? Por que quadras bem

delimitadas, esquadrihadas espacialmente? Por que essas questões tornaram-se imprescindíveis para uma cidade tornar-se moderna? Pensamos, que a questão que se coloca, nesses contextos, na problematização da cidade e do urbano, diz respeito à própria “modernidade”, o problema da *modernidade urbana*. É nessa perspectiva que iremos prosseguir com nossa reflexão. Entretanto, é fundamental ressaltar, mais uma vez, que os “desenhos” (“projetos”) para a construção de uma cidade em Chapecó não são resultado de uma cópia dos “modelos” europeus, e sim produto de uma “produção local”, de um “desejo local de cidade e de modernidade urbana”.

Colocadas essas questões, a partir de Richard Sennett, em *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*, mas também dialogando o tempo todo com Foucault, iremos procurar compreender como as questões do “corpo” foram expressas na arquitetura moderna, no urbanismo e na própria vida cotidiana, relacionando-as a todo momento com o contexto local, ou seja, da produção de um projeto de cidade para Chapecó. Entendemos ser extremamente válido discorrer acerca da problemática do corpo humano, como forma de se entender o passado. Ao problematizar o “corpo”, importante frisar que estaremos, ao mesmo tempo, problematizando o próprio “poder”, ou os “poderes” constituídos na cidade, pois como destacou Sennett, a cidade é, por excelência, um “*locus* de poder”.

Sennett procura refletir muito na consideração de um problema contemporâneo das cidades modernas. A modernidade urbana contribui para o processo de “privação sensorial” dos sujeitos, isto é, o problema da “carência dos sentidos”, provocado pela própria dinâmica da vida na cidade. Com o capitalismo moderno, principalmente com o advento dos modernos meios de transporte e comunicação, a experiência do espaço (velocidade, locomotividade) se constituiu numa espécie de “experiência narcótica”. Contudo, sobre as relações entre modernidade urbana e as representações em torno do corpo, estaremos discutindo mais a questão dos princípios científicos e políticos, como o problema do corpo está colocado nos

projetos de cidades modernas, o que contribui significativamente para a problematização do projeto de cidade para Chapecó.

Importante deixar claro que não estamos enquadrando o projeto de cidade moderna para Chapecó como reflexo da “haussmanização” de Paris, procuramos somente compreender como questões importantes se colocaram em tempos e espaços diferentes, considerando sempre as diferenças locais, o “conjunto da história”. A rigor, se o problema colocado para a análise da cidade e do urbano é o da própria modernidade, consideramos fundamentais para a nossa discussão as afirmações de Luiz César de Queiros Ribeiro, ao enfatizar que o “modelo francês de modernidade” sempre esteve presente no Brasil ao longo do século XIX, mantendo-se muito forte até as vésperas da Segunda Guerra Mundial.¹⁵² Entendemos ser relevante a consideração de Ribeiro, no que diz respeito à influência do “modelo francês” de modernização em muitas cidades brasileiras. No entanto, não utilizaremos as noções de “transferências, empréstimos e traduções”, do “modelo francês”, na formação do urbanismo e estudo das cidades no Brasil, bem como no caso específico de Chapecó.

Por outro lado, consideramos totalmente pertinente a problematização de Ribeiro ao discutir o urbanismo no Brasil, nas suas considerações acerca do contexto social e político local. O autor articula, por exemplo, questões relativas à necessidade de reforma urbana, tão presente desde o final do século XIX, com questões políticas relativas a uma reforma social mais ampla. Considera que a tematização da modernidade não passa somente por essas questões, pois está, também, atrelada à idéia de construção da Nação e da nacionalidade.

Desse modo, compartilhamos muito da leitura de Ribeiro, ao considerar o meio social, político, cultural e profissional dos reformadores urbanos no Brasil, e a necessidade de estudar esses “atores” da reforma urbana. Enfim, nossa leitura e problematização estão próximas da sua forma de compreender a modernidade, ou seja, que uma das “características centrais da

¹⁵² RIBEIRO, Luiz César de Queiros. Transferências, empréstimos e traduções na formação do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 15.

modernidade” é justamente a de “colocar-se como modelo universal”. Assim, para Ribeiro, foi em nome dessa universalidade que as elites brasileiras consideravam a Europa e os Estados Unidos como símbolos da modernidade realizada.¹⁵³

Pensamos ser importante, para o estudo da cidade e do urbano, reflexões e questionamentos sobre a dinâmica do desenvolvimento do capitalismo no Ocidente. Compreender o momento da emergência de uma preocupação com o planejamento da cidade, o porquê e quais os sentidos dessa preocupação. De acordo com Roncayolo,¹⁵⁴ o essencial da cidade moderna é que, a partir do século XVII, ela começa a ser “projetada”. É nesse sentido que a necessidade da concretização de um projeto de cidade e das intervenções operacionalizadas por Haussmann são apenas o resultado de toda uma discussão, realizada com mais intensidade, no contexto europeu, a partir dos séculos XVII e XVIII. Em certo sentido, se pensarmos com Sennett, veremos que esta preocupação com o planejamento urbano decorre de toda uma discussão em torno do próprio conhecimento científico, de uma nova compreensão do corpo pela ciência. Questão extremamente importante, na problemática da cidade, é como essas representações do corpo foram utilizadas – por engenheiros, arquitetos, urbanistas e políticos – na elaboração de projetos de cidades.

A cidade, no sentido moderno do termo, criou o que Sennett definiu como o *individualismo urbano*. Este, por sua vez, é o resultado do esquadramento e ordenamento social do espaço da cidade. Com isso, houve um “processo de disciplinarização” do corpo humano na cidade. Mas um dos questionamentos que se deve fazer diz respeito à forma como o corpo serviu de modelo para a idealização das cidades modernas.

Na perspectiva de Sennett, a revolução realizada por William Harvey (De motu cordis) provocou mudanças significativas acerca da compreensão do funcionamento do corpo humano. Questões como a circulação sanguínea tornaram-se indispensáveis para o

¹⁵³ Ibidem, p. 18.

¹⁵⁴ RONCAYOLO, Marcel. "Os espelhos da cidade: um debate sobre o discurso dos antigos geógrafos" in Bernard LEPETIT. Por uma Nova História Urbana. São Paulo: Edusp, 2001.

entendimento científico do corpo. As descobertas de Harvey provocaram um extraordinário interesse daqueles que “pensavam a cidade”. Essas questões levaram a um novo entendimento científico e político a respeito da saúde pública.

Segundo Harvey, para o bom funcionamento e saúde do corpo, o sangue deveria circular nas artérias (veias). Qualquer coisa que impedisse a circulação contínua e normal do sangue bombeado pelo coração prejudicaria o corpo. As questões colocadas pelo médico britânico, no século XVII, passaram a inspirar projetos urbanísticos para as cidades “iluministas” do século XVIII. As ruas de uma cidade deveriam ser como artérias e veias do corpo humano. Para Sennett, naquele momento, passou a ser dada maior atenção “[...] a tudo o que facilitasse a liberdade do trânsito das pessoas e seu consumo de oxigênio, imaginando uma cidade de artérias e veias contínuas, através das quais os habitantes pudessem se transportar tais quais hemácias e leucócitos no plasma saudável.”¹⁵⁵

É desse modo que as representações em torno do corpo foram decisivas para a definição da fisionomia das cidades modernas, com ruas e avenidas largas. Isso não contribuiria apenas para uma boa circulação das pessoas e veículos motorizados, tudo na cidade funcionaria como um corpo, com artérias e veias, sendo que um bom funcionamento do corpo seria vital para a saúde da população. Portanto, a partir desse novo entendimento a respeito do corpo, emergiram novas idéias em torno da própria Medicina – compromisso maior com a saúde do que com a moralidade. Na engenharia, o processo foi de estabelecer relações entre saúde e locomoção/circulação.

No século XVIII, emergiu também toda uma preocupação em relação à respiração, o ar deveria ser puro (limpo), não prejudicando o funcionamento dos pulmões. Para Sennett, as relações entre a cidade e o sistema respiratório se estabeleceram efetivamente quando as questões relativas à nova anatomia passaram a ser aplicadas ao tecido humano (pele): “Nos

¹⁵⁵ SENNETT, R. Op. Cit. 2003, p. 214. (grifos são nossos).

*1700, Platner dizia que ar é como sangue, devendo percorrer o corpo, e a pele é a membrana que lhe permite respirar. Sujeira, segundo Platner, era o inimigo número um da pele.”*¹⁵⁶

Nas concepções iluministas, uma cidade deveria ser como um corpo saudável, limpo e deslocando-se com ampla liberdade, o desenho urbano previa uma cidade que funcionasse assim.

Todas essas questões são muito relevantes, pelo fato de que os modernos urbanistas do século XIX, utilizaram as idéias de seus predecessores iluministas no entendimento de como deveria funcionar uma cidade moderna. Não só o exemplo das ruas e avenidas largas, mas também a preocupação com a “arborização” das cidades – árvores nos canteiros centrais das ruas e avenidas, bem como a construção de praças arborizadas –, pode ser entendida nessa ótica da relação entre respiração e circulação (representações em torno do corpo). De acordo com Foucault, o “ar” passou a ser considerado, a partir do século XVIII, como um dos grandes fatores patógenos; por isso a necessidade de abrir grandes avenidas e a utilização de métodos e/ou sistemas de arejamento para as cidades. Todas essas questões, enfim, também são vitais para as reflexões e questionamentos em torno do projeto de cidade para Chapecó.

Percebemos nos dois desenhos de cidade para Chapecó (figuras 7 e 8), da década de 1930, que houve um esquadramento total da cidade. Todos os espaços foram planejados, sendo que todo o esquadramento da cidade foi feito seguindo padrões de engenharia urbana moderna, fazendo uso de compasso e régua para traçar e desenhar a cidade, sendo que toda essa idealização da cidade e do urbano, é nada menos que o produto dos *discursos e práticas políticas* da elite de Chapecó. Mas há uma considerável (enorme) distância entre a cidade projetada (visando o futuro) e a própria realidade da pequena Passo dos Índios. Os “desenhos” (“projetos”) iniciais de cidade (figuras 7 e 8) devem ser entendidos apenas como a expressão de um “desejo de cidade” e de “modernidade urbana” para Chapecó.

¹⁵⁶ Ibidem, p. 218.

Torna-se evidente, no próprio presente, que em Chapecó a expansão espacial da cidade ocorreu sempre com base e/ou determinada pelo traçado urbano inicial. A cidade também passou por inúmeras intervenções no espaço urbano, sobretudo a partir dos anos 1970 e com mais intensidade a partir dos 1980, quando é lançado pelo poder público chapecoense o “Plano Cura”, cuja estrutura básica pode ser definida como uma espécie de remodelação e/ou reforma urbana para Chapecó. Importante destacar, que a moderna cidade sonhada pela elite dos anos 1930 e 1940 tornou-se uma cidade de contradições, de diferenças, sejam elas econômicas, sociais, culturais, etc. Mas, como muito bem enfatizou Pesavento, o importante na história cultural da cidade e do urbano é tentar perceber quando e em que momento a cidade é “pensada” e “sentida” como problema, considerando sempre o desejo, o sonho e utopia de ver concretizada uma outra realidade. Qualquer projeto de cidade pode ter sido realizado, ou não, ou até mesmo ter sido em parte, ao longo do tempo. De maneira mais precisa, segundo Pesavento, para o estudo da história, é importante “[...] *resgatar se possível, a construção de um, a formulação de uma imagem de organização do espaço que num determinado momento foi pensada e desejada.*”¹⁵⁷

Nesta primeira parte deste segundo capítulo, procuramos discorrer acerca da organização racional (técnica) do espaço citadino, em Chapecó. Tentamos perceber como a cidade foi sendo construída a partir das subjetividades locais, principalmente do proprietário da Empresa Colonizadora Bertaso. Por outro lado, nesta segunda parte, realizaremos uma discussão em torno das iniciativas locais, como a utilização da imprensa escrita, no sentido de “disciplinar” os habitantes do espaço que fora idealizado. Para a elite, necessário seria “educar e civilizar” a população chapecoense para que esta contribuísse na construção da cidade do futuro.

¹⁵⁷ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. *Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996, p. 387.

Cabe, ainda, ressaltar que toda essa idealização de cidade moderna para Chapecó pode ser entendida como a própria expressão de um “desejo político”, a cidade é o resultado de um “desejo político” do colonizador. A partir de Roncayolo,¹⁵⁸ poderíamos afirmar que a cidade moderna, em Chapecó, existiu do ponto de vista da “representação”, até porque a representação não apenas “diz” a cidade, mas “faz” (constrói) a cidade. Sendo que esta cidade do desejo, como procurou deixar claro Pesavento, não é menos real que aquela de tal realidade objetiva. A idealização de projetos de cidades deve ser entendida, considerando sempre a “dimensão simbólica”, pois os projetos são “construções simbólicas”, comportando em suas bases uma dimensão utópica.

Portanto, para Pesavento (dialogando sempre com Angel Rama, em sua *A cidade das letras*), “[...] as cidades, antes de aparecerem na realidade, existem como representações simbólicas, por meio de discursos, imagens mentais, gráficos, desenhos e planos que traduzem uma vontade e um sonho, que é o de transformar o espaço no sentido de concretização de uma idéia: fazer da cidade real, a cidade ideal.”¹⁵⁹ A partir desse diálogo com Sandra Pesavento, poderíamos afirmar que, nos anos 1930, em Chapecó, a cidade projetada pelo colonizador é apenas uma cidade do desejo, mas não menos real que qualquer outra.

¹⁵⁸ RONCAYOLO, M. Op. Cit. 2001.

¹⁵⁹ PESAVENTO, S. J. Op. Cit. 1996, p. 379.

2.2 Uma política de “disciplinarização” dos habitantes do espaço citadino

“A mosca é o animal mais perigoso da terra, é pior e mais temível que o mosquito, o tigre e a cobra juntos. Compreendem?”¹⁶⁰

Para a concretização dos desejos locais – tornar possível a cidade do futuro –, não bastava apenas idealizar o espaço com a elaboração de projetos, com a devida aprovação do poder público municipal. Fundamental seria educar os próprios habitantes da cidade, no sentido de efetivar mudanças de práticas em relação à higiene, saúde, construção civil, etc.

No final dos anos 1930, em Chapecó, através da utilização da “palavra impressa” pela “elite letrada” local, percebemos toda uma preocupação dos colonizadores em estar transmitindo “instrução intelectual” para o público leitor (habitantes tanto do campo quanto da “cidade”).

No entanto, no decorrer dos anos 1940, percebemos toda uma preocupação dos colonizadores (ligados ao periódico A Voz de Chapecó) na aprovação de leis por parte do poder público municipal. É nesse sentido que destacamos ter havido, num primeiro momento, uma tentativa de educação através da imprensa e, posteriormente, uma maior pressão por parte da elite local para o estabelecimento de normas (leis) pelo poder público.

De qualquer forma, estamos entendendo essa tentativa – desejo de educação por meio da imprensa escrita – como uma “política de disciplinarização” dos habitantes do espaço citadino, ou seja, seria necessário disciplinar os habitantes da pequena vila, para que estes contribuíssem na construção de uma cidade moderna. Em contrapartida, em relação à aprovação de leis municipais, ao longo dos anos 1940, estamos também entendendo como uma política de “disciplinarização” e “normalização” das práticas dos habitantes da cidade.

¹⁶⁰ A mosca. Jornal A Voz de Chapecó. Ano I. Nº 24. 17/12/1939, p. 2.

Pode-se afirmar que essas atitudes do poder público são decorrentes do próprio processo de desenvolvimento da cidade. É nessa perspectiva que estamos entendendo a idéia de “instrução intelectual” através da imprensa, como sendo resultado de tentativas de “normalização” e “disciplinamento social”, nesta discussão relativa aos modos de vida dos chapecoenses na cidade.

Nesta segunda parte do segundo capítulo, analisaremos as atitudes do colonizador diante da necessidade de disciplinar “práticas, hábitos e comportamentos” de uma população não “habituada” a viver em uma cidade. Isto porque, segundo as narrativas, para a construção de uma cidade moderna em pleno sertão, extremamente importante seria educar a população de acordo com os “princípios civilizatórios”, tão presentes nos centros urbanos mais desenvolvidos do país.

Por “disciplina”, a partir de Foucault, entendemos como sendo um sistema racional de “organização do espaço” e “controle do tempo”. Sendo a *disciplina* uma expressão do próprio poder, partimos do pressuposto de que o “poder disciplinar” se efetiva através do controle do corpo. O poder é produtor de individualidade. O indivíduo é produção e resultado do poder e do saber. O poder, através da disciplina, não destrói o indivíduo, apenas o fabrica.

Discutindo a formação da medicina social, sobretudo a medicina urbana (caso francês), Foucault coloca em relevo que, com o capitalismo moderno, não se deu a mudança de uma medicina coletiva e social para uma medicina privada (individual), mas o contrário. O capitalismo socializou um primeiro objeto que foi o corpo enquanto força de produção, força de trabalho. Conforme o autor, “[...] o controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. Foi no biológico, no somático, no corporal que, antes de tudo, investiu a sociedade capitalista.”¹⁶¹ Assim, o corpo, objeto privilegiado de atuação do poder, é uma realidade bio-política. A

¹⁶¹ FOUCAULT, M. Op. Cit. 2003, p. 94.

própria medicina social é uma estratégia bio-política. No desenvolvimento da sociedade moderna, o discurso da medicina social de preocupação com a saúde pública não deixa de ser uma estratégia bio-política de controle social.

Uma das questões centrais no final dos anos 1930 e ao longo dos anos 40, em Chapecó, é em relação às preocupações com a higiene, salubridade, prevenção de doenças, etc. Nesta discussão sobre as tentativas de disciplinarização da população local, enfatizamos que não estamos pensando o “discurso higiênico” como um “discurso ideológico”, e sim como um “saber”.

Um dos membros da elite que possuía (pela sua formação acadêmica) condições de tematizar questões relacionadas à saúde pública, é o engenheiro civil Serafim Enoss Bertaso. Em artigos publicados ainda nos primeiros meses de circulação de A Voz de Chapecó, o engenheiro chama a atenção sobre a necessidade de orientar a população local para certas noções de higiene. Caminhando sempre no sentido de articular questões relativas à construção civil com questões higiênicas, no artigo intitulado *Preceitos de higiene* (de 25 de junho de 1939), enfatizou que a saúde pública de uma população estaria completamente relacionada aos hábitos e práticas com o solo, com a água, o ar, o clima, a alimentação, a roupa e a casa.

Contudo, uma das maiores preocupações estaria relacionada ao solo. O artigo sobre preceitos de higiene é muito importante para a problematização da cidade e do urbano. Nota-se que a preocupação do engenheiro civil com o solo, é decorrente de todo um problema da época: as casas construídas eram de madeira e, segundo Serafim, em “formato caixão”, isto é, uma “caixa” com uma “tampa” em cima. Por isso, salvo algumas exceções, Chapecó não possuía “casas de habitação” merecedoras de tal dominação. Serafim Bertaso coloca a questão dos cuidados com o solo como um dos principais problemas para a saúde pública, pois era comum, ainda no final dos anos 1930, a construção de “privadas” (latrinas, ou seja, lugar para dejetos) próximas às casas. As fontes não nos informam se havia residências, cujos

banheiros estariam equipados com vaso sanitário. De qualquer modo, o engenheiro civil procurava orientar os habitantes da cidade, para a não-construção de privadas próximas aos poços utilizados para o consumo de água, para evitar a contaminação da água pelos micróbios, larvas, etc. Portanto, a preocupação com o solo era decorrente de toda uma preocupação com o consumo de água, pois é da água que partem muitas epidemias.

A partir disso, poder-se-ia afirmar que não havia, no final dos anos 1930, rede de água e esgoto em Chapecó. Sendo que uma prática muito comum na cidade era a construção de “fossas”. Com isso, segundo as orientações de Serafim Bertaso, teria que ser efetuado um estudo do terreno antes da construção de fossas e poços de água. A fossa deveria ser construída tomando-se o cuidado de suas infiltrações subterrâneas ficarem em sentido contrário as infiltrações dos poços de água, evitando a contaminação com dejetos fecais.

Outra questão, também muito tematizada em *A Voz de Chapecó*, diz respeito à construção civil (casas residenciais e comerciais, edifícios, etc.). Serafim Bertaso era categórico ao afirmar que as construções em Chapecó deixavam muito a desejar. A preocupação, além da forte questão higiênica, seria em relação à estética. Para ele, “[...] *as construções podem ser assim definidas: um caixão com um telhado em cima. São sem gosto, sem estética e sem técnica.*”¹⁶² Em relação à questão da estética, Leonilda Bressan,¹⁶³ uma das moradoras da Chapecó dos anos 1930, também fala a respeito da falta de preocupação dos chapecoenses. Segundo Leonilda, na época em que Chapecó era apenas um pequeno povoado, não havia nenhuma preocupação com a “pintura”, com o “embelezamento” das casas, as quais eram de madeira e sem pintura.

Através da imprensa, Serafim Bertaso procura enfatizar que a culpa para tal situação não seria da população, pois esta (até então) não tinha quem a orientasse. Desse modo, Serafim arroga para si a tarefa de orientar, de educar os cidadãos. Mas procurava sempre

¹⁶² As construções em Chapecó. Jornal *A Voz de Chapecó*. Nº 1. Ano I. 03/05/1939. p. 2.

¹⁶³ BRESSAN, Leonilda. Entrevista citada.

ressaltar que competia ao poder público lançar as normas legais para as construções; fato este ocorrido mais ao final dos anos 1940, quando começam a ser elaborados projetos para as construções na cidade, os quais eram encaminhados para a aprovação por parte do poder público. Em nossa pesquisa documental, verificamos que os primeiros projetos encaminhados à prefeitura, para a respectiva liberação da obra, datam de 1949.

Os encaminhamentos para pedidos de licenças eram realizados pelo engenheiro e construtora responsáveis pela referida obra. Observamos que, além da licença para construções de casas e edifícios, havia também a exigência de projetos para a construção de galpões, calçamento de ruas, etc. Além disso, qualquer remodelação, ampliação ou reforma de qualquer imóvel requeria licença para sua construção.

Todos os projetos deveriam tramitar e ser aprovados na *Diretoria de Obras Públicas* da Prefeitura Municipal de Chapecó. Em todos os projetos, a partir de 1949 até o final dos anos 1950, há o carimbo da Diretoria de Obras Públicas, com a assinatura do chefe do departamento. Além disso, há também carimbos do *Departamento de Saúde Pública*, com a assinatura do chefe do Posto de Saúde do município de Chapecó. Após a aprovação por esses dois órgãos do poder público, os projetos eram encaminhados para a aprovação do prefeito; e, então, este expedía um alvará de licença.

Seguindo os parâmetros do “desenho de cidade” de 1938, todas as quadras da cidade possuíam numeração, o que também ocorria com os lotes urbanos. Nos referidos projetos, de uma forma geral, observamos uma “padronização” nas construções. Diferentemente daquelas construções dos anos 1920 e 1930, realizadas na vila Passo dos Índios, ocorre a partir dos anos 1940 a escolha dos melhores pontos para a concretização de qualquer construção.

Utilizamos o termo *padronização*, pois, além da questão estética, há toda uma preocupação com a saúde pública. Assim, deveria estar projetado em todos os planos como seria construído o sistema de esgoto das referidas obras. Conforme podemos observar na

imagem da figura 9, havia todo um sistema de canalização dos esgotos saídos tanto do banheiro quanto da cozinha. Nota-se, contudo, que o banheiro encontra-se separado da casa, fato muito comum nos anos 1940 e 1950. A canalização ia ao encontro de uma fossa séptica, da qual, após a filtração, os dejetos eram devolvidos à natureza, ou seja, eram depositados numa espécie de “poço”. Na época, este possuía várias denominações: poço natural, poço absolvente, sumidouro, filtro, etc. Através da análise de dezenas de projetos verificamos que o sistema de esgoto da cidade era esse; assim, cada terreno, com suas respectivas construções, possuía sistema de canalização particular, não havendo na cidade um sistema geral de canalização e tratamento de esgoto. O mesmo sistema era também adotado em vilas do município, pois encontramos projetos encaminhados para aprovação do poder público municipal de Chapecó, nas vilas de Xanxerê e Itapiranga.

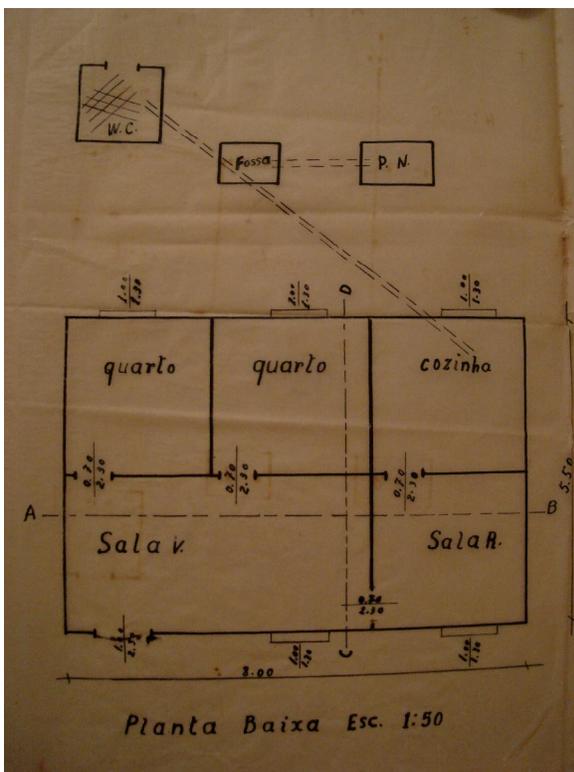


Figura 9: Pequena parte de um projeto, para construção de uma casa de madeira, na rua Marechal Deodoro, datada do ano de 1957. Cópia de documentação pertencente ao Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Chapecó.

Em relação ao abastecimento de água para as residências, observamos nos projetos do final dos anos 1940 que havia também a existência de meios particulares (domésticos) para sanar esse problema. Em um projeto para a residência do Coronel Ernesto Francisco Bertaso (figura 10), cujo engenheiro responsável pela obra foi seu filho Serafim, além da fossa séptica e do poço para depósito de dejetos, encontramos o desenho de um poço de água para consumo doméstico. Este último, por sua vez, está muito afastado da fossa séptica e do outro poço, no sentido de evitar a contaminação. Assim, em Chapecó, também em relação ao consumo de água potável, podemos afirmar a não-existência de um sistema geral de abastecimento, sendo prática comum a construção de poços de água particulares/domésticos, prática esta muito comum naquela época, anos 1940 e 1950.

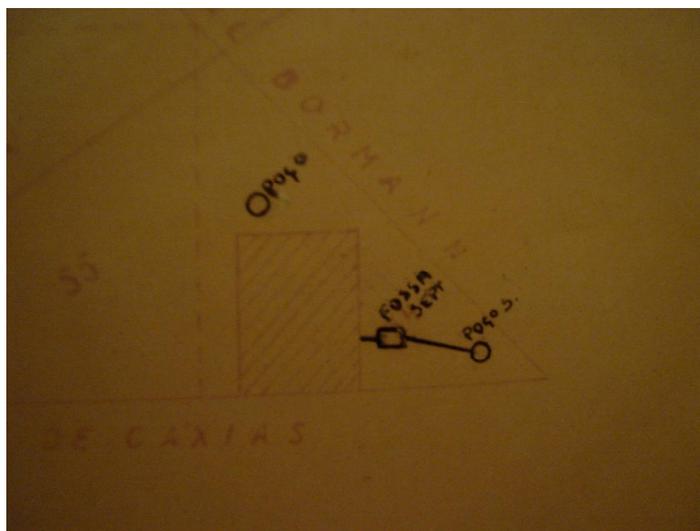


Figura 10: Pequena parte de um projeto, para construção de uma casa (proprietária família Bertaso), datada do ano de 1949. Cópia de documentação pertencente ao Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Chapecó.

Outra questão também relevante, e que merece ser assinalada, é a regulamentação por parte do poder público no que diz respeito às construções de edifícios no centro da cidade. Em

1951, é lançada uma legislação municipal, permitindo somente construções de edifícios de dois ou mais pavimentos inteiramente de alvenaria, norma válida para construções em trechos importantes da avenida Getúlio Vargas.

Uma outra questão, também muito discutida pelo engenheiro civil Serafim Bertaso, diz respeito ao “ordenamento” do cemitério municipal. Conforme o engenheiro, havia a necessidade de ordenar racionalmente o espaço do cemitério, pois Chapecó não era mais um povoado do sertão, cuja população estava reduzida a meia dúzia de famílias. Para Serafim, Chapecó era uma cidade em constante crescimento e progresso. Por isso, fundamental seria que o poder público municipal realizasse um trabalho de divisão do terreno, em quadras, ruas e sepulturas devidamente numeradas.

O terreno do cemitério foi doado pelo Coronel Bertaso, sendo então responsabilidade da administração municipal a organização e registro da planta cadastral do cemitério, no sentido de “colocar tudo dentro da ordem”, pelo fato de que, até então, tudo não passava de uma enorme confusão. As sepulturas estavam totalmente fora de “alinhamento”, situadas arbitrariamente. Através da imprensa escrita, Serafim Bertaso procurava “transmitir conhecimento sobre a cidade”, chamando a atenção do poder público para a necessidade do ordenamento espacial não apenas do cemitério, mas de toda a cidade. O poder público deveria lançar normas (leis), pois a “racionalização do espaço urbano” era de extrema importância para Chapecó transformar-se em uma cidade civilizada, moderna e próspera.

Um fato importante a ser considerado nas argumentações de Serafim Bertaso é a idéia de que Chapecó não era mais uma vila do sertão, sendo uma cidade em constante desenvolvimento. Estamos entendendo esses argumentos como uma “estratégia” utilizada pelo colonizador. Em muitos artigos, a direção de A Voz de Chapecó procurou difundir a idéia de que Chapecó não se constituía em centro adiantado de civilização; tal argumentação era utilizada quando os colonizadores cobravam a presença do poder público na região. O

Estado deveria “se fazer” presente em Chapecó, pois esta localidade nada mais era que um simples vilarejo do sertão. Entretanto, na questão do ordenamento do cemitério, Serafim procurou chamar a atenção da administração municipal diante da necessidade de “organizar racionalmente” o espaço. Conforme o engenheiro civil, a prefeitura deveria preocupar-se com a questão pelo fato de Chapecó ser uma cidade. Havia, portanto, a necessidade de o cemitério estar organizado.

Em relação ao problema da desorganização espacial do cemitério municipal de Chapecó, no final da década de 1930, podemos estar relacionando os discursos e práticas do colonizador com toda uma *preocupação moderna*. A preocupação com o cemitério de Chapecó não é uma preocupação estética e/ou religiosa, é muito mais uma preocupação política com a modernidade urbana, com a higiene e a saúde pública. Em discussão sobre *O nascimento da medicina social* (mais especificamente a medicina urbana, caso francês), Foucault¹⁶⁴ enfatiza que a emergência de toda uma preocupação com a organização espacial dos cemitérios é nada menos que uma preocupação com a higiene, com a saúde pública da população urbana. No século XVIII, emergiu toda uma preocupação com os lugares de acúmulo e amontoamento, como foi o caso dos cemitérios. Estes passaram a ser vistos como lugares de formação e difusão de fenômenos epidêmicos e endêmicos. Nessa lógica, além da necessidade de organização dos cemitérios, os mesmos passaram a ser deslocados para as periferias das cidades. Na perspectiva de Foucault, as sepulturas e os caixões individuais, bem como todo o esquadramento total dos cemitérios, são produtos do século XVIII, resultado da *preocupação política* diante do perigo representado pelos mortos. Portanto, não era uma preocupação cristã (atitude de respeito ao cadáver), e sim uma preocupação médica, política.

Juntamente com todas as questões, até agora discutidas, referentes às regulamentações municipais para a construção civil, articuladas com as questões sobre higiene e saúde pública,

¹⁶⁴ FOUCAULT, M. Op. Cit. 2003.

somam-se outras também consideradas muito relevantes para o estudo da cidade e do urbano, em Chapecó. Num primeiro momento, ocorreram discussões em torno da imprensa escrita, sendo que, no início dos anos 1940, observamos uma maior atuação do poder público municipal na aprovação de leis, na tentativa de disciplinar os habitantes da cidade e no sentido de tornar possível todo aquele desejo de cidade e de modernidade urbana, presente durante os anos 1930.

Como destacamos no primeiro capítulo, foram criadas leis municipais, em 1941, estabelecendo normas para a população; por exemplo, a proibição de animais soltos pelas ruas da cidade. Mas é durante o mandato de Vicente Cunha, eleito prefeito de Chapecó em 1947, que é aprovado, no ano de 1948, o “Código de Posturas” do município de Chapecó.

Torna-se fundamental ressaltar que não conseguimos efetuar uma análise do Código de Postura, pelo fato de o mesmo não ter sido localizado. Consideramos complicado discutir Código de Postura de outras cidades, no sentido de estabelecer relações de proximidade com o de Chapecó. No entanto, partimos do pressuposto de que todas as questões discutidas pela elite local foram, de uma forma ou de outra, colocadas e aprovadas no Código de Postura de 1948, pois foram os próprios articulistas do jornal A Voz de Chapecó que, naquele momento, estavam à frente do poder público: Vicente Cunha, como prefeito, e Serafim Bertaso, como presidente da Câmara de Vereadores.

Nessa lógica, uma questão também muito discutida nos artigos jornalísticos era a respeito da “coleta do lixo urbano”. A questão fazia parte das regulamentações do Código de Postura. Em 1948, a necessidade da coleta de lixo na cidade emerge como uma questão central para a saúde pública da população local, sendo que também pode ser entendida como uma preocupação com o meio ambiente. Através da lei n. 19, de 18 de novembro de 1948, da prefeitura de Chapecó, estava regulamentado como seria o processo de coleta do lixo e o

pagamento da respectiva taxa. O serviço de remoção seria executado em dias alternados, por veículos e profissionais da prefeitura.

A imprensa local, sempre preocupada em discutir os problemas da cidade, procurava informar os leitores da proibição de continuar jogando (espalhando) lixo nos quintais dos prédios, casas e terrenos baldios, sob pena da aplicação de multa por parte da prefeitura. Pelo que observamos, a questão estaria colocada no Código de Posturas de 1948. Em um artigo de janeiro de 1949, intitulado “Aviso”, a imprensa informa que seriam realizadas vistorias mensais nos quintais e terrenos baldios; as visitas seriam efetuadas pela fiscalização municipal em cooperação com a polícia sanitária.

Durante este segundo capítulo, desenvolvemos uma reflexão em torno da elaboração de um projeto de cidade moderna para Chapecó, discutindo o interesse do colonizador em “projetar a cidade ideal”, bem como as tentativas para a concretização desse empreendimento local. Em contrapartida, no terceiro capítulo, realizaremos uma discussão em torno do desejo de consolidação da modernidade, partindo do pressuposto de que a modernidade, sonhada pela elite local, não diz respeito somente à construção da cidade e do urbano, pelo fato de estar estreitamente relacionada com outras questões tematizadas no próprio Estado Novo, ou seja, o problema da modernidade está vinculado à questão da construção da Nação e da nacionalidade.

Concluindo, no final dos anos 1940, poder-se-ia dizer que a elite de Chapecó, não mais somente por meio da imprensa escrita (em 1948, o periódico A Voz de Chapecó continuava em plena atividade), mas também por meio de ações (aprovação de leis), procurava dar continuidade ao seu projeto de construção de uma cidade moderna. Porém, naquele momento, a *política de disciplinarização* dos habitantes da cidade não ocorre somente por meio da imprensa, ou seja: a elite letrada que, num primeiro momento, fazia uso de um meio de comunicação, passa, no decorrer dos anos 1940, a ser representante do poder

público; Serafim Bertaso é nomeado prefeito em 1944 e eleito presidente da Câmara de Vereadores em 1947. Vicente Cunha é convidado por Serafim Bertaso para ser secretário da prefeitura em 1944, sendo posteriormente eleito prefeito municipal em 1947. Assim, fazendo uso de outros mecanismos, aquele grupo de homens do final dos anos 1930 procurava regulamentar os hábitos e os comportamentos, enfim os modos de vida dos habitantes do espaço citadino, estabelecendo normas, no sentido de disciplinar os chapecoenses, de acordo com os parâmetros do projeto de cidade desejado e elaborado durante a década de 1930.

CAPÍTULO 3

CONSTRUINDO O FUTURO:

O PROBLEMA DA “MODERNIDADE” EM CHAPECÓ

3.1 Os “sentidos” da modernidade

É a partir do Estado Novo, de Getúlio Vargas, que emerge com mais intensidade todo um desejo de construção de uma cidade moderna em Chapecó. Segundo os discursos locais, a partir desse momento a modernidade e o progresso poderiam se tornar realidade. De fato, o desejo (sonho) de construção de uma cidade na vila Passo dos Índios é fruto ainda do início dos anos de 1920, quando os proprietários da Empresa Bertaso, Maia e Cia (responsável pela colonização de boa parte das terras do “Velho Município de Chapecó”) decidem fixar a sede da referida empresa no pequeno povoado Passo dos Índios. Por outro lado, logo no início dos anos 1930, uma das principais preocupações do Coronel Bertaso é a elaboração de um projeto de cidade. Apesar de ser apenas um desenho de cidade, deve ser compreendido como a expressão de um objetivo: a partir das decisões políticas da época, em que a vila Passo dos Índios tornava-se Distrito sede do município de Chapecó (este acontecimento marca o “fim” das disputas políticas em torno da vila sede do município, das disputas entre a vila de Xanxerê e a de Passo Bormann), toda e qualquer construção no espaço da vila deveria seguir os

parâmetros do “projeto” (“desenho”) inicial de cidade, desejado pelo próprio coronel proprietário da Colonizadora Bertaso.

No primeiro capítulo deste trabalho, analisamos a constituição da cidade enquanto “objeto de desejo” dos responsáveis pela colonização da região do “Velho Chapecó”. Vimos que o problema colocado era o “rompimento com o passado”, com o “atraso” econômico e social do Oeste. O colonizador “sentia sede” de progresso e civilização, pelo fato de que, nas representações em torno do Oeste, este era visto como um “sertão inóspito”, uma região isolada dos grandes centros urbanos do país. Foi no sentido de tornar possível aquele “sonho” local de “transformação da realidade” (principalmente através da construção de uma cidade moderna) que surgiu o jornal A Voz de Chapecó. Este periódico foi um importante mecanismo na tentativa da elite em “materializar”, ou melhor, tornar “real” a cidade e a modernidade urbana. Diante desse problema local, no segundo capítulo desenvolvemos uma análise acerca do projeto de cidade, ou seja, do projeto que foi “colocado no papel”. Discutimos a construção da cidade e do urbano do ponto de vista do imaginário, ou melhor, das subjetividades daquele grupo de homens de Chapecó. Além disso, procuramos perceber como a imprensa foi utilizada com o objetivo de “disciplinar” os hábitos e os comportamentos dos habitantes da pequena vila.

A partir de todas essas questões, consideramos fundamental, nesta última parte da dissertação, desenvolver uma reflexão mais profunda em torno do problema da “modernidade”, pelo fato de que a modernidade estaria (na perspectiva dos discursos locais) “distante” de Chapecó. Mas uma questão muito importante a ser considerada é que a emergência de um interesse sobre a cidade ocorre com mais intensidade no momento do Estado Novo. É desta maneira que o desejo de cidade e de modernidade, em Chapecó, deve ser analisado nessa relação com os discursos de Vargas. Para a elite local, a modernidade seria consolidada através dos investimentos do poder público no Oeste. O interesse maior era em

torno da concretização da “marcha para Oeste”, pois o discurso estado-novista tinha como base a defesa do desenvolvimento das regiões coloniais. Através da concretização da política de nacionalização do País, o progresso de Chapecó seria alcançado, porque o Estado Novo assumira o compromisso com a mudança, o compromisso com o novo (modernidade), procurando romper com o próprio tempo (“atraso”). Enfim, neste capítulo, discutiremos o “interesse político” do colonizador, o interesse pelo progressivo aperfeiçoamento cultural e material de Chapecó.

Como temos enfatizado, o Coronel Bertaso “queria” construir uma cidade, “uma cidade por inteiro”, até porque a pequena vila era considerada apenas um “vilarejo” localizado no “sertão”, um povoado distante da civilização. Na perspectiva do colonizador, o município de Chapecó era um dos municípios mais importantes do Estado de Santa Catarina. Havia, portanto, a necessidade da construção de uma cidade moderna no Oeste, sendo que Chapecó reunia todas as condições para crescer e se tornar uma das cidades mais prósperas e importantes do Estado. O colonizador, principalmente através da imprensa escrita, falava da “cidade do futuro”, da cidade que deveria ser construída a partir das preocupações com o “presente”.

Detentor de um forte poder econômico, inúmeros foram os esforços realizados pelo Coronel Bertaso na tentativa de concretizar seus objetivos (desejos). Importante destacar que, no início dos anos 1930, o coronel “encaminha” um de seus filhos para cursar engenharia civil na Escola de Engenharia da Faculdade do Estado do Paraná. Concluindo o curso, Serafim Bertaso retorna a Chapecó, tornando-se, posteriormente, um dos “principais expoentes” dos discursos locais referentes à cidade e ao urbano. Poder-se-ia, até mesmo, dizer que Serafim foi um membro da elite local com condições intelectuais de “pensar” a cidade do ponto de vista técnico e científico, isso pela sua própria formação. Portanto, o “braço direito” do Coronel Bertaso, no trabalho de construção de uma cidade moderna em Chapecó, foi seu próprio filho.

Outra questão de enorme importância, e que deve ser considerada, são as relações estabelecidas entre o Coronel Bertaso e o Juiz de Direito da Comarca de Chapecó, Antônio Selistre de Campos. Nas representações da época, a região do “Velho Município de Chapecó” era vista, como deixou claro o viajante Zedar Perfeito da Silva, como “uma terra sem ordem e sem lei”; a lei era o “trabuco”, o mato refúgio e abrigo para “bandidos” de outras regiões.¹⁶⁵ Enfim, uma região onde era muito comum a presença de “bandidos”.¹⁶⁶ Desse modo, para a Empresa Colonizadora Bertaso, fundamental seria consolidar a ordem, para que o progresso econômico e social do município se tornasse possível. É dessa forma que um dos principais aliados na busca pela consolidação desse empreendimento local foi o próprio Juiz de Direito. Através da leitura das fontes, concluímos que, durante os anos 1930, Ernesto Francisco Bertaso procurou construir “as bases” para que seu desejo de cidade e de modernidade saísse do “campo subjetivo”, no sentido da “realização material” da obra sonhada. E nada mais importante, para o coronel, que a resolução do “problema histórico” do Oeste: a ausência da ordem, da estabilidade.¹⁶⁷

No entanto, além dessas questões, é com o advento do Estado Novo e o compromisso assumido por Getúlio Vargas com a nacionalização e modernização do País que a elite de Chapecó (mais particularmente na figura do Coronel Ernesto Francisco Bertaso) compreende ser aquele o momento político propício para a concretização do seu “sonho” (“desejo”) de

¹⁶⁵ Zedar Perfeito da Silva residia na capital do Estado (Florianópolis). Viajou pela primeira vez pelo Oeste Catarinense em fins dos anos de 1940. PERFEITO DA SILVA, Zedar. *Oeste Catarinense*. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada, 1950.

¹⁶⁶ Residente na Chapecó dos anos 1930 e 1940, Leonilda Bressan, em entrevista concedida, ao ser perguntada sobre a situação social e econômica de Chapecó na época da sua chegada à região, fala da existência de muitos “bandidos”. A entrevistada cita o exemplo de um acontecimento ocorrido na própria “cidade” de Chapecó (a entrevistada “não lembra” o ano em que ocorreu esse acontecimento). Segundo Leonilda, seu ex-patrão (ex-proprietário de um hotel) foi assassinado por “bandidos”, crime “encomendado” pelo seu próprio “compadre”. Leonilda relata que, com a venda do hotel, seu ex-patrão comprou uma casa “meia retirada” da cidade e um “automóvel”. Seu “compadre” ficou sabendo do recebimento de mais uma parte em dinheiro e organizou o crime. Durante a noite, foi até a residência de seu ex-patrão e pediu para ele “fazer uma corrida” (pequeno “frete” a ser realizado com o automóvel). Atendendo ao pedido do compadre, logo após o deslocamento, em determinado trecho da estrada, o crime foi realizado. Porém, de acordo com Leonilda, os assassinos se enganaram, pois seu ex-patrão ainda não havia recebido a última parte da venda do hotel. BRESSAN, Leonilda. Entrevista citada.

¹⁶⁷ A própria historiografia catarinense relaciona o “sucesso” obtido pelo Coronel Bertaso à atuação do Juiz Antônio Selistre de Campos, pelo fato de este ter garantido a ordem. PIAZZA, W. Op. Ci. 1994.

cidade e de modernidade. Isto porque, para o colonizador, Vargas está se referindo ao estabelecimento da ordem, estava falando em progresso, na modernização do País e na própria modernização dos meios coloniais. Eis, então, o porquê do discurso estado-novista, em prol da modernização e da nacionalização, ter encontrado forte “ressonância” em Chapecó. Com a instauração do Estado Novo, o progresso do Oeste Catarinense seria possível, pois o poder público estaria presente na região.

De qualquer modo, na problematização do discurso local, é importante perceber que a questão está colocada em termos de “estratégia política”; a questão é política, sendo vital investigar as “forças políticas” construtoras do projeto de desenvolvimento local. A partir da leitura e interpretação das fontes (principalmente as jornalísticas), poderíamos levantar a hipótese de a elite de Chapecó ter criado um periódico na cidade já com a intenção de “pressionar” (chamar a atenção) do poder público, para que este assumisse a responsabilidade com o desenvolvimento do Oeste, uma região até então desprovida de recursos e investimentos do Estado. Além disso, é importante considerar que Vicente Cunha, diretor de A Voz de Chapecó e “braço direito” do Coronel Bertaso, pois como advogado trabalhava na Empresa Colonizadora Bertaso, foi eleito vereador em 1936 pelo Integralismo, sendo um dos opositores de Vargas. Então, há também possibilidade, de a elite local ter criado *mecanismos* (imprensa escrita) no sentido de fazer oposição direta ao Governo Vargas. A possibilidade (hipótese) deve ser considerada, até porque, logo nas primeiras edições (discussão esta realizada no primeiro capítulo), prevaleceu uma forte crítica em relação à falta de compromisso do Estado Novo com Oeste. Em contrapartida, devemos também considerar que todo o discurso estado-novista, em torno das preocupações com o futuro da nação, contribuiu para que o colonizador reforçasse a tese de que o progresso somente seria possível através do compromisso dos colonos com a “disciplina”, com o “trabalho” e com o respeito às leis nacionais.

De modo geral, no final dos anos 1930, em Chapecó, o problema colocado é o do rompimento com o passado, da busca pela concretização da modernidade. Destacamos a questão da modernidade como ponto central no projeto político local, pelo fato de que a modernidade significava a construção da cidade e do urbano, dos investimentos no presente, objetivando “civilizar” e “nacionalizar” os meios coloniais. Consideramos fundamental estar discutindo a “idéia de modernidade” (“desejo político” do colonizador) enquanto “projeto” (“desejo de progresso”), isto é, vinculada à busca pela concretização de um resultado final (consumação de um objetivo, a consolidação da cidade do futuro); a modernidade como algo a ser construído a partir do presente, objetivando torná-la “sólida” (“duradura”) em termos de futuro.

Mas, no contexto social, cultural e político da Chapecó dos anos 1930 e 1940, qual seria o “sentido”, ou os “sentidos”, desse desejo de modernidade?

Sem dúvida, em Chapecó, a modernidade e o progresso seriam frutos de todo um trabalho efetuado no presente, das preocupações com o presente, como: educação da “mocidade” (educação moral das crianças, dos jovens); infra-estrutura urbana (investimentos em transportes, comunicações, rede de energia elétrica, abertura de ruas na cidade);¹⁶⁸ e instauração da ordem, pois Chapecó era vista como uma região onde o “banditismo” estava muito presente. Portanto, a modernidade poderia ser construída no presente, mediante o empenho (trabalho) dos imigrantes colonizadores, além das ações (investimentos) do poder público (Estado Novo). E o progresso (futuro de Chapecó) seria fruto do trabalho (de rompimento com o passado) realizado no presente. Por isso, a modernidade em Chapecó pode ser pensada por este viés: uma modernidade desejada e construída a partir do presente, das preocupações com o presente, sendo que o progresso seria o resultado desse esforço, do

¹⁶⁸ Não somente as fontes orais nos mostram que as ruas da cidade eram construídas unicamente com picareta, pá e enxada, algumas fotografias consultadas também nos mostram que o trabalho para abertura de ruas era braçal, isto é, sem o auxílio de máquinas.

desejo político de modernidade, da preocupação política com a civilização dos meios coloniais, e com a superação do isolamento social e político do Oeste.¹⁶⁹

De fato, em Chapecó, do início dos anos 1930 até o final do Estado Novo, a cidade e o urbano tornaram-se objetos de discussão. Mas a questão (diferentemente dos discursos políticos atuais em torno da cidade) não era de “modernização” da cidade, até porque Passo dos Índios não era considerada uma cidade. Os discursos tinham como base a construção da “modernidade” e não uma “modernização” de algo já existente; o discurso era, pois, o da modernidade. Não podemos pensar em modernização pelo fato de que modernização significa a transformação (mudança, remodelação) de algo já existente, ou seja, da transformação de alguma coisa (objeto) que já teria sido moderno. E, de acordo com nossa interpretação das fontes, não é o caso de Chapecó, pois a elite nem fala em modernização, mas sim no novo, no moderno, naquilo que Chapecó necessitava e que estava distante da pequena vila do interior; quer dizer, a elite falava da própria *modernidade*.

Dessa maneira, partimos do pressuposto de que o problema central colocado pelo colonizador é o “problema da modernidade”. O colonizador deixava transparecer a idéia de que era preciso “trazer” a modernidade para o Oeste; essa estaria distante, sendo preciso investir em determinados pontos, como questões relativas à infra-estrutura, para que sua concretização fosse possível. Objetivo era romper com o isolamento entre os grandes centros urbanos e Chapecó. Para a elite, seria preciso superar o atraso e o isolamento por meio do compromisso do poder público com a modernidade e o progresso; era preciso “tornar possível o inexistente”. Uma das principais preocupações foi em torno dos serviços de comunicação, pois seria fundamental que o poder público tomasse consciência da importância dos melhoramentos em torno do serviço dos correios. Nessa questão, a modernidade está

¹⁶⁹ No início dos anos 1960, o poder público estadual cria a *Secretária dos Negócios do Oeste*, com sede na cidade de Chapecó. Poder-se-ia dizer que essa atitude do Estado surge mais no sentido de “resolver” um “problema” histórico regional (reivindicação política dos oestinos), isto é, o acontecimento está diretamente relacionado à crítica histórica em relação a inexistência da presença do poder público na região.

inteiramente relacionada à idéia de “velocidade”; o colonizador procurava deixar a impressão de que no Oeste “as coisas não andavam com rapidez”. Chapecó estava isolada, sendo que os jornais, cartas e telegramas demoravam muito a chegar. No início dos anos 1940, o correio, em Chapecó, funcionava de oito em oito dias, isso quando não chovia. De acordo com o jornal A Voz de Chapecó, ainda no ano de 1940, as malas do correio eram transportadas a cavalo, “lentamente, vagorosamente”.¹⁷⁰ Jornais de “grandes cidades”, como o Correio do Povo, de Porto Alegre, circulavam em Chapecó, sendo que a própria elite fazia leituras desse e de outros periódicos, mas argumentava que, como o serviço do correio era ineficiente, as notícias quando chegavam em Chapecó, preocupavam a ninguém mais em outros lugares. Com isso, a cobrança era em torno de uma maior agilidade nos serviços dos correios.

Por outro lado, no início de 1941, mesmo as malas sendo, naquela época, transportadas de caminhão, a direção do jornal local continuava exigindo rapidez. Falavam da importância para o comércio de Chapecó se a mala do correio, transportada de caminhão, de Cruzeiro, atualmente Joaçaba, até Chapecó, uma vez por semana, passasse a ser entregue duas vezes.¹⁷¹ Finalizando, o desejo dessa pequena camada da sociedade, reunida através da imprensa, era de que Chapecó viesse a se tornar um centro urbano plenamente desenvolvido. Havia necessidade de melhoramentos em torno dos meios de transportes e comunicações, pois o comércio precisava se desenvolver. Além disso, os melhoramentos contribuiriam para a própria superação do “isolamento”, bem como da própria eliminação da idéia, muito presente nas representações locais, de Chapecó ser ainda uma vila localizada no “sertão” do Oeste Catarinense. Não somente as correspondências deveriam chegar com mais rapidez, mas também as mercadorias adquiridas pelos comerciantes locais. Uma outra questão importante, nesse desejo de tornar Chapecó uma cidade desenvolvida, seriam as próprias orientações do corpo diretivo de A Voz de Chapecó para que os comerciantes trabalhassem com o

¹⁷⁰ Correio. Jornal A Voz de Chapecó. Ano II. Nº 28. 14/01/1940, p. 1.

¹⁷¹ Correio. Jornal A Voz de Chapecó. Ano II. Nº 73. 30/01/1941, p. 1.

“sortimento”, isto é, com a diversidade de produtos disponíveis ao consumidor. O comércio local deveria “suprir a demanda”, para que a população não tivesse que se dirigir a outras localidades com comércio “mais adiantado”. Para aquele grupo de homens locais, a consolidação da cidade do futuro exigia preocupações com o desenvolvimento do comércio.

Um fato também muito enfatizado pela imprensa do período é em relação à necessidade de “bater sempre na mesma tecla”, isto é, repetir pontos já determinados. Além da necessidade de investimentos na construção de escolas e melhoramentos nos serviços dos correios, vital seria investir também em estradas. A preocupação central era com a agricultura; necessário, então, desenvolver a agricultura do Oeste. Para isso, tornava-se vantajoso abrir estradas visando o escoamento da produção agrícola. A elite procurava chamar a atenção do Estado para essa necessidade, até porque, segundo os discursos locais, a construção de estradas não causava prejuízos; pelo contrário, o Estado deveria compreender que a abertura de estradas é sinônimo de modernidade, sinônimo de progresso. Assim, seria fundamental se Chapecó estivesse “ligada” a outras regiões por meio de boas estradas. De acordo com as narrativas, o fato mais significativo – e, portanto, reprovável – é que o Estado não estava interessado nesse empreendimento. O Estado possuía um planejamento para a resolução do problema das estradas, planejamento esse contemplado no *Plano Rodoviário do Estado*. Mas, segundo os discursos locais, necessário seria que tal plano saísse do papel para se tornar realidade.

Em relação ao problema dos transportes e comunicações durante a Era Vargas, Cynthia Machado Campos¹⁷² enfatiza que a intenção do interventor Nereu Ramos, em Santa Catarina, era “integrar as populações catarinenses”. Por isso, Nereu Ramos objetivou investir nas vias de comunicação entre as cidades, construindo rodovias. Dessa preocupação com a

¹⁷² CAMPOS, Cynthia Machado. Controle e normatização de condutas em Santa Catarina: 1930-1945. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.

integração, nasceu o *plano rodoviário racionalizado*, aprovado por uma lei do ano de 1936; o plano previa a construção de 6.521,200 km de estradas.¹⁷³

Em Chapecó, o colonizador tinha conhecimento sobre o plano rodoviário do Estado; no entanto, cobrava uma maior agilidade na construção das estradas. Não havia possibilidade de “esperar”, porque Chapecó precisava superar o isolamento, precisava desenvolver o comércio, as indústrias e a agricultura. É nesse sentido que a elite fazia considerações críticas acerca do “descompromisso” do Estado com a concretização do plano rodoviário. Para a direção do pequeno periódico local, “A Voz de Chapecó” era “A Voz do Brasil”. As críticas da imprensa seriam importantes para a construção da estrada de rodagem de Chapecó ao rio Irani. O objetivo era repassar para o público leitor, a população em geral, bem como o próprio poder público, a idéia de que não era possível esperar passivamente pelas iniciativas (obras) do Estado, pois este (principalmente nas décadas anteriores) sempre esteve despreocupado com a região.¹⁷⁴ A referida estrada era de suma importância, até porque garantiria o encontro com a estrada de rodagem do município de Concórdia, o que facilitava o serviço de transportes e comunicações entre os dois municípios. Após duras críticas em relação à falta de preocupação do Estado, a elite, nas últimas publicações do periódico local durante o Estado Novo, procurava deixar claro que a estrada de Chapecó ao rio Irani, apesar de estar contemplada no plano rodoviário do Estado, somente tornou-se realidade através das ações do prefeito municipal, Tenente João Eloi Mendes. Enfim, Chapecó não estava recebendo o que de direito lhe cabia, isso pelo fato de a obra ter sido paga com a própria renda do município.

¹⁷³ Ibidem, p. 52.

¹⁷⁴ É importante destacar que Nereu Ramos, o Interventor Federal em Santa Catarina, também fez uso da crítica diante do descompromisso do poder público (administrações anteriores ao Estado Novo) com as regiões que estavam sendo colonizadas por descendentes de europeus, principalmente em Blumenau, onde não havia uma identificação da população local, em sua maior parte de origem alemã, com a Nação Brasileira. Na perspectiva da administração estadual, o projeto nacionalizador do Estado Novo (construção da brasilidade) encontrava sérias dificuldades para sua consolidação diante do “descaso” dos governos anteriores, principalmente pela despreocupação com a educação. Desse modo, a “culpa” para tal situação não seria da população, e sim do próprio poder público. Sobre esta questão, ver: CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

Como temos destacado ao longo deste trabalho, em Chapecó, a cidade é objeto de debate de apenas uma camada da sociedade; a cidade desejada era a cidade do Coronel Ernesto Bertaso e da elite intelectual a ele ligada. Por essa questão, o projeto de cidade e de modernidade daquele grupo de homens tornou-se hegemônico, na medida em que era apresentado como projeto viável para Chapecó tornar-se uma cidade moderna, cidade do futuro; talvez a mais próspera do Oeste, pois na época já era considerada o grande pólo econômico regional (considerando a grande importância da atividade agrícola e de extração da madeira). Mas por que o momento específico do Estado Novo foi considerado vital para a concretização dos objetivos locais? Em relação ao problema da modernidade, quais as relações entre os discursos locais e o discurso estado-novista?

De qualquer forma, o desejo de modernidade, em Chapecó, não estava somente relacionado ao “interesse político” de construção de uma cidade; mais do que isto, o desejo de modernidade estaria muito relacionado com as questões tematizadas no Estado Novo, com o discurso político de nacionalização do País, construção da Nação e de uma identidade nacional.

Partimos do pressuposto de que o discurso estado-novista – discurso da unidade política, econômica e social, bem como da unidade territorial, racial, lingüística, religiosa, etc. – fora de suma relevância para o colonizador, pois, num certo sentido as concepções de modernidade estariam relacionadas com todas estas questões discutidas no próprio aparelho de Estado. Contudo, a grande questão debatida pela elite de Chapecó era de que o projeto de Vargas saísse do “papel” para se tornar “realidade”, isso pelo fato da necessidade de construção da cidade, de desenvolver o sertão oestino, da necessidade de civilização e de modernidade. Na interpretação do grupo de homens locais, o projeto de modernização e nacionalização deveria sair do campo do discurso para o da prática política, isto é, o Estado deveria “fazer-se” presente no Oeste.

Entendemos ser fundamental perceber em que sentido, ou melhor, de que forma as questões relativas à cidade e ao urbano foram tematizadas pelo Estado Novo. Isto porque o colonizador, em Chapecó, deixa transparecer a idéia da despreocupação do Estado com o desenvolvimento urbano das regiões coloniais. Nessa perspectiva, torna-se muito profícuo tentar perceber de que modo a historiografia (nosso diálogo será apenas com uma pequena parte) discute as questões referentes à cidade e ao urbano durante o Estado Novo, ou seja, quais os “sentidos” das preocupações do Estado em relação às cidades, ao mundo urbano.

A discussão historiográfica é imprescindível, pelo fato de que, em Chapecó, a questão colocada era a necessidade da construção de uma cidade por inteiro (segundo os discursos locais, “tudo estava por ser feito”). Porém, ao procurar estabelecer um diálogo com a historiografia, não significa que estaremos concordando com certas leituras (posições). Nossa pretensão é apenas perceber como alguns autores discutem a questão da política, da cidade e do urbano no Estado Novo e, até mesmo, durante a República Velha, pois alguns autores falam, inclusive, de uma posição “conservadora” e “ruralista” da política brasileira durante os anos 1930 e 1940, resultante das concepções políticas muito presentes no século XIX e início do século XX, quando o Brasil era um país muito mais rural que urbano.

Em relação ao Estado Novo, alguns autores, como Luiz Cesar de Queiros Ribeiro e Aduino Lúcio Cardoso,¹⁷⁵ enfatizam que esse se caracterizou muito mais por uma “posição anti-urbana”, uma “posição conservadora” em relação às cidades. Os referidos autores relacionam essa atitude às concepções políticas “ruralistas” da Primeira República. Para ambos, parte significativa do pensamento social brasileiro, do final do século XIX e início do século XX, caracterizava-se por uma forte tendência anti-urbana. As reformas sociais visando o desenvolvimento do País, durante a República Velha, estavam associadas à questão da construção da Nação e de uma identidade nacional brasileira. As reformas urbanas estavam,

¹⁷⁵ RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiros; CARDOSO, Aduino Lúcio. Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

sem dúvida, na agenda política, mas a questão central não era a busca pela construção de um Brasil urbano. As elites da República Velha estavam mais preocupadas com as desordens urbanas, com o caos político proporcionado pela própria diversidade da vida política na cidade. Olhavam para a população das cidades, população pobre dos cortiços, principalmente da capital federal (Rio de Janeiro) como “classes perigosas”, tanto pelas questões relativas à saúde (preocupação com possíveis epidemias advindas da população mais pobre) quanto pelas questões políticas (possibilidade de revoltas populares).¹⁷⁶ A cidade era considerada o *locus* da desordem social, sendo definida até mesmo como expressão do atraso econômico da Nação. Desse modo, para Ribeiro e Aduato, a cidade não foi, para os reformadores da Primeira República, o seu eixo principal de atuação.

Renato Lessa,¹⁷⁷ ao discutir as relações no Brasil entre República, cidades e oligarquias, mostra-nos a profunda contradição entre a República e a posição do poder público em relação ao tratamento conferido às cidades. Para o autor, durante a República Velha, a elite política (oligárquica) brasileira se caracterizou profundamente pela sua posição política em relação às cidades. Do ponto de vista histórico, “repúblicas” e “cidades” possuem sentidos muito próximos, inclusive, caracterizando-se por ser uma única e mesma coisa. Lessa enfatiza que: “Repúblicas exigem energias cívicas concentradas espacialmente em um cenário capaz de abrigar diversidade, complexidade e uma certa confusão. O léxico humano deu a tais cenários o nome de cidades.”¹⁷⁸ Dessa maneira, podemos entender a posição das oligarquias brasileiras como sendo anti-urbana, pois a cidade é a negação potencial do mundo agrário, opositora dos poderes locais (rurais). A cidade é a negação do ruralismo, da herança escravista, da política dos coronéis e dos governadores. Por isso, na República Velha, uma questão muito presente em meio à elite política era o próprio “ódio” ao mundo urbano, à

¹⁷⁶ Sobre esta questão, ver: CHALHOUB, S. Op. Cit.

¹⁷⁷ LESSA, Renato. “As Cidades e as Oligarquias do Antiurbanismo da Elite Política da Primeira República Brasileira”. In: Revista USP. Dossiê Brasil República, n. 59, pp. 86-95, -nov/2003.

¹⁷⁸ *Ibidem*, p. 87.

desordem peculiar das cidades. Com isso, o crescimento urbano não era visto com bons olhos, pois, durante a Primeira República, há uma significativa defesa da necessidade da ruralização da população brasileira. De 1889 a 1930, são as cidades e não o mundo rural que impõem a exigência de ordenamento aos oligarcas republicanos, no sentido de a cidade ser percebida como o espaço da anarquia, da diversidade de identidades políticas; enfim, a cidade como a mais forte opositora dos poderes locais/rurais.

Por outro lado, apesar de o problema central de suas pesquisas não ser a temática da cidade e do urbano, mas sim a própria produção intelectual de um dos principais mentores do projeto de Estado autoritário e centralizado do Estado Novo, José Carlos Reis¹⁷⁹ e José Murilo de Carvalho¹⁸⁰ definem o pensamento de Oliveira Vianna como “conservador”. Reis fala que o projeto político proposto por Oliveira Vianna está associado aos ideais de uma “modernização conservadora”. A idéia de *modernização conservadora* decorre das discussões das obras e do conteúdo do próprio projeto político posto em prática com o golpe de Estado de 1937. Para Reis, Oliveira Vianna foi o intelectual das oligarquias rurais e do Estado Novo. Vianna deu continuidade ao pensamento conservador imperial, tornando-se um dos intérpretes mais influentes do pensamento histórico-político brasileiro, ao lado de Alberto Torres.¹⁸¹ Sendo assim, o pensamento de Vianna é conservador, pois absorveu muito dos temas conservadores do Império; por isso, em relação ao capitalismo, sua mentalidade sempre esteve carregada de sentidos negativos.

Entretanto, para José Murilo de Carvalho, a base do pensamento de Oliveira Vianna é algo que está em constante “sintonia” com o pensamento político e social brasileiro do século XIX. A partir disso, Carvalho argumenta que o projeto de Estado centralizado seria o resultado de toda uma concepção de sociedade e de política muito presente no período

¹⁷⁹ REIS, José Carlos. As identidades do Brasil 2: de Calmon a Bonfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda? – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

¹⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. A utopia de Oliveira Viana. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 4, n 7, 1991, p. 82-99.

¹⁸¹ REIS, J.C. Op. Cit. 2006, p. 123.

imperial. A questão da construção da *Nação* e de uma *identidade nacional* não é um problema exclusivo dos anos 1930, mas é algo que está presente na história do Brasil, emergindo com mais força no século XIX. Carvalho fala que Oliveira Vianna deita raízes numa “família intelectual” que antecede muito a Silvio Romero e que tem longa descendência. O autor fala de uma linha de pensamento que começa com Paulino José Soares de Souza (o visconde de Uruguai), prossegue com Romero e Alberto Torres, está presente em Vianna e continua, pelo menos, até Guerreiro Ramos. Mostra que muitos dos princípios e valores (concepções de escrita da história, política e Estado) se enraizavam na tradição do pensamento político imperial. Carvalho sugere que o modelo de sociedade, de Vianna, seria um modelo ibérico de inspiração católica. Assim, da visão católica ele retirou as idéias de comunidade, harmonia, integração. Vianna possuía a idéia de que o Estado era o legítimo promotor da harmonia social, da democracia social; para Carvalho, o intelectual estado-novista não possuía uma mentalidade capitalista, e sim uma mentalidade oligárquica, possuindo inclusive uma certa saudade de um passado rural português.

Nessa perspectiva, além da influência católica, outra fonte de inspiração eram as raízes rurais. Os valores rurais estavam muito presentes na vida e nas obras de Vianna: valores paternalistas, familistas e pessoalistas. Além disso, Vianna tinha um forte orgulho de ser fazendeiro, de ter por trás de si quatro gerações de fazendeiros. Mas uma questão-chave trabalhada por Carvalho, apesar de o autor ter deixado claro que se trata apenas de uma hipótese, é a da organização do mundo do trabalho (elaboração da legislação trabalhista). Toda a inspiração de Vianna com o mundo rural, dos princípios católicos e ibéricos para a organização do Estado, foram importantes na organização do mundo que sonhava para o homem urbano. Esse retorno ao passado agrário português foi abandonado, pois o mundo agora era o da indústria, do proletariado, das classes sociais. Então, Vianna procurou organizar esse mundo a partir dos princípios de uma sociedade harmônica, incorporadora e

corporativista, mas o Estado seria o organizador deste mundo urbano, sendo que seus valores não eram distintos daqueles da sociedade agrária do Império.

As discussões em torno do intelectual Oliveira Vianna são importantes, no sentido de que nos possibilita compreender como a historiografia discute a vida e a obra de um dos principais responsáveis pelo projeto político posto em prática, principalmente a partir de 1937. Para o nosso trabalho, as questões discutidas são vitais, no sentido de tentar entender melhor a própria organização do Estado Novo, de Vargas. Como vimos, na leitura de Adauto Lúcio Cardoso e Luiz Cesar de Queiros Ribeiro, o Estado Novo caracteriza-se muito mais por sua atitude anti-urbana em relação às cidades. Sendo que esta posição é reflexo de um Brasil não muito distante (temporalmente), ou seja, de uma posição que foi muito comum durante a República Velha. Questão esta que foi discutida por Renato Lessa a respeito das oligarquias brasileiras e sua preferência pelo mundo rural, pois a cidade ameaçava a estabilidade, colocava em “cheque” o poder dos proprietários rurais (o mundo urbano era visto como um *locus* da desordem social). Entretanto, na leitura de José Carlos Reis e José Murilo de Carvalho, percebemos uma certa proximidade entre ambos os autores, no que diz respeito ao modelo de Estado e de sociedade presente no pensamento de Vianna. As concepções do intelectual eram as do século XIX, sendo que Vianna era um oligarca (residente na cidade grande) com saudades de um passado agrário, de uma organização política e social presente no século XIX. Por isso, foi um intelectual que utilizou os princípios ibéricos para a organização do novo Estado brasileiro.

A partir dessas discussões historiográficas, “poderíamos” estar concluindo que o Estado Novo assumiu uma “posição conservadora” em relação às cidades, pela preferência ao mundo rural. O próprio projeto político de Vargas seria conservador, pois tem como base a posição de Oliveira Vianna, uma posição oligárquica, ruralista. Apesar de toda a preocupação do Estado com a organização do mundo urbano, com a organização política do trabalho, o

projeto de Vargas teria como base as concepções políticas do século XIX, cuja ênfase era a defesa da centralização política e administrativa. Porém, em relação a todas essas questões, não estamos assumindo uma posição quanto à possibilidade de o Estado Novo ter como base de seu projeto político uma posição conservadora e anti-urbana. Consideramos importante este diálogo com a historiografia, mais no sentido da necessidade da discussão de algumas questões importantes no período; também pelo fato de que a discussão nos possibilita pensar acerca das próprias fontes.¹⁸² Como temos enfatizado, partimos do pressuposto de que o discurso da elite de Chapecó estava pautado na idéia de “trabalho”, da importância conferida ao trabalho. A leitura do colonizador é de que o Estado Novo surgiu com o objetivo de superar o passado, procurando construir o progresso do País. Relevante assinalar que toda essa consideração do colonizador em relação à valorização do trabalho – do progresso como produto do trabalho – não emerge no contexto específico de Chapecó. Pensamos ser muito mais importante não apenas a consideração da possibilidade de o Estado Novo possuir uma atitude conservadora e anti-urbana em relação às cidades, porque mais relevante ainda é a compreensão da importância conferida ao “trabalho” pelo próprio Estado Novo, pois o discurso de Vargas, durante os anos 1930 e 1940, esteve pautado na defesa do trabalho; Vargas partia do pressuposto de que o progresso seria alcançado através do trabalho.

Nesse sentido, estabelecer um diálogo com a historiografia é de suma importância, no sentido de procurar entender como a “questão do trabalho” estava colocada no projeto político

¹⁸² Torna-se fundamental destacar que as “concepções ruralistas” encontravam-se muito presentes no movimento integralista brasileiro. Na década de 30, para os integralistas, “ser moderno” era construir uma identidade genuinamente nacional, sem influências européias. Plínio Salgado e o grupo dos Verde-Amarelos (na década de 1920, Cassiano Ricardo também participava desse grupo) defendiam justamente o Brasil do interior, rural, com suas paisagens, sua gente, sendo que o homem que representava o verdadeiro brasileiro era o caboclo, reflexo positivo da mestiçagem. Segundo a concepção pliniana, o Brasil estava “contaminado”. Este aspecto está, inclusive, muito presente em suas obras literárias na década de 1920/30. Para Plínio o índio era a base da formação nacional. Já o “urbanismo” era o grande responsável pela “morte da nacionalidade”. Para o autor, na cidade, o homem degrada-se em contacto com o próprio homem. Plínio fala da necessidade do contato do homem com o mundo natural. Enfim, no pensamento político do líder dos integralistas, podemos observar a “glorificação do campo”, da natureza em detrimento à cidade, e também uma forte crítica ao materialismo. Sobre estas questões, ver principalmente: SALGADO, Plínio. *Como nasceram as cidades no Brasil*. 5. ed. São Paulo: Instituto Nacional do Livro, 1978; SALGADO, Plínio. *O estrangeiro*. 8. ed Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.

de Vargas. Esse é, sem dúvida, um aspecto importante, para entendermos como a noção de trabalho foi articulada com o problema da construção da Nação, bem como do próprio progresso do País. Toda essa discussão é muito profícua, na medida em que aquele discurso encontrou “ressonância” em Chapecó. Para a elite local, o projeto de “modernização” do País muito interessava ao Oeste, pela possibilidade de investimentos por parte do poder público. Todo esse discurso de Vargas na organização do mundo urbano, da necessidade de valorizar o trabalho e o trabalhador, sem dúvida, foi visto com muito apreço pelo colonizador que buscava “transformar” o sertão oestino, tornando possível a cidade e a modernidade em Chapecó. Mas qual o “sentido” dessa preocupação; em que medida Vargas objetivou consolidar uma “nova realidade” através da valorização do trabalho?

Angela de Castro Gomes, em *A invenção do trabalhismo*,¹⁸³ enfatiza que um dos pontos centrais da Era Vargas gira em torno da elaboração e aprovação da legislação trabalhista. A Nação Brasileira seria construída através de uma nova concepção em relação ao “trabalho” e ao “trabalhador”. Para Gomes, o cerne do discurso de Vargas era a promoção e difusão do *trabalhismo*; o progresso do País seria alcançado através do trabalho. Em relação às concepções em torno do elemento “trabalho” de momentos históricos anteriores, houve alguns “deslocamentos”, ou melhor, uma “nova compreensão” por parte do próprio Estado, na medida em que o mesmo “reintroduziu” em seu projeto político o próprio discurso operário do final do século XIX e início do XX.

De modo geral, a “pobreza” deixou de ser considerada como inevitável e até mesmo importante, passando a ser entendida como forte obstáculo à modernização e à nacionalização do País. Com isso, ocorreu a formulação, durante a Era Vargas, de todo um discurso em prol da justiça social – preocupações do Estado com a vida e saúde da população. Além disso, uma das maiores preocupações do Estado era com a “organização científica do trabalho”,

¹⁸³ GOMES, Angela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. – 2 ed. – Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

articulada com uma política de “humanização” do próprio trabalho. Nesse ponto, porém, houve aproximações com o taylorismo e com o fordismo. Com o primeiro, no sentido do “culto à máquina”, de uma organização científica visando o aumento e qualidade da produção.¹⁸⁴ Em relação ao fordismo, um dos aspectos mais importantes diz respeito à necessidade de “humanização do trabalho”. Ainda segundo Gomes, na Era Vargas, houve uma “[...] “concepção totalista do trabalho”, atenta às mais diversas facetas da vida do povo brasileiro: saúde, educação, alimentação, habitação, etc.”¹⁸⁵ Isso explica, por exemplo, a criação dos Ministérios do Trabalho e Saúde. Enfim, o Estado cria os direitos trabalhistas muito mais no sentido de buscar uma maior eficiência do trabalho e do próprio trabalhador. Por isso, toda uma preocupação com a saúde, educação, alimentação e com as habitações dos trabalhadores, o que explica a criação dos restaurantes populares, a construção de casas próprias para o operariado, o cuidado (nos currículos escolares) com a formação das crianças e adolescentes, mediante o ensino da língua portuguesa, com os valores morais, com a formação de um sentimento patriótico de “ser brasileiro”.

Em contrapartida, em relação à questão do trabalho, Alcir Lenharo fala da existência de uma preocupação do Estado Novo com uma política voltada não somente ao meio urbano. A marcha para Oeste (movimento de interiorização do país) pode ser relacionada com a preocupação do Estado em: “[...] *criar um novo conceito de trabalho e de trabalhador, uma contrapartida do que já se praticava no setor urbano industrial: o forjamento do trabalhador despolitizado, disciplinado e produtivo.*”¹⁸⁶ As colocações de Lenharo são significativas, no sentido de perceber que o Estado Novo não apenas se preocupava com o homem (trabalhador) residente nas cidades. Além disso, se o significado da *marcha* é um movimento de conquista

¹⁸⁴ Entretanto, como salientou Lenharo, em *Sacralização da política*, o Estado Novo utilizou-se dos princípios do taylorismo, porém, ao mesmo tempo, procurou mascará-los. O problema era unir os princípios de uma eficiente organização do trabalho com os propósitos políticos do Estado Novo (construção de um sentimento nacionalista – patriótico – de amor à Pátria entre os “trabalhadores do Brasil”).

¹⁸⁵ GOMES, A. Op. Cit. 1994, p. 59.

¹⁸⁶ LENHARO, A. Op. Cit. 1986, p. 15. (grifos são nossos).

do interior, então quer dizer que o “interior” também se constituiu como problema, para Vargas.

Justamente por este motivo, de o “interior” ter se tornado um “problema político” central para o Estado Novo, o discurso de Vargas foi “muito aplaudido” por aqueles sujeitos sociais interessados na colonização e no desenvolvimento do Oeste Catarinense. Aproximamo-nos da leitura de Lenharo, ao enfatizar que a construção da “marcha” procura criar a imagem (simbólica) da Nação em “movimento”. O próprio Cassiano Ricardo¹⁸⁷ chama a atenção da população brasileira para a necessidade de conquistar o “vazio”, o “sertão”, no sentido inverso ao movimento de “litoralização”, política da Coroa portuguesa tão recorrente durante o período colonial. Ricardo fala da necessidade de “reincorporarmos o espírito bandeirante” tão presente na história do Brasil; por isso, a imagem metafórica da marcha em movimento, à procura de si mesma, isto é, do seu passado glorioso. Sem dúvida, o “movimento” rumo ao interior era fundamental para as pretensões do município de Chapecó.

É muito importante enfatizar que, em sua obra *Marcha para Oeste*, Cassiano Ricardo procura construir uma relação muito próxima entre a bandeira e o Estado brasileiro. Por isso, as representações em torno do bandeirismo são importantes para entender o próprio modelo de Estado inaugurado com o golpe de 1937. A bandeira é um “pequeno Estado larvar e vivo”; uma “cidade em Marcha”. O “bandeirante” (cabo-de-tropa), à frente da bandeira, é a própria antecipação do chefe de Estado, ou seja, é o próprio poder público (chefe de governo). Em todo caso, um governo forte mas humano, que tudo executa e ordena, pois exerce funções jurídicas e policiais, no sentido de construir uma unidade para o pequeno Estado (bandeira), objetivando sempre a conquista do espaço. Sendo assim, a bandeira significa comando e obediência para consolidação de um fim unitário e comum. Uma das questões mais importantes da bandeira é seu sentido de *unidade*. Para Ricardo, “a bandeira é brasileira e não

¹⁸⁷ RICARDO, C. Op. Cit.

portuguesa”, pois ela nasce em São Paulo (Planalto de Piratininga) e sua principal característica é a oposição à política costeira (portuguesa); a própria base do Estado moderno é revelada pelo grupo bandeirante. A bandeira contribuiu significativamente para a formação do moderno Estado brasileiro, pois desfeudalizou a economia da casa-grande, substituindo o senhor feudal.

É nessa perspectiva que a origem da bandeira é cidadina e não rural; sendo uma “cidade em marcha”, a tarefa da bandeira é a fundação de cidades, no sentido do litoral para o sertão. O bandeirismo não se caracteriza apenas pela questão da busca por riqueza (por exemplo, o ouro), mas muito mais pelo desbravamento, povoação e colonização dos “trópicos”, do “vazio”, do “inabitável, contribuindo para a formação do Brasil enquanto Nação. Por isso, a bandeira teve um sentido povoador e civilizador. Ricardo fala até mesmo que a bandeira não se organizou a partir dos mapas existentes, sendo ela quem deu origem aos mapas, contribuindo decisivamente na definição dos limites do Brasil, bem como na delimitação política do mapa sul-americano. Por obra do bandeirismo, o território brasileiro ficou três vezes maior. Outra questão importante é que, ao contrário da Europa (quando a luta se dá entre cidades), no Brasil, as cidades nasceram da luta, da luta do bandeirante (do homem brasileiro) com o sertão inóspito, da luta com o mundo desconhecido e selvagem. Portanto, ao falar da “marcha das cidades”, Cassiano Ricardo relaciona o bandeirismo com praticamente todas as fundações de vilas e cidades, durante os três séculos de atuação do fenômeno bandeira.

Por um lado, a modernidade, no Estado Novo, pode ser definida pela busca (recuperação) desse passado bandeirante, pelo desejo de civilizar o Oeste, da saída populacional dos grandes centros urbanos rumo ao desbravamento e colonização do interior, no sentido inverso da política portuguesa do período colonial. É preciso, segundo Ricardo, dar as “costas” ao litoral e “entrar no sertão”, pois o sertão parece estar “trancado”. Assim sendo,

é preciso “bater” a sua porta e “entrar”, procurando construir a moderna Nação Brasileira. Eis então o porquê, como definiu Getúlio Vargas, de o “verdadeiro sentido da brasilidade ser a Marcha para Oeste”,¹⁸⁸ pois o “Oeste” foi objeto central no projeto político estado-novista de construção da Nação, por meio da integração territorial e da construção de um “novo homem”, de um “novo trabalhador” rural.

Como vimos, Cassiano Ricardo possui uma posição de defesa da conquista do Oeste, do retorno de um passado em que as cidades marchavam rumo ao sertão, pois a bandeira foi, por excelência, uma “cidade em marcha”. Entretanto, poder-se-ia dizer que a posição de Ricardo é de defesa de uma “deslitoralização” das cidades brasileiras. A população dos grandes centros urbanos deveria reincorporar o espírito bandeirante, marchando rumo ao Oeste. Mas não estamos, com isso, afirmando que sua posição é contrária ao desenvolvimento do mundo urbano, das grandes cidades. Estamos apenas tentando compreender o porquê de o Oeste ter se constituído como problema, ou melhor, qual a importância do Oeste para a consolidação da Nação Brasileira e do progresso do País, procurando relacionar com a importância desse discurso (projeto político) para a construção da cidade de Chapecó.

Por esses motivos, a marcha para Oeste foi o ponto central na qual o discurso do Estado Novo encontrou ressonância nos discursos e práticas dos sujeitos responsáveis pela colonização do Oeste Catarinense, principalmente pelo fato de a “marcha” possuir um “sentido civilizador”, e também porque ela traria os imigrantes europeus (símbolos do trabalho). Resolveria o problema racial da região (os colonizadores falam em “aperfeiçoamento racial”, de que a “evolução de uma raça” seria com o tempo, de acordo com os princípios explicitados no restante do país); o próprio catolicismo se fortaleceria (formando uma unidade religiosa); a região passaria a estar interligada com os grandes centros urbanos do país, mediante os investimentos do Estado. Concluindo, a nacionalização dos meios

¹⁸⁸ VARGAS, G. D. Op. Cit.

coloniais seria concretizada pela unificação do território, unificação lingüística, eliminação das diferenças, dos contrastes entre o litoral urbano e o Oeste agrário.

O discurso nacionalizador do Estado Novo encontrou ressonância em Chapecó, muito também pela própria possibilidade de concretização dos interesses privados dos sujeitos responsáveis pela colonização. A região estava sendo colonizada e toda uma propaganda estava sendo realizada no sentido de “atrair” colonos para o Oeste Catarinense. As terras estavam sendo comercializadas e colonizadas, na sua maior parte, por colonos advindos do Estado do Rio Grande do Sul. De acordo com os discursos locais, o governo do Rio Grande do Sul não estava interessado nesse movimento imigratório dos colonos gaúchos; havia toda uma preocupação em relação à imigração. Por outro lado, a elite de Chapecó procurava criticar as autoridades do Estado vizinho pelo fato de que essa postura dificultava a “integração” do País. De acordo com as narrativas, a “eliminação dos regionalismos” muito interessava a Chapecó; a “unidade” interessava ao país. Eis então a necessidade do trabalho conjunto, de “trabalhar unidos” na busca pela consolidação da Nação Brasileira. Nesse sentido, um trabalho importante que estava sendo realizado pelo Estado Novo era em relação ao “combate aos regionalismos”. Para esse grupo, homens locais reunidos através da imprensa, a “coesão social” e a “prosperidade” dependeriam do “combate aos regionalismos”. Porém, argumentavam que esta não era a concepção de “alguns brasileiros” (em referência aos administradores gaúchos).¹⁸⁹ Portanto, em Chapecó a elite (reunida através da imprensa) procurava trabalhar no “campo subjetivo”, no “campo das paixões”. Para essa elite, que “sentia sede” de progresso, todos os colonos que trocaram o conforto da cidade pelo trabalho áspero, mas compensativo e próspero, no município de Chapecó, praticaram um “ato patriótico de amor pela Nação Brasileira”.

¹⁸⁹ Regionalismo. Jornal *A Voz de Chapecó*. Ano II. Nº 59. 10/09/1940, p. 1.

Convém novamente assinalar que, em relação a Chapecó, a questão central para o colonizador era “fazer o Oeste”, construir a ordem e o progresso, consolidando a civilização da região. O desejo era ver a marcha e a brasilidade consolidando-se através de “obras”, de investimentos do Estado Novo para a superação do passado, do atraso. Especificamente, no distrito sede do município de Chapecó, vila Passo dos Índios, a principal questão colocada era a da “construção social da cidade, a modernidade urbana e a nacionalidade”.

Em suas análises, Foucault chama a atenção para a necessidade de problematizarmos os objetos históricos a partir do estudo dos *discursos* e das *práticas*. Ora, se tudo é histórico, construído, fundamental partir dos *discursos* e das *práticas*, pois nenhum objeto é algo dado (referência a uma essência). Dessa forma, é extremamente válido pensar o desejo da abertura de um meio de comunicação em Chapecó. Partimos do pressuposto de que, colocada como problema para o colonizador, havia a necessidade da criação de *mecanismos* para tornar possível a construção da cidade e da modernidade. Poderíamos, até mesmo, afirmar que o jornal foi criado para ser “*A Voz do Oeste*”, numa região muito precária em infra-estrutura e carente de recursos estatais.

Podemos compreender a criação desse mecanismo, imprensa escrita, pelo fato de que, no final dos anos 1930 e início dos 1940, embora considerada muito necessária, a “nacionalização” – a partir da leitura e interpretação dos discursos e práticas políticas do Estado Novo – era considerada pela elite de Chapecó como “burla”, “ilusão”, “sonho e fantasia”. Até porque, na prática, não estava havendo compromisso algum do Estado com a nacionalização das regiões agrícolas. Para o corpo diretivo de A Voz de Chapecó, nada estava sendo feito em prol da nacionalização, pois em localidades (vilas) onde preponderava o “elemento estrangeiro”, como Mondai, Palmitos e Itapiranga, eram os próprios colonos imigrantes que colaboravam com recursos financeiros para o funcionamento das escolas de ensino primário.

Sendo assim, um dos argumentos era de como seria possível falar em nacionalização, tendo que pedir auxílio dos colonos (descendentes de italianos e alemães) para comprar, até mesmo, a bandeira brasileira. Nos editoriais de A Voz de Chapecó, seus diretores procuravam expressar que suas opiniões eram “imparciais”, “despida de paixões”. Com isso, a crítica ao Estado Novo era justificada pelo motivo de este ter surgido para resolver os problemas nacionais, mas muito pouco estava sendo feito, em Chapecó, para resolver os “quistos raciais”, o “problema da língua”, da “educação intelectual das crianças”, etc. Para a elite, no município de Chapecó, “tudo estava por fazer”. Após longas colocações críticas em um dos editoriais, para finalizar, questionavam: “*Nacionalização isso onde?*”¹⁹⁰

Torna-se fundamental ressaltar que o significado da modernidade, em Chapecó, era o próprio “preenchimento do vazio”, “construção do “inexistente”. Uma questão sempre muito presente nos discursos locais é o “sentimento de ausência” do poder público federal e estadual. Poder-se-ia até mesmo dizer que o colonizador deixa transparecer, em seus discursos, a idéia da existência de uma “lacuna”, ou seja, de alguma coisa que necessita ser preenchida pela ação, sobretudo do Estado. Mas não apenas do Estado, pois a elite de Chapecó também procurou reforçar a idéia de responsabilidade individual, isto é, da importância do trabalho, do compromisso que cada um deveria ter com o crescimento econômico, com o progresso do Oeste.

Entendemos ser relevante relacionar a idéia de “ausência” com a idéia de “progresso”. Nos anos 1930 e 1940, em Chapecó, estaria sempre “faltando” alguma coisa para concretizar o “progresso”, como se existisse uma espécie de modelo ou padrão de modernidade ao qual todas as cidades ou regiões tivessem que necessariamente seguir. Por outro lado, em relação a essa noção de que “algo estaria faltando” no Oeste, podemos pensar a questão do “ressentimento”. Sem dúvida, esta é uma questão histórica e muito presente nos sentimentos

¹⁹⁰ Nacionalização. Jornal A Voz de Chapecó. Ano I. Nº 12, 23/07/1939, p. 1.

dos oestinos, muito mais perceptível no início do processo de colonização, após a definição das disputas políticas em torno do território, acontecimento ocorrido em 1917.

A noção de *ressentimento* é fundamental, pelo fato de que os oestinos ressentiam-se constantemente sobre a falta de atenção das autoridades estaduais e nacionais com a região Oeste; ressentiam-se da falta de atenção e compromisso com a mesma. Outra questão importante a ser colocada é a de que o próprio poder público, no final dos anos 1920, “sente” a necessidade de estar, de se fazer presente no Oeste. É nessa perspectiva que estamos entendendo o porquê da realização da “viagem de 1929”. Mas, para estar presente com ações e investimentos financeiros era preciso conhecer, ter conhecimento do “sertão”. Também é desta forma que interpretamos a viagem de Adolfo Konder e sua comitiva, uma viagem cujo objetivo principal era o conhecimento da região, conhecer o sertão inóspito do Oeste catarinense, procurando, a partir dessa atitude do poder público, diminuir a distância da região com a capital estadual (distância no que diz respeito ao “isolamento”, à falta de contato entre administração estadual e administrações locais).

Em contrapartida, no final dos anos 1930, mais particularmente a partir da fundação do jornal A Voz de Chapecó, poder-se-ia dizer que o colonizador procurou reforçar o sentimento de que o Estado estaria sempre ausente em suas ações sobre a região. Reivindicava-se, sempre, a presença de um “Estado salvador” da região e a condução desta a uma “modernidade esperada”, a qual até então estava sendo construída imaginariamente.

No que diz respeito à “ausência” ou “abandono” do poder público estadual e federal em relação ao Oeste, consideramos importante estar dialogando com outras fontes. Aprofundar a discussão do “abandono”, sem dúvida, é de inestimável importância. Até porque a modernidade somente seria concretizada quando a região recebesse recursos (investimentos financeiros em infra-estrutura) do poder público. É nessa perspectiva que o “programa” da

elite local tinha como principal objetivo “resolver” o “problema histórico”, ou seja, o “problema do abandono” do Oeste Catarinense pelo poder público.

Em certo sentido, a imagem da figura 11 (a seguir) pode ser considerada importante na discussão de algumas questões da época. A imagem é do Colégio Estadual Bom Pastor que, nos anos 1940 foi a principal instituição de ensino no município de Chapecó. Embora localizado na área territorial pertencente à cidade, nota-se que o colégio está localizado de frente para um “potreiro” (terreno cercado, com o objetivo de prender/fechar o gado). A imagem revela aspectos de uma área rural, mesmo estando o colégio localizado na cidade. Uma das questões que poderíamos estar discutindo é a posição do fotógrafo no momento do registro. O porquê da escolha de um ângulo mais amplo (meio na diagonal), uma vez que acabou sendo registrada a própria imagem do “potreiro”? Do ponto de vista “estético”, considerando-se o contexto cultural da época, não seria mais interessante uma imagem do colégio de um outro ângulo?



Figura 11: Colégio Estadual Bom Pastor (anos 1940).
Cópia do acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

A posição escolhida para o registro da cena fotográfica é, sem dúvida, importante, pois a cidade estava sendo construída e o fotógrafo, enquanto sujeito histórico, poderia ter como objetivo registrar um certo “isolamento” do colégio. É preciso também considerar que o discurso local dos anos 1930 e 1940 era bastante crítico quanto ao “abandono” do poder público em relação a Chapecó, sendo que podemos, até mesmo, levantar a hipótese de a elite local ter contratado um fotógrafo para a produção dessa, bem como de outras fotografias, durante o Estado Novo, com o objetivo de dar visibilidade à “realidade” local; como também poderia não ser isso. A imagem poderia, também, ter sido encomendada pela direção do colégio. Em suma, várias são as possibilidades que poderiam ser levantadas para discussão da imagem obtida, bem como de outras fotografias, apresentadas neste trabalho. Quanto à questão das possibilidades, das várias hipóteses possíveis, aproximamo-nos de Paul Veyne,¹⁹¹ quando este fala da história como “compreensão” e não como “explicação”. Para o autor, não há um princípio ou uma teoria geral a ser seguida na escrita da história. Por isso, na interpretação das fontes, várias são as possibilidades que podem ser consideradas – as circunstâncias, as causas, os fins, bem como o próprio “acaso”.

Importante destacar que as fontes orais também são fundamentais na discussão da “ausência”, do “abandono” do poder público em relação ao Oeste. Desta forma, torna-se muito profícuo dialogar com sujeitos sociais que residiram na Chapecó (vila Passo dos Índios) dos anos 1930. Para a produção e compreensão do conhecimento histórico, é imprescindível a problematização não apenas das memórias da elite, mas também das memórias de sujeitos sociais pertencentes a outras camadas da sociedade.

Descendente de imigrantes italianos, moradora da Chapecó dos anos 1930, a imigrante gaúcha Leonilda Bressan¹⁹² pode contribuir com a nossa discussão. Atualmente com noventa anos de idade, Leonilda não lembra a data da sua chegada em Chapecó; lembra somente sua

¹⁹¹ VEYNE, P. Op. Cit. 1998.

¹⁹² BRESSAN, Leonilda. Entrevista citada.

idade (vinte e um anos de idade) na época da sua fixação na “cidade”. Leonilda pode ser considerada um sujeito histórico que foge um pouco do perfil do imigrante característico das primeiras décadas do século XX, pois relata que veio a Chapecó para trabalhar no comércio; solteira, sem a presença de familiares, sem pretensões de comprar terras, ela trabalhou nos serviços de limpeza do primeiro hotel da cidade. Sem expressão política e econômica na cidade, não possuindo relações de proximidade com a família Bertaso, as “lembranças” de Leonilda (“lembranças vivas”, se pensarmos com Pierre Nora) podem ser consideradas uma fonte histórica relevante, pois através delas podemos estabelecer diálogos com as fontes oficiais locais (discursos do colonizador). Perguntada a respeito do governo de Getúlio Vargas, a entrevistada destaca: *“O tempo de Getúlio Vargas não existia às fábricas de fazer automóveis [...] máquinas, essas coisas... Nunca conheci uma “patrola”, ou uma máquina porque não existia essas fábricas. As estradas tinham que fazer com picareta, pá e enxada.”*

Em certo sentido, a fala de Leonilda aproxima-se dos discursos da elite local ao destacar, por exemplo, os instrumentos utilizados na abertura de estradas, o que revela toda precariedade de infra-estrutura. Além disso, suas palavras contribuem na compreensão de como a elite de Chapecó do final dos anos 1930 arrogou pra si a responsabilidade com a cidade, sendo que nenhum de seus membros fazia parte do poder público (poder executivo) municipal. Quando perguntada se havia a necessidade de encaminhar projetos na prefeitura para a realização de obras (construção e reforma de casas, construção de edifícios, galpões, etc.) e sobre o trabalho do prefeito na cidade, Leonilda Bressan responde: *“Nem me lembro de prefeitura lá, aquele tempo [...] Olha, o tempo que eu tava em Chapecó, que a cidade era recém o começo, eu não tô lembrada do prefeito. Eu que me lembro não tinha delegacia nada porque era uma casa longe uma da outra, era que nem ta no interior.”*¹⁹³

¹⁹³ BRESSAN, Leonilda. Entrevista citada.

De modo geral, as palavras de Leonilda ratificam o discurso do colonizador, ao deixar transparecer a idéia de que tudo estava por “fazer”. Em relação a outras questões consideradas importantes na época, como a nacionalização, Leonilda é categórica ao declarar que ninguém falava ser proibido falar o alemão ou o italiano durante o governo de Getúlio Vargas e, também, que não havia, num primeiro momento na cidade, desfiles cívicos e festividades patrióticas, sendo que esses acontecimentos começaram a ocorrer na medida em que a cidade foi crescendo. Na questão da não obrigatoriedade do uso da língua portuguesa, podemos destacar que a posição da elite de Chapecó não era favorável à aplicação de um regime coercitivo, rígido, na medida em que tudo podia ser alcançado através da instrução intelectual (imprensa, ensino primário, etc.). Uma das questões que pode ser considerada importante na fala de Leonilda é a própria influência do mundo moderno, da modernidade dos dias atuais, ao lembrar-se do “tempo antigo”, do tempo em que tudo era difícil (“péssimo”) e praticamente nada, em termos de tecnologia moderna, existia.

Nesta primeira parte deste último capítulo, nossa análise ficou centrada na discussão dos “sentidos” da modernidade em Chapecó. Percebemos que a modernidade somente seria consolidada através de investimentos na região, principalmente por parte da administração estadual e federal. Para a elite local, a política de nacionalização do Estado Novo era vital para Chapecó; porém, todo este discurso de modernização da Nação deveria ser materializado através de obras, objetivando superar a situação de “abandono” em que se encontrava a região. Portanto, discutimos o interesse do colonizador pela cidade e pela modernidade, o interesse pela construção da nacionalidade (brasilidade). Em contrapartida, nesta segunda parte abordaremos mais profundamente as preocupações locais com o futuro, ou seja, as preocupações com a educação da mocidade (crianças e jovens). Para que a nacionalização dos meios coloniais fosse possível, segundo as narrativas, o poder público deveria trabalhar no sentido de eliminar o analfabetismo, até porque a construção da brasilidade entre os colonos

descendentes de imigrantes europeus, principalmente italianos e alemães, somente seria alcançada por meio do compromisso com a educação e civilização dos meios coloniais. É desta forma que, para aquele grupo de homens, preocupados com os interesses locais, preocupar-se com o “futuro” de Chapecó era também preocupar-se com o “presente”, procurando resolver o problema histórico da região, o problema do “abandono”.

Em todo o caso, torna-se importante enfatizar, nesta discussão da *modernidade*, que, em Chapecó, a consolidação da modernidade seria efetuada através da nacionalização dos meios coloniais, mas a leitura e interpretação do colonizador era de que o Estado não se fazia presente. Esta é, portanto, a razão para um posicionamento crítico em relação às iniciativas e preocupações do poder público estadual e federal, nas décadas de 1930 e 1940, em relação ao desenvolvimento regional. Desse modo, foi construída uma imagem (simbólica) do colono como o sujeito responsável pelo progresso do Oeste. E um dos marcos (símbolo) históricos de Chapecó é a própria figura do colono pioneiro e desbravador.

Portanto, um “desejo de cidade” e um “desejo de modernidade” fizeram parte das *subjetividades* do colonizador. E como o Estado continuava não se fazendo presente na região, no sentido de tornar possível a cidade e a modernidade, a própria elite econômica e intelectual local construiu uma imagem da importância dos colonos pioneiros (desbravadores), homens de coragem, cujo principal instrumento de trabalho utilizado para desbravar (vencer o sertão) foi o “machado”, além da utilização de pá, picareta e enxada na própria abertura das estradas.

3.2 O “futuro” como produto do “presente”

“O Estado não pode deixar de manter, fundar outras e mais escolas, nas cidades, vilas e povoações, à margem das estradas, no coração silencioso das matas, no afã de iluminar os cérebros dos nossos patricinhos.”¹⁹⁴

Conforme enfatizamos, ao longo deste trabalho, consideramos ser muito profícuo pensar a modernidade, em Chapecó, não apenas na lógica do desejo da construção da cidade e do urbano, mas muito mais na relação com outras questões tematizadas no restante do País, ou melhor, no próprio Estado Novo, como a construção da Nação e da nacionalidade, de uma identidade nacional brasileira, e a preocupação com a educação (formação intelectual e moral)¹⁹⁵ das crianças e dos jovens.

Nesse sentido, é fundamental para os propósitos da nossa pesquisa, a discussão da noção de “futuro”. Em Chapecó, o discurso da elite local, durante o Estado Novo, esteve centrado na busca pela construção de um futuro promissor, de um futuro próspero. Entendemos ser importante esta discussão de um “futuro imaginário”, que passou a delinear de alguma forma todas as ações no presente, durante o final dos anos 1930 e início dos anos 1940.

Ora, para o colonizador, preocupar-se com o futuro de Chapecó era preocupar-se com a “mocidade”, com os “patricios”, homens e mulheres de amanhã. Um futuro próspero dependeria da preocupação com o presente, da preocupação com a infância. Assim, a preocupação com o futuro não diz respeito somente à construção de uma cidade moderna, em termos de traçado e arquitetura urbana. Necessário seria alfabetizar, educar moral e

¹⁹⁴ Educação intelectual infantil. Jornal *A Voz de Chapecó*. Ano I. Nº 10. 08/07/1939, p. 1.

¹⁹⁵ Para uma discussão acerca da educação no “Velho Município de Chapecó”, ver: VIEIRA, Alexandre Sardá. *A educação formal no velho município de Chapecó (1929-1945)*. Florianópolis, 2000. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

intelectualmente a mocidade, no sentido de construir uma sociedade homogênea, ou seja, uma sociedade que buscasse sempre, por meio do trabalho, o desejado progresso. Relevante ressaltar que a necessidade da construção da “brasilidade” entre os oestinos foi também muito discutida pela elite local, pois era vital que a mocidade (as crianças e os jovens) “incorporassem” os sentimentos brasileiros, de amor pela pátria, de amor pelo Brasil. A construção da *brasilidade* era imprescindível para o colonizador. A mocidade deveria falar a língua portuguesa, possuir um sentimento de respeito pelas tradições e pela história brasileira, possuindo um sentimento cívico e patriótico brasileiro, “bem brasileiro”. Portanto, durante o Estado Novo, através da imprensa escrita, o colonizador procurou chamar a atenção para a importância dos cuidados e investimentos que deveriam ser destinados à infância, pois o futuro dependeria das ações empreendidas no presente em prol da formação intelectual e moral das crianças, dos patricios. A modernidade seria concretizada não somente pela construção da cidade, mas sobretudo quando o analfabetismo fosse superado e a brasilidade estivesse plenamente consolidada.

Através da imprensa escrita, o colonizador procurou difundir um discurso afirmando que a responsabilidade da “educação intelectual” das crianças era obra de total responsabilidade do Estado. Sendo que, quando do não-compromisso deste, a crítica social tornava-se totalmente pertinente. Por outro lado, a “educação moral” das crianças seria de total responsabilidade dos pais; cabia aos pais ensinar o valor da honestidade, do pudor, do procedimento digno e dos bons costumes.

Torna-se relevante assinalar, na questão da educação moral, que o corpo diretivo de A Voz de Chapecó procurou repassar todas as responsabilidades da educação moral das crianças às mães, cabendo-lhes a tarefa de ensinar os princípios da moral aos filhos. Cabia muito mais à mulher a tarefa da formação moral das crianças por ser ela o “elemento constitutivo da

família”, pela importância das suas “carícias”, pelo seu “exemplo”, “virtudes” e “dever maternal”.

Fácil seria compreender a posição central ocupada pela mulher na família, pois, segundo as narrativas, quando a mulher abandona as normas dignificadoras que deveriam ser seguidas, tornando-se corrupta e fornecedora de maus exemplos, a dissolução do lar é inevitável. Enfim, para o colonizador, preocupado com o futuro e com o progresso de Chapecó, era importante sempre ressaltar que a transmissão de todos os valores morais seria obra de responsabilidade dos pais. Concretizada a educação moral, as crianças teriam condições de ser educadas intelectualmente, através das instituições escolares mantidas pelo poder público.

Nesta questão, da preocupação com a educação moral das crianças, houve, primeiramente, o interesse em despertar a atenção dos pais para a importante tarefa a ser realizada. Mas a questão que se coloca é que os valores morais ensinados pelos pais deveriam ser os próprios valores do colonizador, sendo que os valores deste eram os valores cristãos, da boa sociedade, como: preocupação com a formação do caráter, com os ensinamentos a respeito dos danos causados ao homem pelo fumo, pela embriaguez e pelo jogo; a necessidade de respeito com os velhos, com os deficientes físicos e com o próprio Deus.

Por outro lado, o colonizador procurava reafirmar sempre a necessidade do compromisso do Estado na educação intelectual das crianças, devendo construir escolas e contratar bons professores (professores brasileiros), no sentido de eliminar o analfabetismo. A superação do analfabetismo estava estritamente vinculada à noção de civilização, ou melhor, a civilização estaria plenamente consolidada quando o analfabetismo fosse completamente superado. Para isso, o Estado deveria fazer significativos investimentos visando à alfabetização da população infantil e da mocidade. Porém, os investimentos não deveriam ser realizados somente nos centros “adiantados de civilização”, mas também nas pequenas vilas e

povoações, localizadas no sertão, pois nestes lugares as crianças não estariam convivendo com pessoas cultas, fato que dificultava a civilização do Oeste.

Nos anos 1940, procurando resolver os problemas relativos à educação e nacionalização, a elite local objetivou “trazer” para Chapecó um “colégio de irmãs de caridade”. Diante do não-atendimento dos pedidos feitos ao Estado pelo município (construção de um Grupo Escolar), a elite procurou investir na possibilidade de entregar a responsabilidade da educação das crianças chapecoenses a um grupo de religiosas. A concretização desta idéia muito contribuiria para os objetivos traçados, de educar, civilizar e nacionalizar os meios coloniais. Com a administração escolar sob responsabilidade das religiosas, não somente a educação intelectual das crianças seria concretizada, mas também a educação moral, porque as crianças estariam “entregues” ao caminho da “santa religião católica romana”.¹⁹⁶

Segundo dados do próprio jornal A Voz de Chapecó, no ano de 1940 a “cidade” de Chapecó contava com apenas duas escolas, funcionando em dois turnos. Quatro eram os professores estaduais, para uma “população escolar” de aproximadamente duzentas crianças. Sendo que, no mesmo ano de 1940, o prefeito Tenente Eloy Mendes viajou para a capital do Estado com o objetivo de informar o Interventor Federal, Nereu Ramos, sobre a necessidade da criação de um Grupo Escolar em Chapecó. No entanto, segundo a direção do jornal local, Nereu Ramos não considerou o pedido. Diante deste fato, a elite local procurava destacar a importância do município de Chapecó para o Estado, pois em termos de renda era um dos maiores.

Desse modo, diante do “descomprometimento” do poder público estadual, a imprensa local procurava reforçar as críticas: “*Grupo escolar não é um favor, para o governo é dever. Para as crianças, cidadãos de amanhã, é um direito.*”¹⁹⁷ Segundo o colonizador, a

¹⁹⁶ Bela iniciativa. Jornal A Voz de Chapecó. Ano II. Nº 67. 30/11/1940, p.1.

¹⁹⁷ Grupo Escolar. Jornal A Voz de Chapecó. Ano II. Nº 70. 30/12/1940, p. 1 e 2.

administração estadual deveria “ajudar mais” a região com recursos financeiros, sendo a construção do prédio escolar para as *Escolas Reunidas* de Chapecó, bem como a construção de uma estrada ligando Chapecó a Concórdia, obras pagas com recursos (renda) do poder público municipal, sem a participação do Estado.

Como temos enfatizado, em Chapecó, durante o Estado Novo, a construção da cidade do futuro exigia preocupações (esforços) do colonizador com a mocidade. A modernidade seria alcançada através dos investimentos no presente, dos cuidados com a educação dos filhos de descendentes dos imigrantes italianos e alemães. Preocupar-se com o presente era preocupar-se com a “mocidade”, com o futuro de uma região que até então (final dos anos 1930) estava sob forte influência de “mentalidades estrangeiras”. Concluindo, a modernidade poderia ser alcançada mediante os investimentos do poder público no presente, ou seja, no Oeste dos anos 1930.

Observamos que aquele grupo de homens (reunidos através de um meio de comunicação), não esperou passivamente pela presença de um Estado que não se fazia presente. Procurou chamar para si a tarefa de educar intelectualmente os oestinos, sendo esse um dos principais motivos da abertura do pequeno periódico local. Como nem todos os colonos sabiam ler, o objetivo era transmitir a idéia de que, numa casa onde houvesse apenas uma pessoa que soubesse ler, isso já era o suficiente, pois a leitura poderia ser realizada em voz alta, para toda a família ouvir. Nas famílias em que os pais não possuíam condições de efetuar a leitura, a direção do jornal orientava para que os filhos as fizessem, sendo fundamental que os pais compreendessem a importância das questões discutidas através da imprensa escrita.

Nessa perspectiva, a elite procurou instruir intelectualmente os oestinos (colonos), ensinando questões relativas à agricultura, comércio, indústria, além de transmitir algumas noções de estatística, higiene e saúde pública. O conhecimento da história brasileira, a

necessidade de uma educação cívica e patriótica brasileira e do conhecimento (pelo colono) da Constituição Brasileira também foram questões muito trabalhadas pela direção do jornal. Finalizando, através da imprensa, a elite local procurou educar, instruir intelectualmente os patrícios (colonos), adentrando o “seio” da própria família. Mas, o discurso do colonizador não visava somente se fazer presente na estrutura familiar. Procurou também chamar a atenção do poder público, na medida em que este não se fazia presente na região.

Com efeito, sendo a fotografia – como destacou Roland Barthes – um recorte de determinada realidade passada e, portanto uma fonte indispensável para o estudo da história, torna-se muito importante discutir as preocupações do colonizador com o futuro (educação da mocidade e construção da brasilidade) através das imagens. Por meio das imagens poderemos discutir muitas questões consideradas de suma importância na época; por exemplo, a mocidade deveria ser educada através da disciplina, reconhecendo sempre a importância do trabalho, do bom comportamento individual no coletivo, etc.

A partir de algumas fotografias, podemos perceber que, em Chapecó, a construção (simbólica) de uma identidade nacional ocorreu em meio ao processo histórico da própria construção da cidade, da preocupação com a construção de um futuro próspero.

Como podemos observar nas imagens das figuras 12 e 13, no ano de 1940, em meio ao próprio traçado da avenida Getúlio Vargas – o que deixa transparecer a imagem de uma cidade em processo de construção – ocorre um desfile cívico no sentido de *construir a brasilidade* junto à mocidade local. Entendemos por *brasilidade*, além do significado atribuído por Vargas de que o “verdadeiro sentido da brasilidade é a Marcha para Oeste”,¹⁹⁸ a formação de um sentimento cívico e patriótico, de amor pelo Brasil. Como podemos notar na imagem, a formação da brasilidade requer acima de tudo orientação, disciplina, respeito pela história e tradições brasileiras.

¹⁹⁸ VARGAS, G. D. Op. Cit.

O desfile, comandado por militares, revela como o Estado – paradoxalmente ao discurso crítico do colonizador – se fazia presente em Chapecó, através da ação da própria polícia local, pois na época a prefeitura era administrada pelo Tenente João Elói Mendes. Outra questão importante a ser colocada, na discussão sobre essas imagens, é em relação à data desse desfile cívico. O desfile foi realizado em comemoração ao “Sete de Setembro”. Através da leitura dos artigos do jornal A Voz de Chapecó, percebemos que nos anos 1930 e 1940, a comemoração do *Sete de Setembro* envolvia toda a “comunidade” chapecoense; o Sete de Setembro era um dia de festa em Chapecó. Naquele ano de 1940, por exemplo, antes do desfile cívico, foi celebrada uma missa na praça municipal, sendo que, durante a cerimônia, foi hasteada a bandeira nacional. Era um dia de festa em Chapecó, pois foi realizada uma partida de futebol pela parte da tarde (entre o Clube Esportivo Chapecoense e o Nonoai) e à noite, baile.¹⁹⁹

Além das questões relativas à construção da nacionalidade, é perceptível também os contrastes entre o rural e o urbano na cidade. Nota-se que a cidade, com seu novo e moderno traçado, está com o “mato” em suas proximidades. Apesar de possuir meio-fio (fileira de pedras de cantaria que serve de remate à calçada da rua), a avenida é de “terra batida”. Importante ressaltar que a avenida Getúlio Vargas se caracterizou, nos anos 1930 e 1940, como importante cenário da “construção da brasilidade”. Ora, o desejo político do colonizador era ver a brasilidade plenamente consolidada entre os oestinos. Por outro lado, as imagens reunidas na seqüência – figuras 12, 13, 14 e 15 – mostram as mudanças ocorridas ao longo dos anos na “fisionomia” da avenida, bem como na própria “paisagem urbana” como um todo.

Na imagem da figura 14, podemos perceber (como já foi discutido no primeiro capítulo), a forte influência do modelo de arquitetura alemã nas duas casas presentes na

¹⁹⁹ Sete de Setembro. Jornal A Voz de Chapecó. Ano II. Nº 59. 10/09/1940, p. 1.

imagem. Além dessa questão, o próprio “cercamento” dos terrenos lembra muito ainda a vila Passo dos Índios, na qual a população da vila construía os cercados no sentido de “prender” os animais, evitando com isso sua circulação nas ruas da vila e até mesmo a destruição de lavouras próximas às residências. Importante assinalar que o ano de 1947 também corresponde ao ano em que Vicente Cunha (diretor de A Voz de Chapecó) foi eleito prefeito do município. Este acontecimento pode ser visto como resultado de todo um trabalho desenvolvido (desde meados dos anos 1930) por Vicente Cunha. Sujeito histórico com forte influência na política chapecoense, Vicente Cunha foi um homem preocupado com a construção da brasilidade, da “incorporação” pelos imigrantes descendentes de italianos e alemães de um “sentimento brasileiro”, isto é, de um “sentimento de pertença” à Nação Brasileira.

A imagem da figura 15 – possivelmente do final dos anos 1940 – também é muito importante, pois mostra que a construção da nacionalidade vai operando-se em meio à própria construção da cidade. Do lado esquerdo da imagem, podem-se notar a presença de pedras que seriam utilizadas para o calçamento das ruas da cidade. A imagem revela também alguns aspectos de uma cidade que está recebendo os recursos da modernidade; isso pela existência de uma rede de energia elétrica na cidade. Além dessas questões, lembramos que as preocupações do engenheiro Serafim Bertaso (durante a primeira fase de A Voz de Chapecó) vão se tornando realidade devido à construção de prédios de dois ou mais andares nas ruas principais da cidade.

Uma questão também muito importante a ser colocada diz respeito às concepções de “estética moderna”, presentes nas fotografias. Nos anos de 1930 e 1940, a elite de Chapecó, de acordo com os princípios defendidos no restante do país, procurou utilizar-se das noções de disciplina, uniformidade e trabalho no sentido de homogeneizar uma população culturalmente heterogênea. A modernidade seria concretizada através da regra e da norma, da uniformização

do espaço e da população, do compromisso individual com o coletivo e da valorização do trabalho pela população.



Figura 12: Sete de setembro de 1940. Desfile cívico na avenida Getúlio Vargas. Cópia do acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).



Figura 13: Sete de setembro de 1940. Desfile cívico na avenida Getúlio Vargas. Cópia do acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).



Figura 14: Primeiro desfile em comemoração ao Sete de Setembro, realizado pelo Colégio Bom Pastor, ano de 1947. Cópia do acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).



Figura 15: Desfile cívico na avenida Getúlio Vargas. Possivelmente no final dos anos 1940. Cópia do acervo do Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina (CEOM).

Pode-se notar, nas fotografias, a preocupação com a disciplina, com a norma. Poder-se-ia dizer que o problema da modernidade era organizar e educar a mocidade através da disciplina, procurando construir um sentimento brasileiro através da valorização das datas cívicas, da valorização da história do Brasil. A mocidade deveria não somente falar a língua

nacional, mas também aprender a cantar o Hino Nacional Brasileiro. Deveria, igualmente, aprender a respeitar os símbolos nacionais: a bandeira, o escudo, o hino, as armas, etc. É no sentido da disciplina que a elite de Chapecó procurou construir a brasilidade, procurou educar a mocidade visando o futuro, visando o estabelecimento da ordem e a construção do progresso.

O objetivo de discutir as questões, nesta última parte do trabalho, foi demonstrar que nos anos 1930 e 1940, em Chapecó, estava muito mais presente um tipo de organização uniforme, administrativa, disciplinar, e que a elite buscava concretizar um projeto histórico e político mobilizador, isto é, o projeto de construção da cidade e de consolidação da modernidade. Através da afirmação dos princípios morais, de uma organização disciplinar da sociedade, da elaboração de um discurso procurando despertar a preocupação dos oestinos com o futuro, com o progresso, o colonizador fez uso de mecanismos (imprensa escrita) para tornar real, tornar possível o seu próprio desejo, seu anseio político de cidade e de modernidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, procuramos efetuar uma análise em torno das “subjetividades” da elite de Chapecó, do “desejo político” de construção de uma cidade moderna. Nossa pretensão foi investigar o momento histórico da emergência de um “interesse político” sobre a cidade e o urbano. Vimos que, no decorrer dos anos 1930, uma das preocupações locais era a elaboração de um “projeto”, de um planejamento urbano moderno para Chapecó. Por outro lado, a partir das fontes disponíveis para a realização desta pesquisa, concluímos que o momento específico do Estado Novo foi considerado de suma importância pelo colonizador, na tentativa de concretizar esse empreendimento local. Na concepção da elite local, Vargas estaria comprometido com a construção da ordem e do progresso do País. Estaria comprometido, inclusive, com a construção da Nação e da nacionalidade. Mais importante ainda era o próprio “grito de Marcha para Oeste”, pois a marcha garantiria a nacionalização e modernização dos meios coloniais, viabilizando, com isso, a própria construção da civilização em pleno sertão.

Nesse sentido, é que o período do Estado Novo deve ser visto, como um momento muito significativo para uma problematização crítica da história de Chapecó. A região estava sendo colonizada, e todo aquele discurso de Vargas apenas contribuiria com os interesses locais, isto é, para os interesses da Companhia Colonizadora Bertaso e da própria elite ligada a ela. O principal objetivo era ver a Marcha para Oeste concretizada, sobretudo porque ela garantiria os sujeitos sociais – imigrantes descendentes de italianos e alemães – necessários para a colonização e desenvolvimento do Oeste. De fato, poderíamos até mesmo dizer que aqueles homens, preocupados com a “transformação”, com a “civilização” e “progresso” do Oeste perceberam toda a importância do novo regime político instaurado em 1937. A partir

disso, trabalharam com o objetivo de “melhor aproveitar” o momento histórico. Desse modo, a própria fundação do jornal A Voz de Chapecó é resultado dessa “percepção política”, ou melhor, dessa “estratégia política”.

É importante enfatizar que, no Oeste, sempre houve um “ressentimento” muito forte por parte da população em relação à falta de compromisso do poder público com a região. Segundo as narrativas locais, o sertão do Oeste Catarinense sempre esteve “abandonado”. Ora, a fundação do jornal pode também ser explicada através da problematização deste “sentimento de abandono”, no sentido de que o colonizador queria resolver esse “problema histórico”. Sendo assim, reivindicava-se a presença de um “Estado salvador” da região e a condução desta ao progresso. De maneira mais precisa, objetivava-se “romper com o passado”, transformando o sertão em “civilização”. Nessa perspectiva, quando falamos em “estratégia política”, não estamos apenas destacando a significativa importância conferida ao Estado Novo; estamos falando, sobretudo, de uma *estratégia política* mais ampla e complexa. Isto porque, neste trabalho, chegamos à conclusão de que a abertura de um meio de comunicação ocorreu muito mais no sentido de a elite procurar “pressionar”, ou melhor, despertar a atenção do poder público para as necessidades locais, a superação do “isolamento”, da situação de “abandono” em que se encontrava o Oeste.

Em determinadas discussões realizadas nesta dissertação, sobretudo no primeiro capítulo, chegamos até mesmo a considerar a possibilidade de a elite local ter criado um periódico no sentido de “fazer oposição” direta ao Estado Novo. Até porque, logo nas primeiras edições, a direção de A Voz de Chapecó já fazia forte crítica ao regime estadonovista. Apesar de assumido o compromisso com a Constituição de 1937, os diretores do periódico procuravam reafirmar o compromisso com o “programa local”. Outra questão a ser considerada é a participação de membros dessa elite na política do município. Vicente Cunha, diretor de A Voz de Chapecó, foi eleito vereador integralista em 1936. Portanto, grandes

seriam as chances de o periódico ter sido criado com o objetivo de fazer oposição. Relevante destacar, ainda, que o próprio Coronel Bertaso, no período anterior à Revolução de 1930, era membro do Partido Republicano Catarinense.

Neste momento, após a reflexão acerca da cidade e do urbano, em Chapecó, entendemos ser fundamental colocar algumas questões. Encontramos muita dificuldade para a compreensão do contexto político envolvendo a elite de Chapecó e o poder público estadual e federal, dificuldade para o entendimento da própria formação dessa “elite”. Ora, temos o Coronel Bertaso, dono da Companhia Colonizadora; temos também Vicente Cunha, advogado provisionado, “braço direito” do próprio coronel, pois trabalhava na empresa colonizadora. Mas o que nos chama mais atenção é a presença do Juiz de Direito Antônio Selistre de Campos. Este, por sua vez, além de ser amigo de Getúlio Vargas desde o tempo da faculdade, era o principal responsável pela “estabilidade”, pela “manutenção da ordem”. Selistre de Campos era o representante do poder público em Chapecó. De fato, esses homens foram os responsáveis pela fundação do jornal local. Então, como entender toda aquela crítica dirigida ao Estado Novo, o que culmina com a própria prisão, por um período de sessenta dias, de Vicente Cunha, sendo que, logo após a interdição de A Voz de Chapecó, o filho do Coronel Bertaso (em 1944) é nomeado prefeito do município. Outro fato a ser considerado é que Vicente Cunha foi convidado por Serafim Bertaso para ser o secretário da prefeitura. A compreensão das questões envolvendo a elite se torna mais complexa porque ela é composta pelos homens responsáveis pela fundação do Partido Social Democrático (PSD) em Chapecó. Este partido havia sido fundado sob os “auspícios” de Getúlio Vargas, após o Estado Novo.²⁰⁰ Por fim, Vicente Cunha, em 1947, foi eleito prefeito de Chapecó pelo PSD. Diante desse quadro, como entender a “problemática política” local?

²⁰⁰ O Partido Social Democrático Brasileiro (PSD) foi formado com a participação direta de Getúlio Vargas. Do final do Estado Novo até meados dos anos 50, juntamente com Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o PSD caracterizou-se pelo apoio ao getulismo, em oposição a União Democrática Nacional (UDN). Nesta questão, ver: SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco: 1930-1964. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

Em relação a essa problemática, a historiografia regional não contribui para a compreensão de muitas questões, até porque nos trabalhos locais não está presente a discussão de possíveis “tensões políticas” locais, naquele momento histórico do Estado Novo. Também é relevante salientar que o período segue praticamente inexplorado pela historiografia sobre o Oeste Catarinense. Dessa maneira, acreditamos ser muito profícua a realização de novos trabalhos, procurando uma melhor compreensão das questões envolvendo os sujeitos sociais responsáveis pela colonização da região.

De qualquer forma, diante das fontes disponíveis para a realização desta dissertação, foi possível construir algumas considerações. A questão central, presente nas subjetividades da elite de Chapecó, é o desejo político de construção de uma cidade moderna. Sendo assim, a questão central dos anos 1930, em Chapecó, não é o desejo local de “fazer oposição” ao regime de Vargas, e sim o “interesse político” em construir uma nova ordem social na região. Percebemos, ao longo desta pesquisa, que o discurso de Vargas – principalmente o “grito de Marcha para Oeste” – foi muito significativo para o colonizador. Sendo que, a própria construção da imagem do colono pioneiro, desbravador do Oeste, pode ser associada à imagem do “bandeirante”. Isto porque o colono imigrante deveria ter o “espírito bandeirante”, deveria ter coragem para entrar e se estabelecer no sertão. É dessa maneira que as críticas ao Estado Novo podem ser explicadas, através do compromisso (principalmente dos Bertaso) com a construção da cidade e da modernidade. O interesse não era outro senão a reivindicação da presença do poder público, o qual deveria “se fazer presente” através de investimentos.

Nesta análise dos discursos locais, consideramos que o mais importante não é perceber uma possível “ausência” do Estado, mas sim a “contribuição” do seu discurso na “construção da memória” de Chapecó. Ora, aquele discurso político conseguiu “marcar a memória local”, questão esta que pode ser “observada” na própria figura de um dos maiores símbolos da cidade, a imagem e monumento *O Desbravador*.

Em todo o caso, para percebermos a centralidade que a questão da cidade assumiu nas atitudes de Ernesto Francisco Bertaso, basta lembrar o fato de este ter “encaminhado” seu filho para cursar engenharia civil, na Escola de Engenharia da Faculdade do Estado do Paraná. Depois de formado, Serafim se tornou o principal “expoente” dos discursos em prol da cidade; ele foi um homem “comprometido” com a cidade, o homem que teve condições intelectuais (considerando sua própria formação) para pensar a cidade e o urbano do ponto de vista técnico. Portanto, a grande questão presente nos discursos políticos dos anos 1930, em Chapecó, é o discurso da construção da cidade e da modernidade. É nesse sentido que esperamos que este trabalho possa contribuir com a historiografia regional, nas discussões relativas àquele período histórico (Era Vargas). Falamos em “contribuição pela própria necessidade da realização de “novas leituras e interpretações” sobre o Oeste, até porque o período do Estado Novo foi decisivo para a “construção simbólica” da imagem do colono como o responsável pelo progresso da região. Pensamos que a importância do estudo do passado de Chapecó está na análise crítica da própria história oficial, ou seja, da história construída pelo próprio colonizador. Dessa forma, na produção de novos trabalhos sobre a região, numa perspectiva benjaminiana, é vital “escovar a história do município de Chapecó a contrapelo”.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes

1. Jornais

- Jornal A Voz de Chapecó
- Jornal do Povo
- Jornal O Imparcial
- Jornal do Oeste

2. Livros

BOITEUX, José Artur. Oeste Catarinense. Florianópolis: Alberto Entres & Irmão, 1931.

BREVES, Wenceslau. O Chapecó que eu conheci. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina, Florianópolis, 3. (06): 07-73, 1985.

COSTA, Artur Ferreira. O Oeste Catarinense. Rio de Janeiro: Vilas Boas & Cia, 1929.

D' EÇA, Othon. Aos espanhóis confinantes. 2. ed. – Florianópolis : Fundação Banco do Brasil : Editora da UFSC, 1992.

CIOTTA, Greizi; FARIAS, Júlio Cesar. Chapecó na lente de Luiz Palma: década de 1940. Chapecó, SC: [s.n.], 2006.

PERFEITO DA SILVA, Zedar. Oeste Catarinense. Rio de Janeiro: Gráfica Laemmert, Limitada, 1950.

RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste: a influência da bandeira na formação social e política do Brasil. – 4º ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 1970 [2 v.].

SALGADO, Plínio. Como nasceram as cidades no Brasil. 5. ed. São Paulo: Instituto Nacional do Livro, 1978.

SALGADO, Plinio. O estrangeiro. 8. ed Rio de Janeiro: J. Olympio, 1972.

VARGAS, Getúlio Dorneles. A nova política do Brasil. – Rio de Janeiro; José Olympio, 1938.

ZOLET, Victorino B. Victorino B. Zolet: 50 anos fotografando Chapecó – uma coletânea de mais de 500 fotos. Chapecó: Ed. do Autor, 2006.

3. Fontes oficiais

- Constituição dos Estados Unidos do Brasil (De 10 de novembro de 1937).
- Prefeitura Municipal de Chapecó - Livro de Leis Municipais (1942-1952).

4. Memórias orais (Entrevistas)

BRESSAN, Leonilda. Entrevista. Coronel Freitas, 17 de setembro de 2007.

ZOLET, Victorino. Entrevista. Chapecó, 18 de agosto de 2007.

Referências Bibliográficas

ALBA, Rosa Salete. Espaço urbano: os agentes da produção em Chapecó. Chapecó: Argos, 2002

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da História. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. – São Paulo: Contexto, 2005.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, v. 8, n. 5, p. 145-151, 1995.

ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo. – São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

ARRUDA, Mara Paulina Wolff de. “O guardador da cidade”. Chapecó: UNOCHAPECÓ (Monografia do Curso de Pós-graduação em História), 2002.

BACZKO, Bronislaw. “Imaginário social”. In: Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1985, vol. 5.

BARTHES, Roland. A câmara clara: nota sobre a fotografia. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

BELLANI, Eli Maria. Madeiras, balsas e balseiros no Rio Uruguai: o processo de colonização do Velho Município de Chapecó 1917-1950. Florianópolis: UFSC, 1991.

- BELLANI, Eli Maria. Santos Marinho e Passos Maia: a política do velho Chapecó : 1917-1931. Chapecó: Autor, 1990.
- BERMAN, Marshall. Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BLOCH, Marc. Introdução à história. 2. ed. Lisboa: Europa-América, 1974.
- BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. 9. ed. Brasília: UnB, 1997. 2 v.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. Cidade e História. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (Org.). CIDADE: história e desafios. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 2002.
- CAMPOS, Cynthia Machado. A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.
- CAMPOS, Cynthia Machado. Controle e normatização de condutas em Santa Catarina: 1930-1945. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1992.
- CHALHOUB, Sidney. Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Difel/Bernard, Brasil, 1990.
- CHARTIER, Roger. A História Hoje: dúvidas, desafios, propostas. In: Estudos históricos, Rio de Janeiro, n. 13, 1990.
- CHOAY, Françoise. A história e o método em urbanismo. In: BRESCIANI, Maria Stella Martins (Org.). Imagens da cidade: séculos XIX e XX. São Paulo: ANPUH: Marco Zero: FAPESP, 1994.
- CORRÊA, Carlos Humberto. Nereu Ramos. Santa Catarina: FCC Edições, 1998.
- CORRÊA, Carlos Humberto. Um Estado entre duas Repúblicas: a revolução de 30 e a política de Santa Catarina até 35. – Florianópolis: Ed. da UFSC / 1984.
- COSTA, Sandro da Silveira. Florianópolis: a modernidade como leitura cultural do espaço urbano (1890-1930). Fronteiras, Florianópolis, v. n. 11, p. 69-76, 2004.
- DARNTON, Robert e ROCHE, Daniel. A Revolução Impressa: a Imprensa na França, 1775-1800. SP: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.
- DELEUZE, Gilles. Conversações. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1998.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. O anti-Édipo: capitalismo e esquizofrenia. Lisboa: Assirio e Alvim, 1995.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994. 1v.

ELIAS, Norbert. O processo civilizador: formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. 2v.

FEBVRE, Lucien. Combates por la historia. Barcelona: Planeta-Agostini, 1993.

FLORES, Maria Bernardete Ramos e SERPA, Élio Cantalício. A hermenêutica do vazio: fronteira, região e brasilidade na viagem do governador ao Oeste de Santa Catarina. In: A viagem de 1929: Oeste de Santa Catarina: documentos e leituras. Centro de Memória do Oeste de Santa Catarina – Chapecó : Argos, 2005

FOUCAULT, Michel. A arqueologia do saber. 7.ed. – Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

FOUCAULT, Michel. A Ordem do Discurso. 8. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense, 2004. (Ditos e escritos; V).

FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 18. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2003.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, Freud e Marx – theatrum filosoficum. 4º ed. São Paulo: Princípio, 1987.

GUATTARI, Félix – ROLNIK, Soely. Micropolítica – Cartografias do Desejo. 7. ed. – Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.

HALBWACHS, Maurice. A memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação e Realidade, 22(2), 15-45, jul./dez, 1997.

HASS, Mônica. O linchamento que muitos querem esquecer: Chapecó, 1950-1956. Chapecó: Argos, 2003.

HASS, Mônica. Os partidos políticos e a elite chapecoense: um estudo de poder local – 1945-1965. – Chapecó : Argos, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. – Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC, 2006.

KOSSOY, Boris. Fotografia & História. – 2. ed. Ed. Rev. – São Paulo : Ateliê Editorial, 2001.

JANOTTI, Maria de L. O coronelismo: uma política de compromissos. São Paulo: Brasiliense, 1981.

LE GOFF, Jacques. “Documento/monumento”. In: Enciclopédia Einaudi, v. 1: Memória – História, s/1 (Portugal), Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984.

LENHARO, Alcir. Sacralização da Política. Campinas – 2º ed. – SP : Papyrus, 1986.

LESSA, Renato. “As Cidades e as Oligarquias do Antiurbanismo da Elite Política da Primeira República Brasileira”. In: Revista USP. Dossiê Brasil República, n. 59, pp. 86-95, -nov/2003.

MEIRINHO, Jali. Repúblicas e oligarquias: subsídios para a história de catarinense 1889-1930. Florianópolis: Insular, 1997.

MONTEIRO, Charles. A construção da cidade moderna em imagens: Porto Alegre anos 1950. In: Anais do III Simpósio Nacional de História Cultural - Mundos da Imagem: Do texto ao Visual. Florianópolis : ANPUH-SC/Clicdata Multimídia, 2006. v. 1. p. 1-10.

NIETZSCHE, Friedrich. Vontade de potência. Rio de Janeiro: Globo, 1966.

NODARI, Eunice Sueli. A renegociação da etnicidade no Oeste de Santa Catarina (1917-1954). Porto Alegre, 1999. 323f. Tese (Doutorado) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.

PECHMAN, Robert Moses. Pedra e discurso: cidade, história e literatura. In: AGUIAR, Flávio; MEIHY, José Carlos S. B; VASCONCELOS, Sandra G. T. (Org.). Gêneros de fronteira. Cruzamentos entre o histórico e o literário. 1. ed. São Paulo: Xamã VM Editora, 1997, v. , pp. 101-107.

PEDRO, Joana Maria. Nas tramas entre o público e o privado: a imprensa de Desterro no século XIX. Florianópolis: USFC – Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

PELUSO JUNIOR, Víctor Antonio. Estudos de geografia urbana de Santa Catarina. – Florianópolis: Ed. Da UFSC: Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Entre práticas e representações: a cidade do possível e a cidade do desejo. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Muito além do espaço. Por uma história cultural do urbano. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 16, 1995, p. 279-290.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imaginário da cidade: visões literárias do urbano, Paris, rio de janeiro, Porto Alegre. 2. ed Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

PIAZZA, Walter Fernando. A Colonização de Santa Catarina. – 3º. Ed. – Florianópolis: Lunardelli, 1994.

POLLAK, Michael. Memória, Esquecimento, Silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAGO, Margareth. O efeito - Foucault na historiografia brasileira. Tempo Social. 7(1-2): 67-82, São Paulo, outubro de 1995.

RENK, Arlene. A luta da erva: um ofício étnico da nação brasileira no oeste catarinense. 2. ed. rev. Chapecó: Argos, 2006.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; PECHMAN, Robert. Cidade, povo e nação: gênese do urbanismo moderno. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

RONCAYOLO, Marcel. La ville et ses territoires. Paris, Gallimard, 1990.

RONCAYOLO, Marcel. "Os espelhos da cidade: um debate sobre o discurso dos antigos geógrafos". In: LEPETIT, Bernard. Por uma nova história urbana. São Paulo: Edusp, 2001.

SCHWARCS, Lilia Moritz. O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930. – São Paulo : Companhia das Letras, 1993.

SENNETT, Richard. Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental. 3. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2003.

SEYFERTH, Giralda. Imigração e cultura no Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco: 1930-1964. 10. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

SOUZA, Maria Campello. Estado e partidos políticos no Brasil. São Paulo: Alfa-ômega, 1990.

VEYNE, Paul. Como se escreve a história. 4^o ed. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1998.

VICENZI, Renilda. Terra nova, vida nova: a Colonizadora Bertaso e a ocupação colonial do oeste catarinense (1920-1950). UPF, 2003, Dissertação de Mestrado em História.

VIEIRA, Alexandre Sardá. A educação formal no velho município de Chapecó (1929-1945). Florianópolis, 2000. 106 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas.

ZANLUCHI, Alexandra Antonia. Dos lampiões à luz elétrica: Visões de modernidade no Oeste Catarinense (1960-1970). Chapecó: UNOCHAPECÓ - Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História), 2005.